

Clarissa Vinhas Furlanetto Parisoto

A atuação Educacional das Irmãs Franciscanas Missionárias de
Maria Auxiliadora em Chapecó (1947-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Gizele Zanotto.

Passo Fundo

2013

Agradecimentos

"A felicidade aparece para aqueles que reconhecem a importância das pessoas que passam em nossa vida."

Clarice Lispector

“É impossível ser feliz sozinho”, se quer construir algo sozinho. Em tudo que fizemos, elaboramos, em todos os momentos que vivemos, por mais que algumas vezes possamos acreditar, jamais estamos ou estaremos sozinhos, há sempre alguém ou vários alguém, que nos apoiam, nos dão força, pode ser que às vezes não de uma maneira positiva, ou que nos agrada, mas essa não deixa de ser uma forma de crescimento e fortalecimento.

Esta dissertação não foi produzida por mim sozinha, mesmo antes de ser iniciada já tinha o apoio de muitas pessoas. Por isso, há muito o que agradecer aos muitos que contribuíram direta ou indiretamente, tornando imprescindível a realização destes singelos, porém, sinceros agradecimentos. Talvez aqui não sejam citadas todas as pessoas que contribuíram nesta trajetória, mas quero agradecer a todos que participaram desse processo, e que de diferentes maneiras propiciaram momentos de amizade, conforto e de compreensão.

Quero agradecer a Deus. Agradecer aos meus amados e queridos pais, pela educação, da qual me orgulho muito, dedicada a mim e a minha irmã. Pelo incentivo permanente ao estudo, pela busca ao conhecimento, por nos tratarem com todo amor e carinho, por abdicarem muito de suas vidas em prol das nossas. Ao meu querido pai pelo incentivo e colaboração para a realização deste mestrado. A minha querida e amada mãe, que muito “lutou” por nós, grande incentivadora e apoiadora dessa pesquisa, por estar sempre ao meu lado, acreditando e confiando em mim, pelo amor e pela compreensão. A Gabriela, minha irmã querida, pelo grande apoio. “Fundamental é mesmo o amor!”.

Ao Marciano, meu amor, meu esposo, meu companheiro, meu melhor amigo! Que a cada dia vem me ensinando maneiras de me ver e de viver a vida. Agradecer pela paciência, pelo apoio, pela compreensão, pelas contribuições e pelo incentivo fortemente dedicado a esse mestrado e a essa pesquisa. “Você é a metade do meu coração!”

A minha querida mestre e orientadora, Prof.^a Dr.^a Gizele, essa pesquisa não estaria aqui e dessa maneira sem ela. Agradeço pelas muitas orientações, pela correção do trabalho, pelo auxílio em diversos momentos, pela compreensão, por me ensinar a construir uma dissertação, por me abrir caminhos de pesquisa histórica, pela sinceridade no momento das

correções que foi o que possibilitou a contínua melhora e a fortificação desse trabalho. Obrigada pela ajuda e pela confiança!

Agradecer Prof.^a Dr.^a Ironita Policarpo Machado, pelo seu olhar a pesquisa realizada e pelas inúmeras contribuições dedicadas a ela, especialmente as sugestões de leituras e a sua atenção a pesquisa na qualificação; a Prof.^a Dr.^a Marta Rosa Borin, pela participação na banca de avaliação desse trabalho, sua visão e contribuições dedicadas a ele.

As minhas queridas amigas e colegas que muito me ajudaram nesse trabalho, seja emprestando livros, discutindo sobre teorias ou ideias variadas ou simplesmente me escutando pelas angústias dessa dissertação, um agradecimento especial a Cristiane, a Janete, a Luana e a Eliane - que foi fundamental para essa pesquisa. A Grasi, amiga do coração, pela revisão do português no trabalho, pelas conversas e companhia nas idas ao mestrado. A Miriam Cotini, querida professora, que sanou muitas dúvidas e através de sua pesquisa contribuiu muito com esse trabalho.

A todas as pessoas que colaboraram com essa pesquisa, das mais diferentes formas: a Prof.^a Ms. Maria de Lurdes Pertile e a Prof.^a Ms. Renilda Vicenzi, pelo auxílio no trabalho, empréstimo de livros, pelo ensino da pesquisa desde a época da faculdade; a Juliana, minha comadre e irmã de coração, pelo apoio e ajuda com as imagens; as amigas queridas Adriana, Karen, Graciane; a Tia Sola, Tio Mário, que me ensinou que independente do caminho que escolhermos o importante é acreditarmos e gostarmos daquilo que fazemos, Tia Emília e ao Tio Paulo, Tia Nani, as minhas queridas avós Marias, ao Idacir, ao Gledson, a Ana.

Essa pesquisa não seria possível sem o apoio e o acesso as fontes dessas instituições e das pessoas que fazem parte delas. As Irmãs da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, que não negaram esforços para me ajudar nesse trabalho, sempre auxiliando na busca de materiais, fornecimento de fontes, ajudando incessantemente.

A Escola de Educação Básica Bom Pastor pelo empréstimo das fontes, documentos, pelo grande auxílio nessa pesquisa. Ao CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, a Biblioteca Municipal de Chapecó, ao Museu de História e Arte de Chapecó, ao Museu da Colonização de Chapecó e ao Museu Antônio Selistre de Campos. A Secretaria de Cultura de Chapecó, com destaque a sua Gerência de Patrimônio Histórico e Memória, local em que trabalho e trabalhei durante toda essa pesquisa e que muito auxiliou. A Universidade de Passo Fundo – UPF, aos professores, colegas e profissionais do Mestrado e um obrigado muito especial a Jênifer, que estava sempre pronta para nos auxiliar.

“O elemento da cidade, composto, na sua maioria, de funcionários públicos, nem sempre era favorável à religião. Uma boa parte das crianças, devido a esse exemplo falho dos pais, eram pouco interessadas e algumas mesmo, refratárias aos ensinamentos religiosos. Entretanto, devemos confessar que Deus abençoava suas esposas. A frequência à S. Missa e sacramentos ia melhorando por parte das crianças. Para a festa de Cristo Rei deste mesmo ano, houve uns 40 néo-comungantes.” Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a atuação educacional das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó-Santa Catarina. Para cumprir tal propósito será analisada a época em que a Congregação esteve à frente do Bom Pastor, empreendimento educacional instituído no município, no período de 1947, quando da formação da escola, até 1985, data em que as Irmãs deixaram a direção escolar e o Governo Estadual assumiu a entidade completamente e definitivamente. Inicialmente, elaboramos um histórico que aborda as características do município em estudo, sua formação, formas de colonização e desenvolvimento, dando destaque à questão educacional, todos sendo relacionados aos projetos do Governo do Estado e Nacional. Como maneira de conhecermos e entendermos as práticas adotadas por esta Congregação, realizamos a história da formação da mesma, partindo do estudo de sua fundadora, a chegada à América, posteriormente ao Brasil e ao município em questão. Após esta contextualização citadina e institucional confessional, que proporciona embasamento ao estudo, será abordada a instituição escolar em si e o trabalho das irmãs em sua gestão cotidiana e pedagógica. A atuação da Congregação será analisada durante essas quase quatro décadas de trabalho missionário educacional. A implantação do estabelecimento escolar ocorreu a pedido da comunidade chapecoense e também fazia parte de um projeto missionário desenvolvido pela própria Igreja Católica, efetivamente após a Restauração Católica, que contribuiu com a vinda de inúmeras Congregações ao Brasil. As Irmãs estiveram presentes na localidade desde 1941, atuando em escolas da região e em 1947 foi efetivada a construção do Bom Pastor, que com o passar dos anos foi sendo ampliado institucionalmente e fisicamente, sendo que a Congregação esteve à frente da direção escolar até o ano de 1985, quando a entidade foi totalmente estadualizada. Através deste contexto analisamos desde a implantação, a maneira como foi sendo desenvolvido o trabalho, o processo disciplinar empreendido, a atuação do corpo docente e discente, as mudanças e os reflexos perante a sociedade e a educação Chapecoense, enfim, a maneira como as Irmãs organizavam e conduziam o trabalho escolar. No decorrer dos anos de atuação confessional, não esteve em voga o mesmo panorama, havendo inúmeras modificações e similaridades, o projeto civilizador implementado passou por diferentes fases, que culminaram com os projetos em nível de Governo Nacional e Estatal e também com o catolicismo, fatores de fundamental importância que transcorrerão na análise escolar. Para a realização do trabalho, contamos com materiais derivados da Congregação, assim como documentação relativa ao Colégio Bom Pastor, documentos esses que evidenciam as propostas empreendidas, sua aplicação e o cotidiano escolar no período em estudo.

Palavras-chave: Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, Educação, Civilização, Disciplinarização, Igreja Católica, Chapecó/SC.

ABSTRACT

The present dissertation had as objective to analyze the pedagogic performance from Franciscanas`Sisters Missionaries of Maria Auxiliadora in Chapecó-Santa Catarina. To aim this proposal it will be analyzed the epoque that Congregation was foward of Bom Pastor, educacional enterprise instituted in the city, in 1947, in the formation of school, until 1985, when the Sisters left the direction of school and the State Government assumed the entity completly and permanently. In the begining, we elaborated a historical which addresses the characteristics of the city in study, its formation, manners of colonization and development, enfasizing the educational question, all being relationed to the projects of nacional and of state government. To know and undestand the practices adopted by the Congregation, we performed a formation history of the same, from the founder study, the arrival to America, after to Brazil and to Chapecó. After the confessional contextualization of the city and institution, which is basement to the study, it will be addressed the school institution and the work of sisters in terms of management and pedagogy. The Congregation performance will be analyzed during almost four decades of missionary educational work. The implantation of shcool stablishment occurred by the ask of community from Chapecó and was part of a missionary project developed by the Catolic Church, actually after Catolic Restauration, which contributed with the coming of many Congregations to Brazil. The Sisters were present in the local from 1941, performing in shcools of the region and in 1947 it was effected the construction of Bom Pastor, with the passing of the years it was being enlarged institutionaly and physicaly, once that the Congregation was foward of the shcool direction until 1985, when the entity was totaly to state. Through this context, we analyzed from the implamentation, the manner of the work , the disciplinar process undertaken, the action of the teachers and students, the changes and reflects in front of the society and the education from Chapecó, that is, the way the Sisters organized and conduted the school work. During the years of confessional performance, it was not enfasizing the same panorama, many modifications and similarities ocurred, the civilizing project implemented passed by different fhasse, which culminated with projects in terms of National Government and State and also with catolicism, factors of fundamental importance that will enlapse in the school analyzes. To the development of the work, we have materials from the Congregation, as relative documents of Bom Pastor School, which evidenced the proposal undertook, its application and the everyday shcool in the period of the study.

Key-words: Franciscanas Missionaries Sisters of Maria Auxiliadora, Education, Civilization, Disciplinarization, Catolic Church, Chapecó/SC.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: FUNDAÇÃO DO “BOM PASTOR”.....	64
FIGURA 2: ANÚNCIO PARA MATRÍCULAS NO BOM PASTOR – 1946.....	66
FIGURA 3: “BOM PASTOR”.....	68
FIGURA 4: ALUNOS DO BOM PASTOR – Década de 50.....	69
FIGURA 5: ALUNOS DO BOM PASTOR – Década de 50.....	69
FIGURA 6: DESFILE CÍVICO DO BOM PASTOR – Década de 50.....	69
FIGURA 7: DESFILE CÍVICO DO BOM PASTOR – Década de 50.....	70
FIGURA 8. EXAME DE ADMISSÃO PARA ALUNAS DO CURSO NORMAL REGIONAL BOM PASTOR – 1948.....	71
FIGURA 9: CENTRO DE CHAPECÓ/SC – COM DESTAQUE PARA O BOM PASTOR – 1965.....	75
FIGURA 10. REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL E REGIONAL “BOM PASTOR” – 1961.....	87
FIGURA 11. REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL E REGIONAL “BOM PASTOR” – 1961 – Continuação.....	87
FIGURA 12. SALA DE AULA DO BOM PASTOR – DÉCADA DE 40.....	93
FIGURA 13. SALA DE AULA DO BOM PASTOR – 1960	93
FIGURA 14. UNIFORMES DO BOM PASTOR.....	97
FIGURA 15. UNIFORMES PARA OS ALUNOS.....	97
FIGURA 16. REGIME ESCOLA NORMAL.....	99

LISTAS DE MAPAS

MAPA 1: Povoamento de Santa Catarina.....	19
MAPA 2: Localização de Chapecó em SC.....	22
MAPA 3. Desenho para a Vila Passo dos Índios – 1938.....	30
MAPA 4: Desenho urbano do município de Chapecó – 1931.....	37

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1. Demografia do Município de Chapecó – 1920-1980.....	33
TABELA 2. Etapas do processo de formação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.....	49
TABELA 3. Expansão do trabalho das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora no Brasil.....	55
TABELA 4. Distribuição das disciplinas no Curso Normal Regional (1957).....	72
TABELA 5. Distribuição das disciplinas na Escola Normal Chapecó (1957).....	78
TABELA 6. Trajetória institucional Bom Pastor (1947-2000).....	100

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSEC - Associação Educacional e Caritativa

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

FASA – Função Hospitalar e Assistencial Santo Antônio

EEB Bom Pastor – Escola de Educação Básica Bom Pastor

IFMMA – Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora

INCO - Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina

MASC – Museu Antônio Selistre de Campos

MCC – Museu da Colonização de Chapecó

MHAC – Museu de História e Arte de Chapecó

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UPF – Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
I. A COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE E A FORMAÇÃO DE CHAPECÓ-SC	19
1.1 A ocupação colonizatória do extremo oeste catarinense.....	19
1.2 O crescimento e a consolidação de Chapecó no âmbito regional.....	28
1.3 O incremento educacional em Chapecó.....	35
II. A AÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA EM CHAPECÓ.....	40
2.1 A Constituição das Missionárias de Maria Auxiliadora.....	40
2.1.1 Institucionalização e Carisma das Irmãs.....	43
2.2 A atuação missionária das Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora.....	50
2.2.1 Presença das Irmãs no Brasil.....	52
2.3 A chegada e atuação das Irmãs em Chapecó-SC.....	57
III. A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DAS IRMÃS FRANCISCANAS EM CHAPECÓ (1947-1985).....	62
3.1 O empreendimento educacional é iniciado.....	63
3.2 A organização escolar interna: disciplina, formação e catequese.....	80
3.3 A progressiva laicização do ensino.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
FONTES.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
ANEXOS.....	125
I. Imagens da Congregação.....	125
II. Primeira cirurgia realizada no Hospital Santo Antônio em 21/novembro/1944....	126
III. Imagens da Congregação em Chapecó-SC.....	127
IV – Exame de Admissão Escola Normal Chapecó – 1957	128
V – Inauguração dos Laboratórios no Bom Pastor	129
VI – Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor – 1964	130
VIII – Crescimento do Bom Pastor.....	131

INTRODUÇÃO

A educação especializada para a formação feminina tornou-se cada vez mais disseminada na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Este setor educacional específico para a formação de moças também foi adotado como proposta por várias Congregações religiosas Católicas que, aproveitando-se desse “filão” da demanda, formariam as meninas nos estudos e na catequese por todo o mundo.

Esse modelo educacional voltado às especificidades de formar as educandas, também foi presente no município de Chapecó - localizado na região oeste do Estado de Santa Catarina -, por meio do Bom Pastor¹, estabelecimento educacional criado em 1947 e do trabalho da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora - IFMMA.

É importante destacar e desmistificar aqui, um fator relevante e podemos dizer também mítico, que até hoje perpassa a história de Chapecó. Diferentemente do que pensávamos e como é defendido por muitos munícipes ainda nos dias atuais, o Bom Pastor, em todos os seus níveis de ensino, nunca se dedicou exclusivamente à formação de meninas. Desde a época da fundação da escola em 1947, através do Jardim de Infância e Curso Primário (1ª a 4ª série), primeiros cursos implantados, já frequentavam as turmas ambos os sexos. O Curso Ginásial que foi implantado em 1956 e teve seu início com classes mistas a pedido da comunidade e em virtude de estar sendo construído o Colégio São Francisco, dirigido pela Congregação dos Irmãos Marista. Em 1959 alguns Irmãos Maristas vieram tomar conta dos alunos no Bom Pastor, passando os meninos a terem suas aulas em prédio separado das meninas e, após a inauguração das dependências do Colégio São Francisco em 1961, houve a separação definitiva dos Ginásios entre masculino e feminino. Logo os meninos frequentavam a escola marista e as meninas a escola da Congregação franciscana, portanto houve classes mistas no Ginásio Bom Pastor durante três anos, de 1956 a 1959². Apenas os cursos normais dedicaram-se exclusivamente ao ensino do sexo feminino, os quais eram frequentados pelas normalistas, de 1948 a 1971.

¹ Optamos pela padronização da nomenclatura desse estabelecimento de ensino, por Bom Pastor, e não Escola, Grupo Particular ou Colégio Bom Pastor, pelo fato de o nome desse estabelecimento educacional ter sido alterado inúmeras vezes. Portanto, sempre que mencionado Bom Pastor, estamos tratando da entidade educacional estabelecida em Chapecó-SC em 1947, objeto principal de estudo dessa pesquisa e que mantém-se ativo ainda hoje.

² Cf.: **IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA**. Crônica da Comunidade do Colégio “Bom Pastor” Chapecó-SC. Chapecó, 1979.

Deve-se aos fatores citados a crença de que em Chapecó havia uma escola para as meninas, no caso o Bom Pastor, e deveria ser feita outra para os meninos, posteriormente construída pelos Irmãos Maristas. Salientamos que, enquanto pequenos, no Jardim de Infância, meninos e meninas frequentavam as mesmas salas de aula, claro que com restrições e divisões postas em todo o ambiente escolar, conforme será tratado no decorrer do trabalho. A partir de 1971, com a estadualização total da escola Bom Pastor – visto que o Curso Regional Normal já havia sido estadualizado na metade da década de 50 – e transformação do Grupo Escolar Bom Pastor em Escola Básica Bom Pastor, através de reforma na educação em Santa Catarina, o ensino passa a ser misto para todos os cursos. Em todo o período estudado o nome institucional do Bom Pastor foi alterado. Para não cometermos erros ou confundirmos o leitor optamos por sempre que nos referíssemos a instituição tratá-la simplesmente como Bom Pastor, e não como Escola ou Colégio³.

Para a realização deste trabalho, analisaremos a fundação da entidade, a maneira como ocorreu a formação dos educandos, com ênfase para as mulheres, neste estabelecimento educacional que possibilitava o internato (para moças da região) e o juvenato (para formação de novas irmãs), bem como a atuação ampla e a proposta/carisma da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, instituição constituída na América do Sul e disseminada em inúmeros países latino-americanos. A Congregação foi responsável pela criação do Colégio, em 1947, e o dirigiu até 1985, ano em que o governo estadual assumiu sua administração plenamente. Mais do que a análise da escola e da atuação das Irmãs, essa proposta contempla um olhar mais detido sobre a formação educacional, profissional (muitas egressas se tornaram educadoras e/ou catequistas – a Escola Normal foi implementada em 1948) e as medidas e maneiras em que era implementado o trabalho educacional e religioso em Chapecó e região, visto que a escola tinha uma abrangência que extrapolava as fronteiras cidadinas.

A ideia desse trabalho surgiu da vontade e curiosidade de saber como foram educadas formalmente as meninas da sociedade chapecoense, analisando a relação existente entre a

³ Atualmente o termo escola designa instituições de ensino dedicadas ao ensino fundamental. Já Colégio designa instituições educacionais que atendem também ao Ensino Médio. Etimologicamente Colégio é definido como uma “corporação cujos membros têm igual dignidade. Estabelecimento de ensino primário ou secundário.” Já escola “deriva do latim schola e refere-se ao estabelecimento onde se dá qualquer gênero de instrução. Também permite fazer alusão ao ensino que se dá ou que se recebe, ao conjunto do corpo docente e discente de um mesmo estabelecimento escolar, ao método, ao estilo peculiar de cada professor/docente para ensinar, à doutrina, aos princípios e ao sistema de um autor”. DICIONÁRIO INFORMAL. **Colégio**. <http://www.dicionarioinformal.com.br/col%C3%A9gio/>. Acesso em 28/abril/2013. / CONCEITO de. **Conceito de escola**. Disponível em: <http://conceito.de/escola>. Acesso em 28/abril/2013.

formação daquelas e a religião Católica na constituição da comunidade em estudo, além de a instituição educacional ter sido uma das primeiras a serem formadas no município e até hoje exercer forte presença. Para futuramente aprofundar a questão da educação feminina, temos de iniciar observando a constituição da própria escola, espaço em que sua formação escolar e religiosa ocorreu, daí termos optado, nessa dissertação, por analisar a atuação das propulsoras da constituição e gestão do Bom Pastor.

O município de Chapecó foi constituído em 25 de agosto de 1917 e sua colonização intensiva ocorreu a partir da década de 20. Antes de sua fundação a área era habitada por indígenas e caboclos, fato que não era tido como ideal para o governo do Estado, considerando essa região despovoada e desprovida do caráter civilizatório almejado pela administração. Com a colonização essa realidade passou a ser modificada, inúmeras famílias migrantes (descendentes de italianos, alemães, poloneses, etc.) do Rio Grande do Sul adquiriram lotes de terra da Colonizadora Bertaso (empresa responsável pela comercialização nessa localidade) e passaram a viver no local.

Era necessária então, uma escola que possibilitasse uma formação adequada às crianças da sociedade, que as “civilizasse”. Civilização⁴ refere-se a um processo almejado pelo Estado que objetivava alterar os costumes, civilizar o modo de viver local, consolidar os controles governamentais, transformando as relações de domínio sobre os sujeitos. Esse conceito efetivava-se nas práticas que foram adotadas, em que havia o intuito da modificação da imagem a que era associada à região oeste, vista até então como uma terra de forasteiros, banditismo, fato presente por este ter sido o último local do Estado catarinense a ser colonizado e também pela forte presença cabocla e indígena. Sendo assim procurava-se apagar essa representação associando-a ao progresso, ao desenvolvimento, a um projeto civilizatório.

Dessa forma, para estabelecimento e cumprimento dessa nomenclatura vêm para o município irmãs que faziam parte da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora no ano de 1943 e, em 1947, com a ajuda da comunidade e autoridades locais, foi fundado o Bom Pastor, que até os dias de hoje faz parte do cenário educacional municipal, sendo mantido pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

⁴ Conceito baseado nas seguintes bibliografias: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 2. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993; HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2001. VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

Ligada à religião, a educação exercia um papel fundamental. O Bom Pastor era um lugar pensado e disposto de modo a manter os alunos e, em destaque a menina, protegida das influências externas, facilitando a disciplina e a obediência, que posteriormente seriam refletidas dentro da sociedade. A escola segue como um dos alicerces educacionais muito tradicional e respeitado pela população municipal. O Bom Pastor continua formando inúmeros jovens.

Para a efetivação da análise proposta por esse trabalho de pesquisa, foi realizada uma investigação em jornais, revistas, mapas, documentos institucionais, fontes bibliográficas, entre outros, pesquisados no Museu Antônio Selistre de Campos – MASC; no Museu de História e Arte de Chapecó – MHAC; no Museu da Colonização de Chapecó – MCC; na Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costella; na Biblioteca da Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECO; na Biblioteca da Universidade de Passo Fundo – UPF; e no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM.

Para dar conta da história da Congregação foram utilizadas essencialmente fontes produzidas pelas irmãs. Por não termos encontrado materiais de outra origem e tampouco análises acadêmicas consistentes sobre o tema, o que talvez favoreça uma história narrativa e um tanto parcial, entretanto foram feitos questionamentos e análises ao longo do texto, com teóricos que possibilitaram uma maior reflexão sobre o tema. No restante do texto, relatando sobre o empreendimento educacional, foram utilizadas as Crônicas do Colégio Bom Pastor – 1941 à 1985, fotografias, documentos institucionais, trabalhos acadêmicos, Relatórios do Grupo Escolar, matérias e anúncios de jornais, entre outros. Todas as fontes foram analisadas, relacionadas, esmiuçadas, diagnosticado o caráter com que era tratado e empreendido o trabalho escolar, os métodos disciplinares e outras formas de atuação das irmãs, referenciando com teóricos que tratam sobre o assunto, com destaque a Michel Foucault, onde são encontrados subsídios para análise do processo de disciplinarização da “domesticação dos corpos”, que dão base para o trabalho. No decorrer do texto é tratada a questão disciplinar imposta pelas irmãs, que constam nas fontes de estudo desse trabalho, bem como o processo disciplinar analisado por Foucault, que servirá como embasamento da pesquisa. Para que não haja discernimento de informações/termos, quando nos referirmos a ordem imposta pela Congregação não utilizaremos a palavra “disciplina”, mas ordem, regulação, regulamentação.

Utilizamos 3 trabalhos que tratam sobre o Bom Pastor para embasar essa pesquisa. Na dissertação de Ana Maria Cambruzzi⁵, é estudado o desenvolvimento de uma proposta pedagógica trabalhada no Bom Pastor identificada como fundamentada em princípios de libertação com perspectivas de opção preferencial pelos pobres, durante o período de 1963 a 1985. É desenvolvida a trajetória de sua implantação, enfocando na proposta e sua incidência na prática docente de professores egressos do Bom Pastor, trabalho relevante que apoiou o processo de formação do estabelecimento e sua trajetória, para essa pesquisa.

No trabalho de Juliana Pedersetti⁶ é estudada a fundação do Colégio Bom Pastor na década de 50. A pesquisa estuda o cenário em que encontrava-se o município de Chapecó na época, as características que levaram à implantação, enfim, como ocorreu esse processo inicial, através de entrevistas orais e de documentos da Congregação e da Escola, o que nos auxiliou na formulação do histórico e dos processos iniciais da instituição.

Na pesquisa de Miriam Cotini⁷ é desenvolvido um trabalho voltado a questão da mulher, gênero e disciplina no Bom Pastor, de 1960 a 1979, focando a Escola Normal e a questão disciplinar. É analisado o histórico da entidade, caracterizando-a enquanto escola confessional até 1985 (o mesmo período relatado nessa pesquisa), importância da mesma perante a sociedade, o Normal enquanto formação feminina, a arquitetura escolar e clima disciplinar. Foram utilizados documentos da entidade e entrevistas realizadas com ex-alunas. Essa pesquisa nos auxiliou muito e contribuiu para a relacionar a questão disciplinar estabelecida na escola, bem como o processo de formação da mulher e a fundamentação em Foucault.

Esse trabalho baseia-se em uma pesquisa histórica contínua, através da perspectiva da “nova história”, visando estudar as mudanças socioeconômicas, envolvendo influência mútua entre sujeito pesquisador e objeto pesquisa, aliando teoria e prática. Não estamos em busca de uma verdade absoluta, mas de suposições e/ou respostas baseadas na realidade, mostrando os sujeitos históricos, não somente aqueles que “fizeram nome” dentro da história, mas da população comum, daqueles que realmente construíram sua história. Analisando as fontes e procurando

⁵ CAMBRUZZI, Ana Maria. **Pressupostos e institucionalização de uma proposta pedagógica de libertação com perspectivas de opção preferencial pelos pobres** (A experiência do Colégio Bom Pastor – Chapecó – SC). 1987. 282 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

⁶ PEDERSETTI, Juliana. **A Fundação do Colégio Bom Pastor em Chapecó na década de 50**. Chapecó: Unochapecó, 2003.

Reconstruir a experiência histórica das pessoas comuns e das mentalidades coletivas, ou seja, daqueles que por muito tempo foram “silenciados” pela historiografia oficial. [...] libertando-se apenas dos documentos oficiais e registros preservados, buscando outras evidências, como a oralidade, as fotografias, as artes, a literatura, entre outros.⁸

Como melhor forma de organização dessa análise, optou-se por estruturá-la em três capítulos: I – A colonização do extremo-oeste catarinense e a formação de Chapecó-SC; II – A ação das missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó; III- A atuação pedagógica das Irmãs Franciscanas em Chapecó (1947-1985).

No primeiro capítulo, partimos de uma análise histórica da colonização e formação do município de Chapecó-SC. É abordado na pesquisa do fim do século XIX até o início do século XX na região oeste, como é formado o município de Chapecó em 1917, os grupos que já habitavam a região, os colonizadores, o relacionamento entre os dois, questões sociais e econômicas, constituição e desenvolvimento municipal. Para finalizar o capítulo será enfatizada a questão educacional no município, como foi composto esse cenário, a formação dos primeiros estabelecimentos, enfim, o desenrolar desse projeto até o período em que foi instituído o Bom Pastor e as bases que levaram à ele. Para a realização dessa pesquisa serão utilizadas fontes bibliográficas que retratam o cenário do município e da região. Essa contextualização foi realizada para que fosse possível evidenciar o local e o público ao qual o trabalho das irmãs foi direcionado.

O segundo capítulo avalia a história das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, e também um apanhado geral sobre a implementação da religião Católica no Brasil e sua formatação até fins do século XX. Na história da Congregação foi analisado desde a sua constituição, a chegada das irmãs que a fundaram no Brasil, trabalhos realizados, formas e locais de atuação. O estudo que trata da formação da instituição parte de 1888, indo até a chegada das Irmãs em Chapecó-SC, em 1943, com a implantação do Hospital Santo Antônio e, em 1947 do Bom Pastor. Em meio a essa pesquisa é analisado o discurso difundido pela Congregação, de que maneira atuar, que objetivos estavam por trás de seus trabalhos.

⁷ COTINI, Miriam. **Gênero e Disciplina numa instituição pública de caráter confessional Colégio Bom Pastor – Chapecó-SC – 1960/1979**. Chapecó: UNOESC, 1997.

⁸ MACHADO, Ironita Policarpo. **História e direito: possibilidades metodológicas**. História: Debates e tendências – v. 11, n.1, jan/jun. 2011, p. 81-93 – Publicado no 1º semestre de 2012. p. 86.

No terceiro e último capítulo, evidencia-se a atuação pedagógica civilizadora das Irmãs em Chapecó. A formação do empreendimento educacional, de que maneira foi instituída a escola, fazendo referência a todo o processo inicial. Trabalharemos também o perfil pedagógico orientador das atividades das irmãs que permeou esse capítulo do início ao fim, bem como os métodos regulamentares e civilizatórios utilizados. Finalizando com as questões que levam o Estado assumir a escola e, conseqüentemente, ao fim da atuação coordenadora das Irmãs naquele espaço escolar em 1985.

I. A COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE E A FORMAÇÃO DE CHAPECÓ-SC

Após a colonização do litoral e centro-sul do Estado de Santa Catarina, através da vinda de imigrantes europeus e migrantes de outras regiões, ainda havia uma vasta extensão territorial, no oeste, que estava “descolonizada”. Trataremos especificamente desta região do Estado de Santa Catarina, mais precisamente, do município de Chapecó, que na sua criação, no início do século XX, ocupava uma área de aproximadamente 14.000 km²⁹ - hoje a área do município é de menos de 5% dessa extensão -, a qual fazia fronteira com a Argentina e os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

Partindo do processo que ocorre desde os tratados de terra que demarcaram o Brasil, como o Tratado de Tordesilhas, passaremos pela criação das Colônias Militares, pelo processo de marginalização do indígena e do caboclo - que ocorreu em um território julgado “desocupado” e “descolonizado”. Abordaremos ainda a configuração de conflitos fronteiriços e as suas resoluções – que legaram à região ao Estado catarinense; a colonização impulsionada pelas empresas privadas, com ênfase na Colonizadora Bertaso; que teve sua atuação no município de Chapecó, abordando a criação e crescimento municipais.

Com grande evidência, entrelaçado ao início da localidade e ao seu corrente desenvolvimento, será tratada a questão educacional, tema deste trabalho. As primeiras escolas, as maneiras como a educação foi tratada em âmbito regional, estadual e as políticas nacionais que marcaram a educação. Todas as situações abordadas foram marcantes para que possamos entender o apelo para a instauração de escolas que dessem conta da demanda formativa dos habitantes da região e, inserida nesse processo, a instauração do Bom Pastor, liderado pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

1.1 A OCUPAÇÃO COLONIZATÓRIA DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

No início do século XX, o Estado de Santa Catarina estava com praticamente todo seu território povoado e explorado. Esta colonização territorial foi feita através da imigração de, dentre outras nacionalidades, italianos e alemães. O oeste se diferenciava das demais regiões catarinenses, por ser a única que não havia sido intensamente explorada até aquele período. A

⁹ BELLANI, Eli Maria. Município de Chapecó: Legislação e Evidências (1917-1931). In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA. *Série Documento 1*. Chapecó: UNOESC, 1989. p. 13.

colonização mais efetiva somente teve início com a vinda dos descendentes de italianos, alemães, poloneses, etc., à região, através da mediação de empresas colonizadoras que vendiam lotes, sobretudo, para migrantes das chamadas Colônias Velhas, vindos do Rio Grande do Sul. Nessa época, o Estado já era razoavelmente habitado. Guaranis, kaingangs e xoklengs estavam dentre os primeiros grupos de indígenas que viveram no Estado catarinense, ocupando inclusive parte da região oeste, juntamente com os chamados caboclos ou brasileiros¹⁰. O mapa abaixo mostra como ocorreu a colonização no Estado Catarinense, destacando-se para este texto, o oeste.

MAPA 1. Povoamento de Santa Catarina



Fonte: LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina: a terra, o homem e a economia. Florianópolis: Edição da UFSC, 1968. p.89.

O atual oeste catarinense foi uma região contestada desde o século XVI. Inicialmente, foi alvo de disputa entre Portugal e Espanha, pois não foram respeitadas as demarcações estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Com o Tratado de Madri em 1750, os portugueses incorporam muitas terras que seriam até então argentinas, ampliando seu território¹¹.

¹⁰ RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 223.

¹¹ WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006. p. 18.

No século XVIII, entrou em questão a disputa entre Brasil e Argentina - o país vizinho cobiçava esse território. O governo argentino não ratificou os acordos de 13 de janeiro de 1750 e 1º de outubro de 1777, conhecido como Tratado de Santo Ildelfonso. Dessa forma, almejava estabelecer colônias nas margens do Rio Uruguai, o que preocupou o governo brasileiro¹².

Em decorrência dessas disputas entre Brasil e Argentina, foi colocado em prática o decreto n. 2.502 de novembro de 1859 que havia criado as Colônias Militares de Xopim e de Xaçepó, sendo esta implantada em 14 de março de 1882. A Colônia Militar de Xaçepó consistiria em um ponto de auxílio na área fronteira, tendo uma praça de guerra que serviria de base quando fossem realizadas operações no Estado do Paraná, além de uma garantia da posse das terras. A Colônia Militar de Xaçepó foi fixada na colina de Xanxerê com uma área de 48 léguas quadradas, localizando-se entre os rios Xaçepó e Uruguai¹³. Com exceção dos Campos de Palmas¹⁴ que eram explorados desde o século XIX, o restante da região era de interesse do Estado como garantia da posse territorial, a qual foi efetivada através das colônias militares.

Entretanto, o povoamento regional não foi garantido e a Colônia ficou isolada. Existiam muitos problemas, sendo os principais a falta de vias de comunicação e a carência de verbas. Em vista disso, acredita-se que não é possível afirmar de maneira efetiva que a Colônia cumpriu sua missão. Todavia, a pacificação e catequização dos indígenas foram alcançadas, a divulgação das potencialidades econômicas da região, como grande produtora de erva-mate, e a garantia do território.

¹² SCAPINELLO, Franciele Gomes. **Usucapião de terras devolutas da ex-colônia militar de Xaçepó**. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2010. p. 38.

¹³ XAVIER, Aristoteles. **O Centenário do Marechal Bormann**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert: 1944. p. 94; WERLANG, 2006. p. 19.

¹⁴ Os Campos de Palmas compreendem “o território localizado entre os rios Uruguai, Chapecó, Iguazu e Chopim (em 1888 a reivindicação argentina substitui o rio Chopim pelo Jangada), totalizado uma área de 30.621 quilômetros quadrados”. HEINSFELD, Adelar. A Guerra do Contestado no olhar diplomático argentino. **Anais Eletrônicos do IV Seminário de História Regional**. Passo Fundo: UPF, 2010. p. 7.

MAPA 2. Localização de Chapecó em SC



Fonte: Mapa interativo de Santa Catarina.

(Disponível em <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml> acesso em 04/06/2012.)

A questão das terras com a Argentina, denominada “Questão de Palmas”, foi decidida em 06 de fevereiro de 1895. Como não houve entendimento entre os dois países, coube ao arbitramento internacional do governo estadunidense. O Barão do Rio Branco (1845-1912) representou o Brasil contra o argentino Estanislao Severo Zeballos (1854-1923). O Presidente Grover Cleveland (1893-1897), então em seu segundo mandato, decidiu em favor do país, estabelecendo os limites internacionais que permanecem até hoje na região¹⁵.

Em relação ao povoamento do território, como já mencionamos, o então espaço estava ocupado essencialmente por indígenas (principalmente kaingang e guaranis) e caboclos, entretanto, estes não possuíam documentos de posse das terras. O Estado não reconhecia esse povoamento, considerava os habitantes inaptos e/ou insuficientes para a colonização efetiva, optando por colonizadores migrantes.

Em 1839 já havia ocorrido o deslocamento de fazendeiros de Guarapuava para os Campos de Palmas, dentre as quais a Campina do Gregório, onde está inserido o município de Chapecó e, em 1854, o governo catarinense, objetivando preencher o que considerava “vazio demográfico”, distribuiu lotes de terras aos colonos e demais pessoas que desejassem povoar o oeste. Contudo, o local estava habitado por indígenas, e para que pudesse ser realizada a

¹⁵ HEINSFELD, 2010. p. 7.

apropriação da área, os fazendeiros promoveram a divisão entre eles, fizeram com que se tornassem inimigos, formando dois grupos que os enfraqueceram. A estratégia mostrou-se eficaz.

A população cabocla sucedeu e miscigenou-se com a indígena, sendo conhecidos também como brasileiros. O caboclo não era originário do cruzamento racial puro, mas de sujeitos já miscigenados, tendo uma conceituação muito mais social do que racial. Se dedicavam à agricultura de subsistência, à pequena propriedade ou eram assalariados. Caso o seu modo de vida e de produção fosse modificado, tornando-se proprietário, ou adquirisse um estudo de mais alto grau, não seria mais denominado como caboclo – o que evidencia o quanto a denominação extrapola a simples questão étnica ou cultural¹⁶. Para os caboclos era necessário ter o seu pedaço de chão onde pudessem cultivar os seus produtos, fazer sua roça, criar alguns animais, ter o suficiente para sua sobrevivência. Como destaca Monego, “Para os caboclos, a terra era do “Brasil” e não tinha dono, pois não existiam escrituras”¹⁷.

Ao Estado interessava o povoamento e colonização das localidades praticamente inabitadas, que trariam consigo o “progresso”, e à colonizadora ter a concessão de muitas terras para que pudessem ser desmembradas e postas à venda, desejavam lucrar, acumular capital. Como menciona Picoli¹⁸, esse progresso não era vislumbrado nos caboclos que habitavam a região, pois não possuíam os princípios de produção voltados ao mercado, dessa forma, o modo de produção desenvolvido acabava sendo condenado, estando associado à preguiça e ao curto “desenvolvimento intelectual-espiritual” de seus realizadores. Eram julgados inaptos para o processo colonizatório – pré conceito ainda vigente.

Em todo o oeste, em poucos casos o caboclo conseguiu manter-se como dono de sua propriedade, assim como os indígenas, vindo a formar a mão de obra assalariada da indústria madeireira¹⁹. Como não produziam excedentes, não possuíam capital para adquirir as terras e já se consideravam “proprietários”, para eles não era necessário um documento que garantisse a posse territorial. Dessa forma, quando ocorre a chegada dos colonizadores, acabam tendo

¹⁶ POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 74 a 97.

¹⁷ MONEGO, Sonia. **Histórias que se revelam: Representações Simbólicas da Formação de Chapecó no Monumento “O Desbravador” e no Mural “O Ciclo da Madeira”**. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009. p. 35.

¹⁸ PICOLI, Bruno Antonio. **Sob os designios do progresso: a experiência dos camponeses atingidos pela Barragem de Itá reassentados em Campos Novos-SC na transição do milênio**. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011. p. 31.

¹⁹ POLI, 1995. p. 97.

que ceder (de forma pacífica ou em razão de ameaças e violências sofridas), abrindo mão daquelas terras.

A questão territorial envolvendo a perda de glebas de caboclos/indígenas para os colonizadores/Estado foi corrente no cenário regional, apresentando-se novamente no movimento que ficou conhecido como Guerra do Contestado (1912-1916). Antes mesmo de ser resolvida a denominada “Questão de Palmas”, o governo brasileiro havia decretado a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, um dos fatos que gerou a Guerra do Contestado, marcando a trajetória histórica catarinense e sendo um dos movimentos sociais mais importantes da história brasileira do início do século XX.

O movimento foi marcado pelas inúmeras contestações territoriais que surgiram desde a época do Tratado de Tordesilhas: a luta constante pela posse da terra entre Brasil e Argentina, destacando-se a Questão de Palmas; a disputa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná pela região do Contestado²⁰. O Paraná foi criado em 1850, sendo uma região desmembrada do Estado de São Paulo que reivindicava uma área territorial que chegava a 40.300km². Na questão da região do Contestado, Santa Catarina ganhou a causa em 1904.

A efetiva integração do oeste à Santa Catarina aconteceu em 1916, em acordo assinado com o governo do Paraná, dando fim à Guerra do Contestado. No conflito a população cabocla foi derrotada pela força militar. Como enfatiza Amador²¹, essa Guerra foi um divisor de águas dentro dos modelos de desenvolvimento econômico de nosso Estado, pois a ocupação populacional que antes era essencialmente cabocla e indígena passou a ocorrer através da venda de lotes para as famílias de descendentes de imigrantes e migrantes. Com a definição das fronteiras, conforme destaca Renk²², foram utilizadas as fronteiras naturais para serem estabelecidos os limites: o Rio do Peixe, Uruguai e Peperi-Guaçú.

Em 25 de agosto de 1917, ocorreu a criação de quatro municípios no oeste catarinense: Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó, através da Lei 1.147, assinada pelo então Governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt (1859-1930). Naquele contexto, tal criação foi possível visto a definição dos territórios entre os dois Estados sulinos (Santa Catarina e Paraná) e que legou a região referida ao controle catarinense. Na época, Chapecó

²⁰ A região denominada como Contestado compreendia os rios Negro, Iguaçu, Uruguai e a fronteira com a Argentina. O movimento opôs o Governo Federal e os Governos dos Estados do Paraná e Santa Catarina aos milhares de camponeses que tinham sido expulsos da área em que estava sendo construída a estrada de ferro.

²¹ AMADOR, Milton C. P. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste. Espaço de memória: abordagens e práticas. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, Ano 22, n. 31. 2010.

²² RENK, Arlene. **A luta da erva**: Um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

possuía uma área de 14.973 km, englobando toda a região do oeste, também conhecida como região do “Velho Município de Chapecó”. Atualmente, possui 625,6 km, em função dos desmembramentos de vários municípios.

A sede de Chapecó oscilou entre três vilarejos por razões políticas e econômicas: Passo Bormann, Xanxerê e Passo dos Índios. Iniciando a localização provisória da sede da Comarca na vila de Passo Bormann, em 1917, por ser, na época, o centro hegemônico da região. Passo Bormann era ponto de passagem, tinha uma localização estratégica, sendo o centro regional da extensa comarca que ia até a fronteira com a Argentina. Na sequência tivemos as seguintes transferências: em 1919 para a Vila de Xanxerê; no ano de 1923, a sede do município retornou a Passo Bormann; em 1929, a Xanxerê; e, finalmente, em 1931, fixou-se em Passo dos Índios, local em que se encontra atualmente.

Esses deslocamentos da sede municipal estavam atrelados também à realidade demográfica regional, e, em especial, a disputa de poder que havia entre os líderes da época. Havia uma grande instabilidade político-administrativa, por vários motivos: as muitas trocas da chefia da administração alterada entre titulares e substitutos²³; descaso do governo do Estado com a região.

Quando da criação do município, grande parte dessa área era tida como “desocupada”, segundo a compreensão estatal e colonizatória, como já mencionamos. O projeto colonizador que foi implantado na região, não levou em conta a população que habitava a área colonizada, privilegiando o colono e excluindo brasileiros e indígenas, seja “pela falta de vocação agrícola, pela falsa consciência de posse, pela ausência de acumulação de capital econômico para a compra da terra, por serem diferentes. Enfim, arrolavam um conjunto de indicativos que justificavam a expropriação dessas populações.”²⁴.

A empresa Brazil Development & Colonization CO²⁵ firmou um contrato com o Governo Catarinense no ano de 1916, através do qual a empresa se comprometia a colonizar a região em um prazo de quinze anos, a partir de 1º de janeiro de 1932. Caso a colonização não ocorresse, as terras seriam devolvidas ao Estado. A Brazil Development, por sua vez,

²³ Titulares e substitutos na Vila de Passo Bormann: Coronel Manoel dos Santos Marinho – 1917 a 16/03/1919 e 25/12/1919 a 1/1/1920 – Major Felipe Gosch – 15/04/1919 a 17/12/1919 e de 02/01/1920 a 17/01/1920. Titulares e substitutos na Vila de Xanxerê: Santos Marinho 19/02/1920 a 01/03/1920 – 01/10/1920 – 02/01/1921 a 03/03/1921 – falecendo em Passo Fundo-RS em julho de 1921; Major Simões Cavalheiro – 01/03/1920 a 30/09/1920; Armando Haeffner Marinho – 01/10/1920 – 08/03/1921 a 24/01/1922; Coronel Manoel dos Passos Maia – 24/01/1922 a 03/01/1923 – 26/06/1923 a 29/06/1923; Major Felipe Antonio – 07/01/1923 a 25/06/1923; Agrimensor Octaviano dos Santos – 29/06/1923 a 05/02/1923. BELLANI, 1989. p. 22 e 23.

²⁴ RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004. p. 29.

²⁵ Brazil Development & Colonization CO: “Autorizada a funcionar no Brasil em 1912, a B.D.C.Co. firmou um contrato com o governo de Santa Catarina, no ano de 1916, onde foram validadas as concessões as empresas”. HASS, 2001. p. 60.

repassava as terras a outras empresas colonizadoras. Inúmeras companhias desse setor atuaram no extremo-oeste catarinense. Além da colonização, as empresas promoveriam “ao longo dos anos a instalação de diversas indústrias: serrarias, cerâmica, moinhos de trigo, energia elétrica, frigorífico, imprimindo os primeiros passos ao processo de industrialização”²⁶. Também ocorreu outra forma de colonização, que não a das empresas colonizadoras. Como o Governo Catarinense almejava ocupar a área contestada o mais rápido possível, iniciou a concessão e venda de terras devolutas, favorecendo colonizadores.

No oeste catarinense, mais precisamente no atual município de Chapecó, a empresa responsável foi a Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. Quando da sua fundação, em 18 de setembro de 1918, no município de Guaporé-RS, a Empresa Colonizadora era denominada Empresa Bertaso, Maia e Cia., de propriedade de Agilberto Maia, Manoel dos Passos Maia e Ernesto Francisco Bertaso²⁷. A Colonizadora, entre outras glebas, adquiriu as terras da Fazenda Campina do Gregório (atualmente, compreende os municípios de Chapecó e Coronel Freitas), dos herdeiros da Baronesa da Limeira, de São Paulo²⁸.

A partir de 1923, a associação inicial foi dissolvida, ficando de posse somente do Coronel Bertaso, sendo a partir de então denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso. A empresa era dirigida pelo Coronel Bertaso, ex-caixeiro viajante que morava no Rio Grande do Sul que comprou o título de militar-coronel da Guarda Nacional. Eram membros da administração da empresa seus filhos Serafim Enoss Bertaso (1910-1976), Jaime Bertaso (1912-1985) e também Paulo Pasquali (1900-1966), genro do Coronel. Conforme destaca a estudiosa da história da companhia, Renilda Vicenzi:

A fundação da Companhia Colonizadora Bertaso pode ser apresentada como o desdobramento e a materialização oportunista, pelos colonizadores, das expectativas e dos interesses do governo e das elites do Estado catarinense, no que se refere à política de colonização.²⁹

Como destaca Piazza, esse modelo de colonização do Estado adotado no oeste catarinense deu continuidade a política de atuação do Estado Nacional, em que empresas colonizadoras passam a vir para a região com o intuito de garantir um projeto de civilidade,

²⁶ Idem, p. 64.

²⁷ Ernesto Francisco Bertaso nasceu em 24 de setembro de 1874, em Verona, na Itália. Sua família chegou ao Brasil em 1885, vindo em busca de melhores condições de vida, estabelecendo-se no Rio Grande do Sul. Casou-se com Zenaide Ballista no dia 19 de junho de 1904, sendo acompanhado sempre por ela em sua jornada. Faleceu em Chapecó, no dia 14 de fevereiro de 1960. Cf.: HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. **Ernesto Francisco Bertaso**: de Verona a Chapecó. Chapecó: Argos, 2005.

²⁸ VICENZI. 2008. p. 61

²⁹ Idem, p. 54.

que se efetivou com a vinda de “empresários do Estado do Rio Grande do Sul. Baseados na experiência da expansão dos núcleos coloniais em seu Estado, investiram vultosos capitais em Santa Catarina”³⁰.

A Colonizadora era encarregada do “desocupamento” das terras, colocando capatazes e homens de sua confiança a disposição dos novos donos que, caso fosse necessário, agiriam através da violência para expulsar intrusos que penetrassem ou ainda estivessem nas terras. Outra tática adotada para a desocupação das terras foi a atemorização e intimidação dos caboclos, os colonos os assustavam de forma consecutiva. Essa “limpeza” que foi feita nas áreas na maioria das vezes era realizada pela própria colonizadora e, quando o colono chegava, somente tomava posse, a terra já estava pronta para o uso, sem mato, e/ou em outros locais, o mato ainda tomava conta³¹. Foram feitas muitas doações de terrenos pela Colonizadora à comunidade, para a instalação de estabelecimentos públicos, religiosos, institutos de cunho esportivo e/ou recreativo. Entretanto, na realidade não se tratavam de “gestos de boa vontade”, já que no contrato feito com o Estado estava prevista a concessão de terrenos para uso público, como uma das obrigações da empresa³².

Além de vender as terras diretamente aos colonos, a empresa Bertaso também propunha a formação de novas firmas subordinadas a ela, que comprariam uma grande quantidade de terras por um valor menor e depois as revenderiam. A empresa se utilizou muito de propagandas para a comercialização dos lotes de terra, o que favoreceu a vinda dos migrantes à região, que já não tinham tanta possibilidade de adquirir as terras em seu Estado, pela escassez e alto custo das mesmas.

Como destaca Hass³³, a Família Bertaso, através da Colonizadora Bertaso, trouxe mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina sendo, na maior parte, ítalo-brasileiros. As famílias eram razoavelmente grandes e traziam consigo costumes, crenças e hábitos de seus antepassados e teriam, em breve, necessidade de ampliação da infraestrutura de apoio para sua fixação na região, sobretudo para a formação educacional de seus filhos.

A Colonizadora se concretizou na região. Consolidou com êxito seu propósito, o ato de colonizar, realizar a ação endossada pelo poder público, de demarcar, colonizar e ocupar

³⁰ PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A evolução da cidade de Chapecó: do povoado ao centro regional**. Revista do IHGSC, Florianópolis, nº 4, p. 365-400, 1982-1983. p. 372-373.

³¹ RENK. 1995. p. 231.

³² VICENZI. 2008. p. 59.

³³ HASS. 2001. p. 67.

uma determinada área, lucrou muito com a comercialização das terras³⁴. Vendeu seus lotes de terra, trouxe os migrantes à região, formou as bases necessárias para a expansão e o crescimento municipal, além de ela própria desempenhar esse papel. O cenário do oeste catarinense foi transformado. Uma localidade que contava com um pequeno contingente populacional e fora dos moldes propostos e almejados pelo Estado passou para uma área em que a população aumentava gradativamente, era produtora de capital e ansiava pelo acúmulo dele.

1.2 O CRESCIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DE CHAPECÓ NO ÂMBITO REGIONAL

Ainda nos tempos iniciais da nova localidade, destacou-se a visita da comitiva do então Presidente do Estado de Santa Catarina Adolfo Konder (1926-1930) no ano de 1929 – a viagem ficou conhecida como “Bandeira de Konder”. O presidente foi o primeiro nesta função a visitar a longínqua região, constituindo tal evento um marco na história da localidade. A “Bandeira de Konder” teve início em Florianópolis, em 17 de abril de 1929, e o retorno à capital ocorreu em 18 de maio do mesmo ano³⁵. Dentre os principais motivos da visita, podemos destacar a efetivação da fronteira com a Argentina, bem como o “abrasileiramento” da população, que possuía muitos costumes da cultura do país vizinho. Houve também a expansão do processo civilizador no oeste e o reconhecimento do território pelo gestor estadual. A nacionalização, que também era proposta pela Bandeira, ocorria com o intuito de tornar nacional não somente os migrantes que vieram através das empresas colonizadoras, mas os caboclos e indígenas que habitavam a localidade.

A instalação da Colonizadora Bertaso no município de Chapecó estimulou o crescimento populacional e urbano, especialmente, a partir de 1930. Ocorreram inúmeras transformações na Região oeste de Santa Catarina, capitaneados pelas colonizadoras e, depois de muitos anos, enfim, a colonização prosperou e deu maior vida econômica e importância político-social à região.

Economicamente, após iniciada a colonização por parte das empresas colonizadoras, a região oeste catarinense começou a despontar como produtora agrícola e pecuária. A primeira atividade econômica sistemática praticada na região foi a exploração da erva-mate. Em

³⁴ PICOLI, 2011. p. 35 e 36.

³⁵ CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE - CEOM. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras.** Chapecó: Argos, 2005. p. 11.

seguida, temos a exploração da madeira, sendo substituída posteriormente pelas atividades agropecuárias. A organização colonizatória teve como premissa a constituição da pequena propriedade, voltada inicialmente para a economia de subsistência e comercialização do excedente, situação que aos poucos se transformou, com a formação de um mercado interno que foi integrado à economia nacional. Assim começam a surgir também grandes proprietários que subordinam o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se os propulsores/proprietários da terra e das empresas. Como menciona Goularti Filho, as frentes pioneiras, o extrativismo vegetal e a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande formaram um só componente que introduziu as relações capitalistas de produção no oeste e no Contestado³⁶.

Politicamente, a localidade era comandada de acordo com os interesses do governo do Estado, que intervinha conforme suas pretensões, nomeando os superintendentes municipais. Esta situação se manteve até o ano de 1947, quando ocorreram as primeiras eleições em Chapecó.

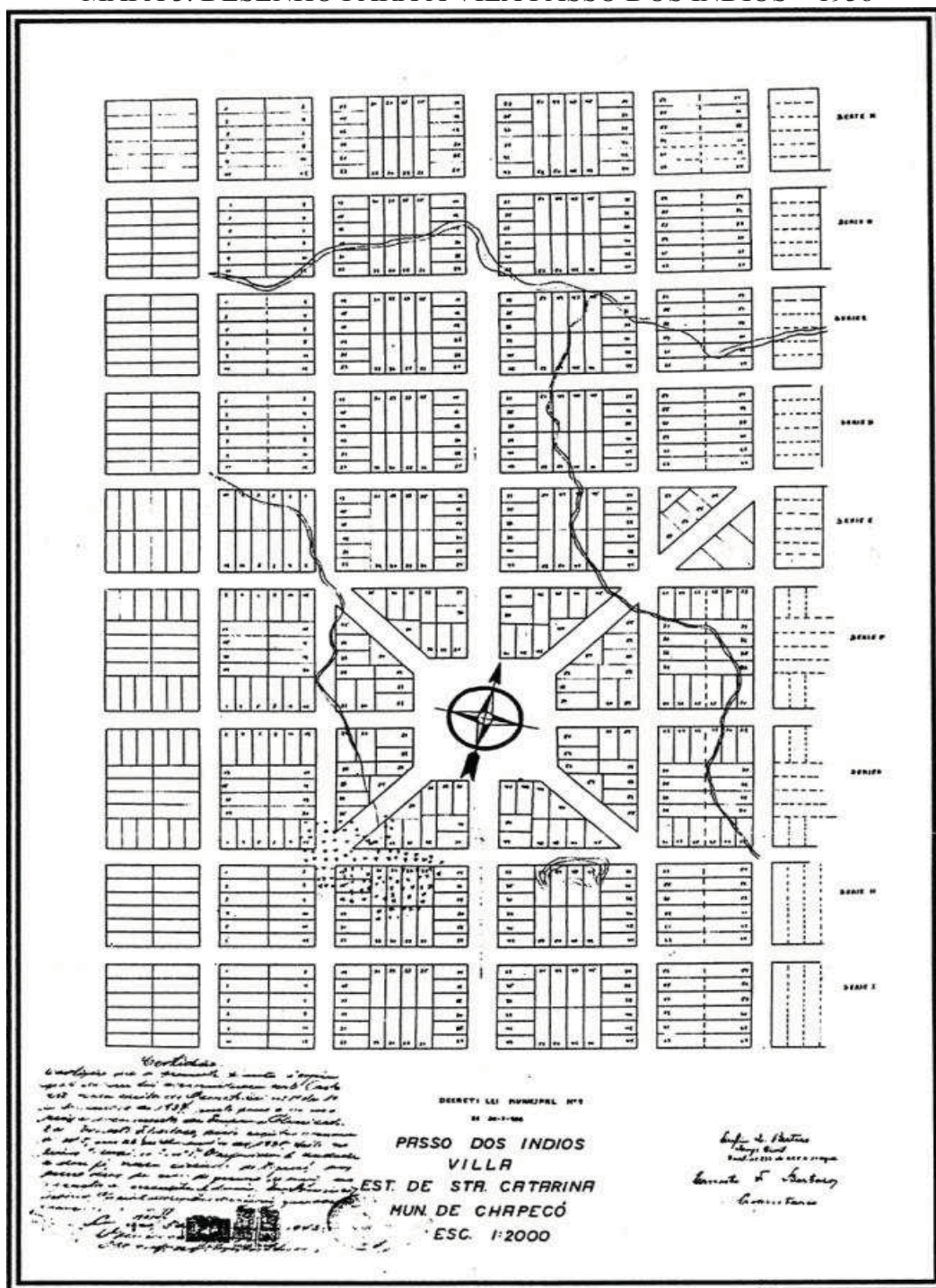
Foi desenvolvido pela Colonizadora Bertaso um planejamento urbanístico, que viria a facilitar a venda dos lotes do município e que aparentaria maior organização no local. Nessa idealização objetivava-se concentrar o poder em um determinado ponto, e nada melhor para isso do que relacionar e aproximar os poderes político-econômico e religioso, que foram concentrados, instalados próximos um ao outro no lado da rosa dos ventos, a imagem que representa os quatro sentidos (Ver Mapa 3).

A partir disso, dessa concentração, associou-se o planejamento com a ideia de um corpo humano, mobilizou-se uma teoria anatômica e agregou-se a uma cidade. Essa tese inspira concepções urbanísticas para as cidades iluministas. O sistema sanguíneo era tomado como modelo para o tráfego, veias e artérias passaram a fazer parte do vocabulário citadino, o coração bombearia e comandaria todo esse sistema, proporcionado a circulação de todas as purezas e impurezas anatômicas do corpo, no caso, da cidade³⁷. Com base nessa teoria, no “coração” seriam instalados os principais órgãos do município, os poderes que dariam o rumo. Esse fato ocorreu na Europa, e notamos em Chapecó uma mobilização aproximada a esta, mesmo séculos depois dessa teoria ter sido elaborada, já que procurava-se proporcionar ao local uma visão futurística, progressista.

³⁶ GOULARTI FILHO, Alcides. **A formação econômica de Santa Catarina**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002. p. 982 e 983.

³⁷ Cf.: SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

MAPA 3. DESENHO PARA A VILA PASSO DOS ÍNDIOS – 1938



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Chapecó.

A década de 1940 foi de crescimento demográfico e acúmulo de capital em Chapecó, muito em função do extrativismo vegetal. Houve a criação de casas comerciais, varejistas e atacadistas. A indústria também teve plena atividade, que continuou, essencialmente, girando em torno da erva-mate e da madeira. Em 1948-49, ocorreu a expansão do sistema bancário

com a instalação do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO) e o Banco Agrícola Mercantil S.A.³⁸.

No ano de 1943, o município de Chapecó passou a integrar o Território do Iguassú, deixando de pertencer ao Estado catarinense³⁹. Esse território possuía superfície de 65.854km com 96.848 habitantes e, durante a época em que esteve em vigência (de 1943 a 1946) Serafim Enoss Bertaso, foi nomeado como autoridade regional. Além de exercer o domínio econômico na região, a família Bertaso passou a exercer também o poder político.

Na década de 1940, ocorreu também o desenvolvimento de atividades secundárias e terciárias. Jornais do período retratavam a “chegada do progresso” à região e o desencadeamento do processo de desenvolvimento após o fim do Território do Iguassú.

Passada a noite tenebrosa que foi para Chapecó o nefasto Território do Iguassú, começou a nossa cidade o seu desenvolvimento e, como era de se esperar, as construções tem tomado vulto, após o início da gestão governamental catarinense. [...] Iniciou-se a onda de progresso mormente na vida da município.⁴⁰

Observando a fonte acima, vê-se como a imprensa local criticou o Território do Iguassú, vendo nele uma impossibilidade de crescimento pelo afastamento da gestão do Estado catarinense e também pelo descaso que ocorria por parte do Governo Federal. O *Jornal A Voz de Chapecó* tinha como um dos objetivos principais demonstrar de que maneira se encontrava a região e situações que necessitavam maior atenção, levar essas reivindicações ao governo, pois Chapecó estaria abandonada pelo poder público⁴¹.

Com a nova definição da jurisdição ao Estado de Santa Catarina, nas décadas de 1940 e 1950, o crescimento da região oeste foi intenso. Aliado a instalação de instituições de cunho administrativo do Estado, como em 1948, a Residência do Departamento de Estradas de Rodagem e, em 1949, a Delegacia Regional de Polícia, ocorreu a expansão das atividades econômicas muito impulsionadas pelo aumento demográfico.

A segunda fase de intensa migração para a região, nas décadas de 1940 e 1950, gerou novo aumento populacional⁴². Com isso, o desenvolvimento municipal “caminhava a passos

³⁸ HASS. 2001. p. 135.

³⁹ De acordo com o Decreto Lei n. 5.812 de 13 de setembro de 1943, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, “são criados, como partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.” (Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943).

⁴⁰ A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano VIII, n. 179, 8 fev. 1948. p. 4.

⁴¹ PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Construindo a ordem e o progresso através do Jornal A Voz De Chapecó (1939-1941)**. 2005. Monografia, Unochapecó, 2005. p. 40.

⁴² VICENZI. 2008. p. 141.

largos”: as estradas foram reformadas; a indústria ganhou força, sobretudo o setor alimentício, estimulado com a criação de suínos. Como destaca Peluso⁴³, no período de 1940-1950 a população municipal passa de 44.323 habitantes para 96.624, com um aumento médio geométrico de 8,1% ao ano.

O crescimento na área urbana é intensificado, trazendo à região profissionais urbanos/liberais que vêm disputar o poder local. Surgem novos nomes na política chapecoense, no entanto, permanecem algumas pessoas ligadas ao período da colonização, como é o caso de Rodolfo Maurício Hirsch, casado com Maria Adelaide Pasquali Hirsch (1927-2011), neta do Coronel Bertaso. O município tinha uma posição geográfica no oeste catarinense que o favorecia como ponto de passagem, o que possibilitava a construção de mais rodovias e maiores investimentos característica que permanece na atualidade - Chapecó é considerada a “Capital do oeste”. É também nessa época, de 1940 a 1950, que objetiva-se mudar a imagem de Chapecó. O local era conhecido como terra de bandidos e forasteiros. Uma imagem construída historicamente pela imprensa, baseada em diversos casos ocorridos no município, como contrabando de madeiras e o incêndio da Igreja Matriz, em 1950.

Influenciados pelas políticas do segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), visando o desenvolvimento, a população almejava transformar “a terra de ninguém em terra de progresso”. Apresentavam como ideia difundir através da imprensa uma nova imagem municipal, para atrair investidores e manter aqueles que se encontravam instalados. Assim, buscou-se construir um homem que contribuísse com o desenvolvimento local e do país, legitimando o progresso econômico⁴⁴.

No ano de 1951 o governador catarinense Irineu Bornhausen (1951-1956) visitou Chapecó e passou a divulgar o oeste como uma região que estava com seus municípios em pleno desenvolvimento, visando o progresso. A partir desse período foi iniciada a desconstrução da imagem de “Velho Oeste” e trazida a visão de que há um povo ordeiro, trabalhador, lutador, honesto, que vive sem crimes e sem desordem. Dessa forma, ocorre um grande impulso ao setor agroindustrial, como também aos setores de metal-mecânica, serviços de transporte, técnicos, vendas, financeiros, dentre outros⁴⁵. A pequena propriedade rural se transforma no grande espaço da mudança e da expansão. Houve a integração da agroindústria e propriedade rural, sendo construída uma nova relação de negócios.

⁴³ Cf.: PELUSO JUNIOR, 1982-1983.

⁴⁴ VOJNIAK, Fernando. **“Iluminar a inteligência e educar a afetividade”**: Uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970). Florianópolis: UFSC, 2004. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. p. 58.

⁴⁵ Cf.: PEDERSETTI. 2003.

A partir de 1953, passam a ocorrer os desmembramentos da região denominada “Velho Chapecó”, o que vai mudar consideravelmente o quadro populacional. Sua área territorial iniciava do meio para o oeste do Estado de Santa Catarina; ao sul fazendo limite com o Rio Grande do Sul (Rio Uruguai); ao norte com o Estado do Paraná e ao oeste com a Argentina. A última localidade a ser desmembrada foi o atual município de Cordilheira Alta, em 1992. Esses desmembramentos⁴⁶ se relacionam diretamente com a população local, o que propicia grandes mudanças na relação população urbana e rural do município.

TABELA 1. Demografia do Município de Chapecó – 1920-1980

POPULAÇÃO CHAPECÓ/SC – 1920 à 1980					
ANO	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
1920	11.315	1.053	10	10.262	90
1930	19.235	1.790	10	17.445	90
1940	44.323	4.128	10	40.195	90
1950	96.624	9.756	11	86.868	89
1960	52.089	10.939	21	41.150	79
1970	49.865	20.275	41	29.590	59
1980	83.772	55.226	66	28.546	34

Fonte: CHAPECÓ. Museu de História e Arte de Chapecó – MHAC. Sala da Representatividade Política – Evolução demográfica do município de Chapecó 1920 à 2009.

Observando a tabela podemos ressaltar que até os anos 1960, a população era majoritariamente rural, em vista disso, a economia era predominantemente baseada na agricultura, tendo os habitantes se estabelecido essencialmente no campo e/ou desenvolvendo atividades relacionadas a ele. Com as desintegrações provocadas a partir de 1950, ocorre uma baixa considerável no contingente populacional, passando de 96.624 hab. para 52.089, havendo uma redução de 47% da população geral. Nos anos seguintes, passa a ser modificada a população urbana em relação à população rural. As localidades que se emanciparam contribuíam para o fortalecimento da população urbana, pois eram essencialmente rurais, um dos fatos que provoca, conseqüentemente, uma queda da população do campo.

A modificação das atividades rurais, modernização do meio urbano, a dominação econômica da agroindústria na região, o forte impulso ao processo de industrialização, contribuem para a elevação do percentual da população urbana, ocorrendo a mescla da mesma e sua maior concentração na zona urbana.

⁴⁶ Desmembramentos a partir do “Velho Chapecó” de 1953 a 1985: Águas de Chapecó – 1962; Campo Erê – 1958; Caxambú do Sul – 1962; Cordilheira Alta – 1992; Coronel Freitas – 1961; Dionísio Cerqueira – 1953; Itapiranga – 1953; Mondai – 1953; Guatambú – 1991; Nova Itaberaba – 1991; Palmitos – 1954; Quilombo – 1961; São Carlos – 1953; São Lourenço D’Oeste – 1958; São Miguel D’Oeste – 1958; Xanxerê – 1953; Xaxim – 1954. Cf.: WAGNER, Altair. **E... Chapecó Levantou Vão**. Florianópolis: De Letra, 2005.

Devemos acrescentar ainda que com a crise pós-governo Juscelino Kubistchek (1956-1961), a população brasileira tem um poder aquisitivo muito mais baixo, passando a consumir mais a carne de frango do que a de gado, o que contribui com a indústria chapecoense, que passa a investir fortemente em sua produção⁴⁷, além do forte incentivo de políticas governamentais para o desenvolvimento da mesma.

Na década de 1960 acentua-se uma intensa migração interna no Brasil. A população camponesa procura os centros urbanos, principalmente os grandes centros urbanos. Este fenômeno social tem como causas: a mecanização na produção agrícola dos médios e grandes proprietários, o aumento de pessoas nos núcleos familiares dos pequenos proprietários e a conseqüente migração para as cidades a procura de emprego. Também contribuíram para o êxodo rural as penúrias e dificuldades econômicas da agricultura familiar pelo baixo preço pago a sua produção pelos atravessadores e o mercado.⁴⁸

A instalação das agroindústrias no município ocorreu no final da década de 60 e início da década de 70, durante o governo militar. Com grande incentivo governamental, facilidade para financiamentos, essas empresas foram responsáveis pelo grande aumento populacional, em virtude do poder de atração da população que migrava do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Aproximadamente uma década depois da instalação das agroindústrias, a população havia triplicado⁴⁹.

As colonizadoras e o Estado cumpriram seu papel e seus objetivos colonizatórios. O colono veio para a região, firmou moradia e promoveu o desenvolvimento regional. O projeto desenvolvimentista almejado pelas lideranças nacionais, estatais, regionais e locais foi alcançado. Emergia agora uma região com caráter progressista, que possuía inúmeros motivos que a levavam ao crescimento. Entretanto, esse crescimento carecia de alicerces que gerassem uma base sólida e duradoura. Para que a população, a sociedade em geral continuasse em ritmo de ampliação e/ou consolidação demográfica, econômica e social, a instrução educacional é estritamente necessária. Estudaremos então como se desenvolveu a educação no município de Chapecó, enfatizando as tendências que levaram a adoção de entidades religiosas propulsoras do ensino – uma educação que extrapola o público de munícipes e

⁴⁷ RECHE, Daniella. A influência do capital agroindustrial na distribuição sócio-espacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica. **Diez años de cambios en el mundo, em la geografía y em las ciencias sociales, 1999-2008**. Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Universidad de Barcelona. p. 9.

⁴⁸ CASSOL, Evaldo. **A Secretaria dos Negócios do Oeste – SNO: as ações do Estado no desenvolvimento regional Catarinense (1963-1992)**. 2007. f. Dissertação (Mestrado em História) 2007. f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007. p. 18

⁴⁹ RECHE. 2008. p. 1.

também aparece como fator de destaque da cidade ante as demais cidades e localidades da região.

1.3 O INCREMENTO EDUCACIONAL EM CHAPECÓ

A educação esteve presente, ainda que precariamente, na região oeste catarinense desde 1892, na época da Colônia Militar de Xaçepó, onde, conforme destaca Lajús⁵⁰, foi fundada uma escola em que funcionavam o Curso Elementar e o Curso Supletivo. Decorrente da visita da comitiva do Presidente de Santa Catarina Adolfo Konder, em 1929, foram elaborados registros de viagem que colocavam que quase não haviam escolas na região, e em muitos municípios os alunos frequentavam escolas na Argentina. Especialmente até a década de 30, havia muitas complicações. Não haviam escolas, as crianças tinham que se dirigir até o município de Barracão, na fronteira com a Argentina, para poderem estudar. Acabavam aprendendo o espanhol, o que gerava grande preocupação dentre as autoridades locais, pois este fato não contribuía a favor do pertencimento da região ao Brasil.

Conforme menciona Vicenzi, a educação formal foi alvo de preocupação desde o início da migração oestina. Esse motivo vem atrelado ao fato de no Rio Grande do Sul (Estado de onde migraram os colonizadores), existirem escolas em praticamente todas as regiões de onde procedia o fluxo migratório. Além de uma expectativa dos migrantes, era interesse do Estado que as colonizadoras dessem continuidade e intensificassem o domínio cultural brasileiro oficial. Dessa maneira, a escola exercia papel fundamental através do ensino da língua portuguesa, como é enfatizado no Álbum do Cinquentenário de Chapecó, que destaca que “era imprescindível “esmagar a instrução estrangeira com o império do nosso ensino português””.⁵¹, afirmando dessa maneira como era almejado deixar as outras línguas de lado e dar destaque ao português.

Através da colonização havia a instalação de escolas, sendo uma das primeiras providências tomadas pelos migrantes, com o auxílio das colonizadoras. Quando não havia um prédio próprio para a sua implantação, geralmente funcionava junto à Igreja. Apesar desses fatores contribuintes à educação regional, ela foi implementada lentamente. Além da dificuldade de construir escolas e de material didático, por não existirem recursos e incentivo

⁵⁰ LAJÚS, Magda Glicema Reschke. **Colégio Marista São Francisco 40 anos de presença em Chapecó (SC)**. 1999. (Trabalho de conclusão de curso) Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1999. p. 54.

⁵¹ ÁLBUM do Cinquentenário de Chapecó. Chapecó, 1967.

do governo do Estado, a contratação de professores não era fácil. As estradas constituíam um grande problema, as poucas que existiam eram quase intransitáveis.

Na região a maioria das escolas se dedicava ao ensino primário, sendo que poucas pessoas conseguiam dar continuidade aos estudos em outros locais. Eram poucas as famílias que podiam propiciar isso aos filhos⁵². A criação de escolas e a educação da população em geral foi um projeto que teve maior ênfase com a Proclamação da República. Foi estabelecido um modelo de escolarização, que conforme Freitas, estabilizou entre nós a escola seriada, o grupo escolar, jardim de infância, normas, procedimentos, inúmeras realizações.⁵³ Entretanto, essas realizações, reformas, pouco fizeram. Em um país onde a população era majoritariamente analfabeta, o governo nacional se responsabilizou pelas escolas superiores e secundárias nos Estados, sendo que esses deveriam arcar com a educação primária, o que propiciou o perpetuamento da precariedade da escola primária. Durante a República Velha (1889-1930) muitas reformas aconteceram no ensino, legislando-o. Outro fator importante a ser destacado foi a laicização da educação pública, separação da Igreja e do Estado – situação mais legal do que efetiva, *a priori*.

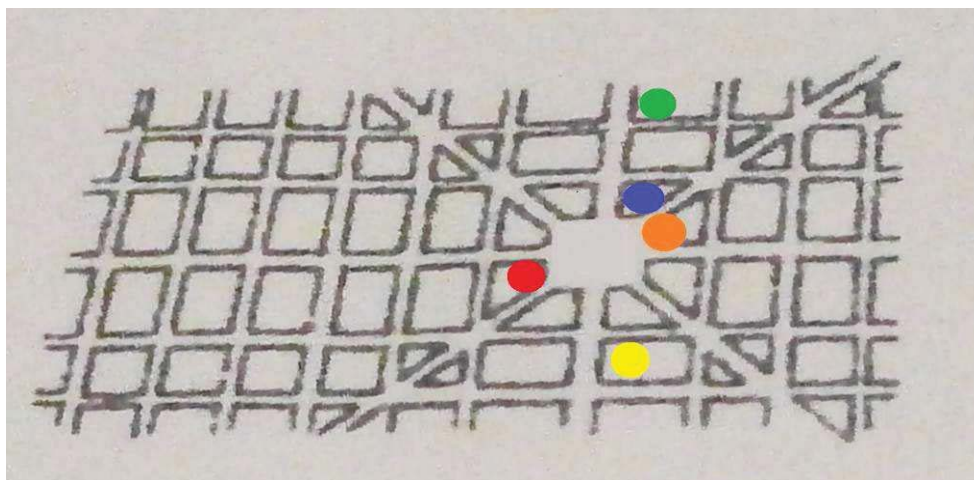
No município de Chapecó, esses reflexos não tiveram grande impacto inicialmente, sendo que a educação municipal tomara maiores proporções a partir da década de 30, com a colonização em maior escala. Segundo é demonstrado no traçado urbano do município (Ver Mapa 4), houve um planejamento estabelecido pela Colonizadora Bertaso para o centro da localidade ainda em 1931. Conforme consta na *Revista Conhecendo Chapecó*⁵⁴, seguiu-se um modelo “tabuleiro de xadrez”, com as vias de tráfego obedecendo às direções norte-sul e leste-oeste, tendo as ruas largas - que permanecem na atualidade -, conforme pode ser observado abaixo, onde foram fixadas as primeiras escolas chapecoenses.

⁵² VOJNIAK, 2004. p. 76

⁵³ FREITAS, Marcos Cezar de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 165

⁵⁴ A CIDADE e seu planejamento. **Conhecendo Chapecó**. Chapecó, p. 11, nov. 1996.

MAPA 4. Desenho urbano do município de Chapecó – 1931



Legenda:

- Prédio da Prefeitura Municipal de Chapecó
- Colégio Marechal Bormann
- Colégio Marista São Francisco
- Igreja Matriz – Catedral Santo Antônio
- Entidade educacional Bom Pastor

Fonte: Museu de História e Arte de Chapecó – MHAC (adaptado).

Na parte central do município, foram instalados vários estabelecimentos públicos, confessionais e educacionais. Em 1950 foi inaugurado o Prédio da Prefeitura Municipal, que atualmente é tombado pelo Patrimônio Histórico e abriga o Museu Antônio Selistre de Campos – MASC e o Museu de História e Arte de Chapecó – MHAC. A Catedral Santo Antônio foi inaugurada em 1957, após ter sido incendiada a antiga Igreja de Chapecó que ficava no mesmo local, em 1950. O Colégio Marista São Francisco, foi fundado em 1959; o Bom Pastor, inaugurado em 1947; e o Colégio Marechal Bormann iniciou seus trabalhos em novembro de 1930, passando para as instalações demarcadas em 1953.

Como é possível perceber a concentração das escolas na região central foi intensa, com destaque para o Bom Pastor, fundado pelas IFMMA no dia 1º de fevereiro de 1947, originando-se – conforme as narrativas - do desejo da comunidade chapecoense e esforços feitos pelas lideranças leigas e religiosas⁵⁵.

Após a Revolução de 1930 inúmeras mudanças ocorrem na política, economia e sociedade do país, havendo a intensificação do processo de industrialização e no âmbito educacional também sobrevêm alterações. Com Getúlio Vargas no poder (1930-1945), e especificamente após a implantação do Estado Novo (1937-1945), entra em voga um grande projeto político que visava à afirmação da identidade nacional brasileira, ou seja,

⁵⁵ COTINI. 1997; VOJNIAK. 2004. p. 17.

nacionalização, fazendo a educação parte estratégica da estrutura de implantação desse projeto. Havia duas dificuldades fundamentais neste plano: as práticas regionalistas educacionais, nas quais deveriam ser padronizados os modelos de ensino e centralizadas as atividades; e existia uma forte presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização (como imigrantes: alemães, italianos, entre outros). Sendo assim, acreditava-se que era necessário “formar um todo”⁵⁶, nacionalizar essas populações. Esse modelo nacionalista está atrelado à “questão da centralização, do anti-regionalismo, e se quisermos adiantar, da intolerância com as diferenças.”⁵⁷. No contexto em que se encontrava o Brasil e o mundo, com a expansão do nazifascismo, movimentos discriminatórios, eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945), não foi difícil atrelar a questão educacional nacionalista como uma questão de segurança nacional.

Chapecó e região também fizeram parte dessa ação da política nacionalista. Muitas escolas ainda ensinavam a língua estrangeira e as localidades eram caracterizadas como “lugar de pouca civilização”, pela questão da violência e contrabando existentes. Entretanto, esse projeto passa a tomar corpo a partir do final da década de 40, em que são reivindicados maiores olhares e investimentos na região toda, que vivia ao abandono do governo estadual e nacional. Esse movimento foi acelerado com a instalação de instituições estatais na região, como a Secretaria dos Negócios do Oeste e também com a criação do Território do Iguçu, citado anteriormente⁵⁸. Conforme a perspectiva do Estado ditatorial de Vargas, implementado em 1937, visava-se:

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizadores.⁵⁹

Esse movimento educacional já havia ganhado corpo, no final da década de 20 com as campanhas higienistas e sanitaristas, que foram iniciadas com a implantação da República brasileira, intervindo na vida da população, com o intuito de higienizá-la, discipliná-la,

⁵⁶ PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 151.

⁵⁷ Idem. p. 152.

⁵⁸ VOJNIAK. 2004. p. 77 e 78.

⁵⁹ PANDOLFI. 1999. p. 139.

organizá-la⁶⁰. Essas medidas culminam no fortalecimento da educação como propulsora do progresso, fortalecendo a identidade nacional e internalizando na população os valores almejados pelo governo. Em vista disso, é passível a relação entre a fundação das escolas e a organização escolar dada pela elite local, havendo fortalecimento da população urbana em relação à população rural, conseqüentemente um maior contingente de educandos.

Sob esse cenário ocorre a fundação do Bom Pastor, coordenado pela Congregação das IFMMA, sendo exclusivo em alguns cursos ao atendimento feminino. Já no ano de 1959 foi estabelecido o Colégio São Francisco, dirigido pelos Irmãos Marista dedicando-se ao ensino masculino, e conforme destaca Vojniak⁶¹, foi encontrada a justificativa de que havia a necessidade de colégio para os meninos, enquanto que no Bom Pastor eram atendidas preferencialmente meninas.

Essas instituições de ensino refletiam o caráter dual na educação, o que era comum na própria organização social da região e do Brasil como um todo, na época. Diferenciavam-se os papéis e espaços pertencentes ao homem e a mulher, em vista disso cabia a cada um diferente modelo educacional. A Igreja Católica acabou firmando-se na questão educacional, atuando amparada pelo Estado através do trabalho empreendido pelas congregações. A instituição obteve êxito e o governo não opôs, em vista do grande déficit do Estado perante a educação brasileira e do próprio poder que a Igreja já exercia dentro de muitas comunidades.

O município de Chapecó havia se consolidado, estando em grande fase de crescimento, sendo assim a educação necessitava precisava alcançar tal mudanças. Dessa maneira, será estudado e analisado neste trabalho a atuação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora no Bom Pastor. Tal Congregação e o trabalho que até hoje é desenvolvido na comunidade chapecoense, firmaram e difundiram os ideais católicos entre parte significativa de sua população, alcançando sua meta educacional municipal, ou pelo menos parte dela, conforme analisaremos no próximo capítulo.

⁶⁰ Cf.: MELLO, Alex Oestreich de. et al. **O discurso sanitário como discurso político e ideológico na República Velha**. Revista Historiador. Nº 03, ano 03, p. 92-106. dez. 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/tres/alexm.pdf>. Acesso em: 18/março/2013.

⁶¹ VOJNIAK. 2004. p. 94.

II. A AÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA EM CHAPECÓ

No ano de 1888, foi fundada a Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora. Constituída por uma missão e um caráter próprios, a Congregação iniciou através de um empreendimento realizado por Irmãs que se deslocaram da Suíça para a América Latina, tendo destaque a Irmã Maria Bernarda Bütler, que era a responsável pela missão e fundação da nova Congregação em terras latino-americanas.

Iniciando os trabalhos no Equador, as Irmãs se dedicavam a educação, saúde, assistência social e trabalhos litúrgicos, com o objetivo principal de enunciar e perpetuar o ideal católico, adotando as práticas divulgadas e seguidas pela Restauração Católica⁶².

As missionárias chegaram ao Brasil em 1911, inicialmente em Óbidos no Pará, e a partir de então se difundiram pelo restante do país. Em Chapecó-SC, atualmente sede de uma das províncias brasileiras, a de Santa Clara, sua vinda é datada em 1941, e sua atuação está pautada na questão da educação, dos ensinamentos religiosos e da saúde.

Neste capítulo, analisaremos a história da Congregação, a difusão das Irmãs em missões pelo país e, com maior afinco, sua presença em Chapecó, a atuação na saúde, nos espaços litúrgicos (ensino religioso) e introduzindo a questão pedagógica (a história do Bom Pastor, que será discutida no último capítulo). Cabe ressaltar que as fontes utilizadas neste capítulo são basicamente da Congregação: livros, revistas, encartes, entre outros, que relatam a história da instituição, desde sua formação até os dias de hoje. Nesse sentido, reforçamos as dificuldades de tratamento das informações e fontes, ao mesmo tempo em que destacamos a relevância e quase ineditismo de um olhar acadêmico mais aprofundado para essa entidade religiosa com difusa atuação missionária.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA

A Congregação das IFMMA foi fundada pela Madre Maria Bernarda Bütler, atualmente Santa Maria Bernarda, em 19 de julho de 1888. No entanto, ao contarmos a história dessa Congregação, devemos voltar no tempo, muito antes de sua fundação.

Para podermos compreender a história das Irmãs Franciscanas Missionárias e seu caráter, suas missões, seus propósitos, devemos nos remeter ao século XIII, inicialmente, à

⁶² Implantação e adaptação de inúmeras práticas que tinham o intuito de promover a reafirmação da Igreja Católica perante a sociedade, implementada a partir do século XIX.

figura de Francisco de Assis, que, como dizia, “vivia por inspiração do senhor em penitência”⁶³: “A conversão de Francisco, entre 1205-1206, motivou-o a adotar um modo de vida dedicado ao cuidado dos doentes e ao abandono dos bens materiais. Tornara-se um penitente, não sendo clérigo ou monge, renunciando aos prazeres e atividades estritamente seculares”⁶⁴. Francisco de Assis reuniu muitos seguidores de sua doutrina e seu estilo de vida. Os franciscanos buscavam incentivar os leigos⁶⁵ à aceitação e à propagação do Evangelho, realizavam trabalhos missionários, estabelecendo casas e conventos em grandes cidades europeias. Contudo, muitos que pertenciam a esse grupo não concordavam totalmente com seu estilo de vida, sem votos e com a vivência de extrema pobreza e mendicância, e acabaram ligando-se efetivamente à Igreja, fazendo votos e estabelecendo-se em conventos⁶⁶. Os Irmãos Franciscanos ficaram responsáveis por algumas congregações, entre elas as das Irmãs “beguinhas” que possuíam um modo de vida diferente daquele adotado pelas demais congregações. Levavam uma vida de clausura absoluta. Esse novo modelo de vida foi aprovado pela Igreja Católica em 1226.

Na Suíça, em 1516, foi constituído o Convento de María Hilf, em Altstätten, pertencendo à ordem das Irmãs beguinhas, que se dedicavam a uma vida de clemência, edificando o convento no interior do município. No final do século XVIII e início do século XIX, muitas transformações ocorreram na relação que existia entre a Igreja Católica e os Estados, motivadas, sobretudo, pela Revolução Francesa, o iluminismo e o anticlericalismo que afetou o Convento de María Hilf, que ficou por muito tempo abandonado e sofreu saques, permanecendo sem receber noviças.

Tendo em vista as mudanças ocorridas e dos novos rumos que toma a sociedade como um todo, sucede-se a Restauração Católica, uma adaptação dos moldes tradicionalistas católicos às modificações sócio estruturais e políticas. Como características dessa restauração da Igreja, citamos: o retorno ao catolicismo Tridentino –autoridade direta do Papa -; início de uma oposição a qualquer forma de tutela do Estado, em que a religião e o poder estatal

⁶³ BURIN, Marinês; SEGURA, Isabela Rubio. **Del Corazón de la Madre Bernarda al corazón del mundo**. Colômbia: Linotopia Bolívar e Cia, 2000. p. 25.

⁶⁴ MORAES, Juliana de Mello. **Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações**, Braga e São Paulo (1672-1882). 2009. 636 f. Tese (Doutoramento em História) Universidade do Minho, Portugal, 2009. pg. 38.

⁶⁵ Fazendo parte dos ideais católicos, "Sob o nome de leigos entendem-se aqui todos os cristãos, exceto os membros das Sagradas Ordens ou do Estado religioso reconhecido na Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados a Cristo pelo Batismo, constituídos em Povo de Deus e a seu modo feitos participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo, exercem, em seu âmbito, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo". CATECISMO na Igreja Católica. Índice analítico. Disponível em: <http://catecismo-az.tripod.com/conteudo/az/j/leigo.html> - Acesso em: 21/junho/2012.

⁶⁶ BURIN; SEGURA, 2000. p. 26.

deveriam manter-se afastados; durante o Concílio Vaticano I (1869-1870) é reformulada/revigorada a doutrina Católica destacando a autoridade de Deus na fé e a autoridade do Papa na Igreja, como também organizando a forma de difusão da religião pelo mundo, sendo que uma das mais importantes estratégias adotadas consistiu na educação em escolas comunitárias e colégios secundários⁶⁷.

Após um retrocesso desse movimento contrário ao confessional, as Irmãs do Convento de Maria Hilf são autorizadas pela Igreja Católica a novamente receber noviças, a partir de 1816. Em 1867, recebem a jovem Verena Büttler, de dezenove anos, nascida em 28 de maio de 1848, nos Alpes Suíços, localidade de Auw, Canton de Argau. A jovem já havia frequentado outra Congregação, entretanto, a forma de vida e a saudade da família, de acordo com as fontes da Congregação, fizeram com que ela retornasse à sua casa. Tempos depois tomou conhecimento do estilo de vida levado pelas Irmãs do Convento de Maria Hilf e decidiu ir até o local⁶⁸. Passando a frequentar a Congregação, Verena Büttler adotou o nome de Maria Bernarda do Sagrado Coração de Maria e teria dedicado sua vida à religião, cuidava das Irmãs mais idosas, enfermas, trabalhava no campo, vivia alguns períodos de tempo em regime de clausura. Em 1880, tornou-se superiora no Convento.

Na época, estava em voga o caráter missionário que foi destacado pela reforma Católica. Os religiosos eram estimulados ao ato de divulgar e levar a religião Católica a outros países. Com esse intuito, foram criadas inúmeras congregações masculinas e femininas, num caráter de evangelização, de disseminação do catolicismo em diferentes áreas, realizando missões populares, obras de caridade, assistência social, saúde, educação, destinados sobretudo para a África e para a América Latina⁶⁹.

Com base nesse caráter católico, por intermédio de um padre que escreve ao Convento de Maria Hilf reivindicando missionárias, ocorreu a concretização desse fato, dessa missão Católica⁷⁰. São destinadas sete Irmãs à missão, entre elas Maria Bernarda, com destino à América do Sul. A partir de 1888, as Irmãs passaram a viver em Chone, no Equador, um povoado de aproximadamente 13 mil habitantes. Tem-se a data de 19 de junho de 1888 como nascimento de uma nova Congregação, a das IFMMA. Houve essa fundação em decorrência de que quando saíram da Europa, tiveram que se desligar da Congregação de Maria Hilf, por

⁶⁷ RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão**: pedagogias missionárias no Sul de Santa Catarina na segunda metade do Século XX. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 150.

⁶⁸ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Especial Santa Maria Bernarda**: uma vida sem fronteiras. 2009. p. 14.

⁶⁹ RABELO. 2007. p. 148.

⁷⁰ BURIN; SEGURA. 2000. p. 31.

colocarem em prática na América um estilo de vida católico diverso da Congregação “mãe”, da qual faziam parte anteriormente.

2.1.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO E CARISMA DAS IRMÃS

A Congregação das Irmãs Missionárias de Maria Auxiliadora, possui um espírito evangélico, de total dedicação à Igreja, tendo como meta a extensão do Reino de Deus⁷¹. O carisma das Irmãs se manifesta no seu modo de viver e atuar, convivendo em fraternidade, comunhão, tradição apostólica, humildade.

O nome Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora define a incumbência a ser alcançada pela instituição. O espírito franciscano, remete-se ao modo de vida baseado na oração e contemplação, miséria, modéstia, minoridade, singeleza, caridade fraterna, velando pela salvação das pessoas, e lealdade ao Evangelho, baseado no modo de viver de São Francisco de Assis⁷². Com o objetivo da propagação do evangelho, realizam missões, deslocam-se a outros países para “estenderem” o reino de Deus⁷³. A Congregação tem Maria Auxiliadora como protetora da instituição, por acreditar que ela era uma mulher abençoada, missionária, que estava atenta às necessidades da população⁷⁴. O nome Maria se refere ao fato de Madre Bernarda ser muito devota a mãe de Cristo. Assim resolveu homenageá-la na Congregação, inclusive requisitando que todas as Irmãs que entrassem para a vida religiosa levassem o nome de Maria, significando serem filhas dela, além de que neste ato deveriam assumir o compromisso de seguir suas virtudes. Com isso é manifestado e evidenciado um novo modelo de vida que passaria a ser vivenciado por aquelas que escolhessem a vida religiosa, pois o simples fato de ser trocado o nome era apenas um dos fatores que mudariam na vida dessas mulheres, que estariam diante de uma nova família, possuíram novos vínculos, um novo modo de ver e viver, enfim, uma vida nova.

Com esse caráter missionário, as Irmãs atuam em projetos elaborados de acordo com as necessidades das mais diversas áreas, como: educação, formação, saúde, catequese, projetos sociais, animação vocacional, entre outros: “A marca fundamental do carisma da Congregação é a prática das obras de misericórdia e o modo de exercê-las é como Operárias

⁷¹ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Carisma, missão e valores**. Disponível em: <http://franciscanasmma.com.br/mundo-de-maria-bernarda/sobre-maria-bernarda>. Acesso em: 28/junho/2012.

⁷² IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Revista comemorativa dos 100 anos da presença das Irmãs Franciscanas no Brasil**. 2011. p. 5; BURIN; SEGURA. 2000. p. 25.

⁷³ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 2011. p. 4 e 5.

⁷⁴ Idem. p. 5.

do Reino. Animadas pelo lema de nossa fundadora: “Sou e devo ser missionária”, buscamos concretizar o carisma em nossa missão.”⁷⁵.

Com o exemplo da fundadora, as Irmãs citam que viviam de acordo com os valores que tendem ao desenvolvimento e crescimento espiritual e o aprofundamento do ideal missionário. São considerados valores das Irmãs franciscanas missionárias: fé, oração, misericórdia, fraternidade, cortesia franciscana, simplicidade, alegria, ternura, espírito missionário, humildade, serviço aos mais pobres e necessitados, respeito, amor à natureza e devoção a Maria Santíssima, padroeira da Congregação⁷⁶.

Na formação das Irmãs, no começo da Congregação, não existiam promoções vocacionais. Era aguardado até que a jovem recebesse “o chamado de Deus”, através da convivência e exemplo das demais Irmãs, período que vai de 1888 até 1910, ano em que foi estabelecido o noviciado. Na época, havia um maior número de pessoas que se dedicavam a viver em clausura, ou que eram obrigadas a tal, seja por vocação ou por vontade da família que seguia a doutrina religiosa Católica.

No decorrer dos anos, é perceptível, através das mudanças que ocorrem na Igreja e também na sociedade como um todo, que mulheres e também homens procuraram menos a formação na vida religiosa. A Igreja Católica perdeu muito seu prestígio, as famílias que antigamente tinha muitos filhos e que em muitos casos determinavam um deles a seguir a vida religiosa deixaram de fazê-lo, além da diminuição do número de filhos a cada nova geração.

Institucionalmente, a Congregação sempre caminhou independentemente de outras, estando agregada a uma Congregação masculina dos capuchinos, em 26 de junho de 1905 para obter mais facilmente a aprovação como Congregação de Direito Pontifício, permanecendo sob esta forma até 1938⁷⁷. No início, era seguido o Estatuto do Convento de Maria Hilf, entretanto, eram necessárias algumas adaptações devido ao estilo de vida levado pelas Irmãs na Europa, que era de clausura e não levava em conta o caráter missionário. Em 10 de janeiro de 1912, foram aprovadas as primeiras constituições da Congregação. Após algumas outras reformulações requeridas pela Igreja, em 1938, o Papa Pio XI aprovou a obra de Madre Maria Bernarda e suas Constituições⁷⁸.

⁷⁵ Ibidem. p. 5.

⁷⁶ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Nossos valores**. Disponível em: http://www.franciscanasmissionarias.org.br/new-1/index.php?option=com_content&view=article&id=1273&Itemid=773. Acesso em: 29/junho/2012.

⁷⁷ BURIN; SEGURA. 2000. p. 170.

⁷⁸ BURIN; SEGURA. 2000. p. 173.

A Constituição estabelece as condições de admissão, ordem, administração dos bens, a igualdade entre todas. A vida diária se baseia na oração e penitência, meditação, exame de consciência, o recebimento da comunhão, postura corporal, o modo de comportamento das Irmãs dentro e fora do convento, tudo com horários demarcados e vigiados severamente pelas demais Irmãs. A vigência dessas Constituições teve duração de mais de cinquenta anos.

Para embasar e referenciar essa pesquisa optamos por Foucault, que analisa prisões, hospitais, internatos, conventos e podemos aplicar essa análise também à escolas pelo estabelecimento disciplinar imposto nelas, considerada por ele como uma das “instituição de sequestro”, em que ela não tem o objetivo de excluir o indivíduo recluso, mas de inseri-lo, normalizá-lo em um sistema, moldando pensamento e conduta. Em seus trabalhos o teórico se refere a uma história do desenvolvimento das instituições que se ocupam de presos, loucos, estudantes e doentes, demonstra como são possíveis as instituições disciplinares e as razões de sua existência, sem resistência ao poder.

Como descreve Foucault processos disciplinares já existiam há muito tempo, tanto em conventos, exércitos e oficinas. Todavia, tornaram-se procedimentos de dominação generalizados nas instituições totais⁷⁹ a partir do século XVIII.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo: ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”⁸⁰.

Dessa maneira, eram impostas barreiras, obrigações, impedimentos às noviças que pretendiam seguir a vida religiosa. Não se tratava apenas de exercer uma disciplina sob o corpo, mas de limitá-lo, calcular seus gestos, suas formas de agir, a maneira de se portar, quiçá seu modo de pensar e se colocar perante a sociedade e em seu local de atuação. O objetivo era formar corpos, ou seja, sujeitos passivos, que não questionassem, não inovassem, que fossem divulgadores de um pensamento e uma doutrina que já estavam idealizados - era necessário agir de acordo com aquilo que era determinado pela ordem religiosa.

⁷⁹ “As instituições totais funcionam como um depósito de internados, mas elas se apresentam ao público como organizações racionais, planejadas de modo consciente como máquinas eficientes para atingir determinados objetivos e capazes de cumprir certas finalidades oficialmente declaradas.” BENELLI, Sílvio José. **Pescadores de homem a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico**. 2003. 401 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2003. p. 135.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 133.

Cabe acrescentar que as Constituições dessas religiosas parecem muito com o *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus, devido a sua estruturação, tendo um caráter de regulamentação da vida cotidiana. Cada passo dado pelas Irmãs era regulamentado, tinha o tempo certo de suas tarefas ao acordar até o momento de deitar⁸¹. O *Ratio Studiorum* consiste em um conjunto de regras práticas para a educação, elaborado conforme os preceitos católicos, como ideia principal pautada em ordem e método, utilizado por todas as congregações Católicas que se instalaram no Brasil a partir do século XIX, como parte da estratégia Católica que resistia a modernidade⁸². Os conventos são considerados como instituições totais por possuírem um “duplo jogo da instituição totalitária: neutralizar e reeducar”⁸³, ao mesmo tempo em que exclui-se de um modo de vida a pessoa é esquadrihada em outro, convencional, totalitário. Conforme destaca Zanotto⁸⁴, comentando Foucault, o controle dos corpos e mentes é efetivado através das práticas que são utilizadas no cotidiano dos internos, neste caso, o das Irmãs.

Assim, tentavam-se moldar as participantes da Congregação. O domínio do corpo pelo poder, através das relações de poder, era estabelecido pelas regras, como a maneira de se portar, o que fazer, como agir. Por meio das medidas que são utilizadas pelos instrumentos de poder, pelo seu investimento, ocorre a disciplinarização do corpo, ele se sujeita/é sujeitado ao que é estabelecido, a maneira desejada pelo poder. Foucault⁸⁵ ressalta que o poder disciplinar se vale de uma medida em que a disciplina seria tida como algo “natural” e “orgânico” do corpo, como se o corpo estivesse preparado para esses processos, sendo a implementação da disciplinarização, algo natural ao corpo, como se já fizesse parte de si, sendo próprias do organismo.

Como destaca Foucault, com base nesse caráter disciplinar, nenhum detalhe é considerado indiferente. É preciso controlar as ações para que não haja vadiagem, aglomeração, deserção. Era necessário rezar muito. O internato era tido como o modelo de educação mais frequente e mais perfeito, dessa maneira, não havia o contato com o mundo lá

⁸¹ CARVALHO, Fermina Cassemira de Paula e Silva. **A Igreja Católica e a Educação Feminina no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus 1936-1956**. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 43.

⁸² MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. Maringá: Eduem, 2008. p. 105.

⁸³ BENELLI. 2003. p. 300.

⁸⁴ ZANOTTO, Gizele. **Tradição, família e propriedade (TFP): As idiosincrasias de um movimento católico (1960-1995)**. 2007. 294 f. Tese (Doutorado em História Cultural) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. p. 235.

⁸⁵ FOUCAULT, 2011. p. 150.

fora, era mais fácil “domesticar” as pessoas - o corpo disciplinado é a base para um gesto eficiente⁸⁶.

A partir de meados do século XX foram feitas adaptações nas constituições da Congregação. Uma das adequações foi a regulamentação de sua divisão em províncias eclesiais⁸⁷, determinada pelo Protocolo nº1940/64, estabelecido em Roma em 25 de abril de 1964, concessão para divisão da Congregação em três províncias, Colômbia, Brasil e Europa⁸⁸. Através do Concílio do Vaticano II, conclamado pelo Papa Paulo VI e realizado de 1962 até 1965, foram estabelecidas normas para execução do decreto na revisão da legislação das congregações, com prazo de três anos para estarem prontas⁸⁹, sendo que dentro da Congregação das Irmãs Missionárias houve uma revisão e readequação da estrutura e dos costumes internos, conforme destacam as Irmãs Burin e Segura. De acordo com seu juízo, as Irmãs passaram a ter maior liberdade, podendo visitar as famílias; houve uma maior flexibilidade de horários; foi inserida a etapa do Juniorado, para priorizar a formação religiosa; entre outros⁹⁰.

O Concílio do Vaticano II trouxe algumas regulamentações à vida das congregações, criou uma estrutura de articulação e animação da vida religiosa, destinou muitas religiosas ao trabalho com pessoas em periferias, designou as religiosas a um campo social mais abrangente, inserindo uma nova proposta de atuação e inserção social⁹¹.

Se antes do Concílio eram destacados os grandes valores da ordem, da obediência cega, da pátria, das instituições, da autoridade, das leis, no processo de renovação da formação, passaram a prevalecer a liberdade, a auto-realização, a obediência consciente e responsável, a justiça, a solidariedade, a sociabilidade, a igualdade, a participação, a comunidade, o grupo. Buscam-se valores pessoais e respeito às pessoas.⁹²

⁸⁶ Idem, p. 132 a 150.

⁸⁷ De acordo com o Código de Direito Canônico: “A união de várias casas que, sob o mesmo Superior, constitui uma parte imediata do mesmo instituto, erecta canonicamente pela autoridade legítima, recebe o nome de província.” CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Vaticano. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 26/fevereiro/2013. p. 141.

⁸⁸ BURIN; SEGURA. 2000. p. 182.

⁸⁹ SOUZA, Ney de. **Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II**. Ciberteologia - Revista de Teologia e Cultura. Ed. 2. Dez 2005. Disponível em: http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/05/contexto_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 29/junho/2012. p. 5.

⁹⁰ BURIN; SEGURA. 2000. p. 378.

⁹¹ BEOZZO, José Oscar. **A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil**. In: Centro Teológico Manuel Larraín. Disponível em: <http://www.centromanuellarrain.cl/download/beozzo.pdf>. Acesso em 24/agosto/2012. CUBAS, Caroline Jacques. **Articulações entre o campo religioso e o trabalho profissional com a saúde na Congregação das irmãs da Imaculada Conceição (1960-1990)**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010 – ISSN 1983-2850. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>. Acesso em: 24/agosto/2012.

⁹² BENELLI. 2003. p. 273 e 274.

O Concílio trouxe mudanças à vida Católica em geral em virtude das transformações que já vinham ocorrendo no cenário mundial. A Igreja Católica, de certa maneira, foi impelida a se moldar aos novos modelos sociais, ideais, formas de pensar e ver o mundo que vinham acontecendo, com o objetivo de não perder ainda mais seus fiéis e encontrar novas maneiras de trazer outros. Divulgando essas novas ideias e formas de atuação, tornava-se mais fácil atingir a população, muito mais próximas dos fiéis, muito mais flexíveis, sem perder sua essência. Destaca-se para esse texto, a nova estrutura de atendimento adotada pela Congregação em estudo, o que as inseria e as ligava ainda mais à comunidade, atingindo as pessoas das mais diferentes maneiras.

Na questão de admissão de novas moças para a vida religiosa, as Irmãs eram bem rigorosas, exigindo determinadas características das futuras freiras. Nos anos 50,

Além dos critérios do Diretório e Linhas gerais de formação, para admissão ao postulado, observaremos: A) Capacidade de relacionamento, tomar decisões e adaptação a vontade dos superiores; b) Responsabilidade e disponibilidade; c) Crescente maturidade afetiva; d) Gosto pela oração; e) Interesse pela missão. (...) Era preciso que tivesse também saúde para desempenhar as atividades na Congregação⁹³.

Além de características pessoais, era observada a saúde física e mental, e em muitos casos, não eram admitidas aquelas que possuíssem doenças ou deficiências graves. É evidenciado um molde de “perfeição” buscado nas missionárias, eram necessárias moças que realizassem e tivessem um bom desempenho e que estivessem de acordo com os pensamentos religiosos, que passassem uma imagem agradável, harmoniosa das “trabalhadoras de Deus”⁹⁴. Assim, eram admitidas somente aquelas que correspondessem às exigências, para difundir a religião, disseminar os ideais católicos, que fossem dignas de um modelo que a Igreja objetivava que fosse seguido pela sociedade.

Na atualidade, há um sistema seguido na formação das Irmãs, sendo adotado em todas as províncias da Congregação, divididas entre Formação Inicial e Formação Contínua.

⁹³ CARVALHO, 2004. p. 42. Carvalho também analisa o trabalho das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, entretanto em outro estabelecimento de ensino, no Colégio Normal Sagrado Coração de Jesus em Canoinhas-SC, de 1936 a 1956.

⁹⁴ Idem, p. 42.

TABELA 2. Etapas do processo de formação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora – Regulamentada Pós-Concílio do Vaticano II

Etapa	Características	Duração
1º Aspirantado	É o tempo em que é despertada a vocação, é conhecido o estilo de vida das Irmãs. A jovem questionar-se-ia sobre a continuidade do caminho religioso.	
2ª - Postulantado	É o período no qual a aspirante conhece a história da Congregação, sua missão, carisma, bem como o trabalho realizado pela Irmã fundadora. É dada ênfase ao discernimento vocacional e à formação humano-cristã.	No mínimo, seis meses e, máximo, um ano.
3º - Noviciado	Tempo em que a jovem aprofunda sua experiência de Deus e enraíza sua opção, escolha vocacional	Dois anos. No 1º ano, vive na comunidade do noviciado e, no 2º ano, tem experiências apostólicas em determinadas fraternidades provinciais.
4º - Juniorato	Depois que a noviça recebe a admissão aos votos Religiosos – pobreza, castidade e obediência – é acolhida pela Congregação, professando os votos temporários, recebendo formação para o apostolado. Após o período do Juniorato, a jovem pode professar sua opção vocacional decisiva e publicamente.	No mínimo, três anos e máximo seis.
5º - Formações permanentes	A formação inicial que termina com os votos perpétuos é precedida pela formação contínua, em que todas são, ao mesmo tempo, formandas e formadoras. “Afirmam que é um processo que se inicia desde o chamado de Deus e se estende por toda a vida.”	É prolongada por toda a vida.

Fontes: BURIN, Marinês; SEGURA, Isabela Rubio. **Del Corazón de la Madre Bernarda al corazón del mundo**. Colômbia: Linotipia Bolívar e Cia, 2000; IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Formação**. Disponível em: <http://franciscanasmma.com.br/mundo-de-maria-bernarda/sobre-maria-bernarda>. Acesso em: 28/junho/2012.

Como é relatado por Burin e Segura⁹⁵, na época do Concílio Vaticano II e nos anos que lhe seguiram, viveu-se um tempo de certa instabilidade dentro da Igreja. Essa instabilidade era marcada por grandes contradições que ocorriam acerca da religião Católica, sendo que muitos eram conservadores, não adeptos das novas estratégias, considerando-as muito modernas. Também relatam que era questionada a participação dos leigos na Igreja, que

⁹⁵ BURIN; SEGURA. 2000. p. 190 e 191.

cada vez se tornava mais forte. Esse questionamento baseava-se no fato de que os leigos realizavam os mesmos trabalhos que as Irmãs, sendo que não era preciso viver em clausura e dedicar-se exclusivamente a vida religiosa. Esses fatores acabaram acarretando um grande número de deserções e diminuição das vocações. Passado esse período de turbulências, as Irmãs, aos poucos, foram adaptando-se às novas regras, dando continuidade ao seu trabalho.

2.2 A ATUAÇÃO MISSIONÁRIA DAS IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA

Quando da chegada das Irmãs na América Latina, mais precisamente no Equador, em oito de agosto de 1888, tinham a responsabilidade de formar e iniciar o trabalho da Congregação das IFMMA. Madre Bernarda e a Irmã Caridade passaram a residir em Chone, no Equador. Em 30 de novembro, receberam uma morada, a qual foi atribuído o nome de Convento de Santa Clara. Tem-se o dia 19 de junho de 1888 como marco de fundação da Congregação, apesar das Irmãs terem chegado às terras americanas um pouco depois disso⁹⁶.

No Equador, depararam-se com uma situação que não era agradável para elas e para a Igreja: quase não havia missionários, as pessoas haviam sido educadas sem o doutrinário católico⁹⁷. Além disso, estavam em um país com uma cultura diferente, outra língua, outro clima, o que exigia muitas adaptações.

O trabalho foi iniciado pela educação, através da catequese. Depois de aprenderem um pouco do espanhol, abriram uma escola mista no pátio do Convento. Aos poucos, o trabalho foi sendo aprimorado, havia mais alunos, melhores instalações escolares, onde ensinavam leitura, aritmética, trabalhos manuais. Além da educação, havia dedicação à saúde. Tempos após sua instalação, passaram a fornecer medicamentos caseiros, ajudar aos enfermos, abrindo inclusive uma pequena enfermaria, anexa ao Convento. Deste modo, o carisma da Congregação estava colocado em prática: ensinavam, cuidavam dos doentes, oravam, disseminavam o ideal católico, socorriam aos pobres⁹⁸.

Esse modelo de trabalho adotado pelas Irmãs vem ao encontro à proposta que foi disseminada pela Igreja através da Restauração Católica, que afetou as práticas de toda a instituição. No Brasil, esse processo também foi marcante, como atesta Rambo, ao analisar o extremo sul:

⁹⁶ BURIN; SEGURA. 2000. p. 36.

⁹⁷ Idem, p. 190 e 191.

⁹⁸ Ibidem, p. 190 e 191.

A atuação das congregações femininas foram as escolas primárias, secundárias e assistenciais aos doentes em dezenas de hospitais. Durante a primeira metade deste século, raros foram os hospitais que não estavam sob a responsabilidade de alguma das congregações religiosas femininas presentes no Estado [Rio Grande do Sul]. As religiosas mantinham, além de escolas, asilos, orfanatos, creches e escolas de artes domésticas⁹⁹.

Progressivamente as Irmãs foram ampliando seu trabalho e os locais de atendimento da Congregação. No ano de 1890, em Santa Ana, foi aberta a primeira casa filial (Ver Anexo D); em 1895, estabeleceram-se em Cartagena, na Colômbia, logo após Mompós e Medellín, e em 1911, no Brasil¹⁰⁰.

Com a demanda de locais de atendimento, eram necessárias mais pessoas para o trabalho, de modo que foi fundada em Gaissau, na Áustria, a primeira casa de formação de Irmãs, com o objetivo de formar moças para a missão na América Latina¹⁰¹ (Ver Anexo I). No ano de 2009, a Congregação contava com 750 Irmãs, presentes em 11 países, sendo estes: Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Peru, Venezuela, Áustria, Suíça, Chad e Mali; estando em missão em três continentes: América, Europa e África¹⁰².

Madre Maria Bernarda, fundadora da Congregação, permaneceu o restante de sua vida na Colômbia, atuando como missionária. Faleceu no dia 19 de maio de 1924, com 76 anos de idade, e 24 anos após seu falecimento foi iniciado o procedimento de beatificação e canonização da religiosa. Para que ocorresse esse processo, foi “atribuída” a ela uma cura em uma criança de 15 dias¹⁰³. Conforme Andrade, o caminho da santidade no Vaticano é dividido em quatro etapas: servos de Deus, venerável, beato e santo. A existência do milagre só é fundamental na quarta etapa, para que a pessoa seja elevada a santo, sendo necessários dois milagres comprovados para sua aprovação. Logo, sua imagem pode ser cultuada em todas as Igrejas do mundo e seu nome pode constar nos ofícios de celebrações litúrgicas¹⁰⁴, fato que já

⁹⁹ RAMBO, Arthur B. **Restauração católica no sul do Brasil**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002. p. 297 e 298.

¹⁰⁰ BURIN; SEGURA. 2000. p. 45; IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Santa Maria Bernarda Bütler**: Missionária dos Alpes aos Andes. News Print. p. 26.

¹⁰¹ BURIN; SEGURA. 2000. p. 80.

¹⁰² IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 2009. p. 18.

¹⁰³ Segundo os relatos, a criança teria uma hérnia cerebral, na ausência de um osso parietal e temporal no crânio, além de outra cura em uma médica colombiana que tinha uma grave e rara pneumonia, sendo este processo cientificamente inexplicável.

¹⁰⁴ Conforme a autora: “No primeiro estágio, é nomeado servo de Deus aquele que tem a autorização do Vaticano para a abertura da sua causa. A Igreja católica pode, nesta fase, elaborar uma oração em nome do candidato. No segundo estágio, o candidato é considerado venerável, quando são reconhecidas as suas virtudes heróicas ou o martírio. No terceiro estágio, é considerado beato com a comprovação de um milagre a sua imagem pode ser cultuada no país onde ele morreu e tem registrado o dia de seu culto. No caso de mártires, o milagre é dispensado. O milagre só continua a ser fundamental na etapa seguinte, a da canonização. No quarto e

foi solicitado para a fundadora da Congregação, porém ainda não concretizado. Santa Maria Bernarda foi beatificada em Roma, pelo Papa João Paulo II, em 29 de outubro de 1995 e canonizada no dia doze de outubro de 2008, pelo Papa Bento XVI¹⁰⁵.

É necessário ressaltar que as missões propostas pela Congregação não tiveram sempre êxito. Em muitos casos, foi difícil a sua atuação, devido a problemas regionais, culturais, a não propagação e não aceitação do catolicismo entre as pessoas das comunidades. As Irmãs se propuseram a realização de muitos trabalhos, amparadas sempre por sua mantenedora e pelos objetivos defendidos por ela, contudo nem sempre foi possível realizar o que era objetivado.

Também não podemos pensar que o trabalho proposto era algo simplesmente altruísta que almejava somente educar, ajudar com tratamentos de saúde, auxílio social, muito pelo contrário. Por trás de todas essas ações, o que as Irmãs se propunham a fazer era uma verdadeira disseminação da religião Católica, atraindo novos fiéis e mantendo aqueles que ainda faziam parte, perpetuando esses ideais por toda a parte, assim como ocorrerá no Brasil.

2.2.1 PRESENÇA DAS IRMÃS NO BRASIL

Com a chegada dos portugueses no Brasil, a religião Católica passou a exercer forte presença nesse território. Inicialmente, houve a atuação jesuíta e, posteriormente, a participação de outros religiosos, entre eles beneditinos, franciscanos, carmelitas, e muitos outros. Em decorrência da Reforma Pombalina em 1758 que causou a expulsão dos jesuítas, evidencia-se a ruptura do Estado com o clero, reflexo do que vinha ocorrendo na Europa¹⁰⁶.

Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil e especialmente com a constituição do Império outorgada por D. Pedro I em 1824, é iniciada uma nova fase do catolicismo no país. Para o imperador, como consta na Constituição Política do Império do Brasil de 1824, “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo.”¹⁰⁷. O imperador jurava manter a religião

último estágio, é considerado santo o candidato que tem dois milagres comprovados, sua imagem pode ser cultuada em todas”. ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica e a santidade do mártir. **Projeto História**, São Paulo, n. 37, p. 237-260, dez. 2008. p. 243.

¹⁰⁵ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 2009. p. 19, 20 e 21.

¹⁰⁶ MARTINS, Patrícia Carla de Melo. **Práticas e representações femininas do Catolicismo à cultura letrada: O modelo civilizatório europeu sobre o Brasil, no início do século XX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 72.

¹⁰⁷ BRASIL. Presidência. **Constituição Política do Império do Brasil** (De 25 de março de 1824). Rio de Janeiro: 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 27/junho/2012.

Católica e propagá-la, assim como cabia aos Ministros do Estado¹⁰⁸. Assim é refeita a aliança entre Igreja e Estado, contudo, o clero brasileiro possuía diferenças e, inúmeras vezes, não estava de acordo com a autoridade religiosa de Roma - muitos não eram celibatários, constituíam famílias, tinham outras profissões, atuando ao lado das grandes propriedades.

A Restauração Católica implantada a partir do século XIX teve reflexos no Brasil, onde foram adotadas algumas estratégias para que fosse colocada em prática. A restauração contava, basicamente, com três instrumentos, como menciona Rambo¹⁰⁹: associativismo, imprensa, escola e professor paroquial. Com base nessas ferramentas, foram empreendidas algumas medidas: base paroquial; associação de crianças em torno da devoção de Jesus; devoção ao Sagrado Coração de Jesus entre senhoras casadas e viúvas; apostolados da oração; a atuação das Congregações Marianas que objetivavam preparar pais e mães virtuosos e afinados com a religião; educação em escolas comunitárias e colégios secundários em que aprendia-se, especialmente, a ter uma vida sacramental intensa e constante; administração de hospitais, asilos; entre outros.

Esse conjunto de estratégias adotado e posto em prática, cuidadosamente zelado pela Igreja Católica nas comunidades, foi decisivo para o triunfo da Restauração. Com a efetivação deste grande programa de “conserto” houve, de certa forma, um “renascimento católico”, contando com antigos e novos fiéis, uma instituição que, apesar de transformada, não perdeu seu poder. Apesar dessa instalação dos modelos católicos, havia aqueles que iam contra. As ideias liberais foram difundidas e tiveram maior propulsão com a chegada da Família Real ao Brasil, que trouxe consigo as lojas maçônicas, centros de difusão do pensamento iluminista. Em decorrência desses fatores foram implantadas restrições com relação a atuação e interferência da religião no Estado, ocorrendo as primeiras mudanças no Reinado de D. Pedro II¹¹⁰, sendo autorizado pelo Imperador a vinda de novas ordens religiosas para o Brasil, designadas a atender a área social e educacional. Com essas medidas consideradas liberais, muitos bispos foram incentivados a realizar os estudos no exterior, esses baseados no catolicismo ultramontano¹¹¹, implantando as propostas no Brasil.

Conforme destaca Carvalho¹¹², do final do século XIX aos primeiros trinta anos do século XX, chegaram ou foram fundadas no Brasil noventa e três congregações, originárias de

¹⁰⁸ MARTINS. 2011. p. 73.

¹⁰⁹ RAMBO. 2002. p. 304.

¹¹⁰ MARTINS. 2011. p. 77.

¹¹¹ O catolicismo ultramontano consiste em uma medida desenvolvida pela Igreja após a Revolução Francesa, como uma maneira de recusar o mundo moderno, de fechar-se sobre si mesma, tendo em Roma o centralismo institucional, foi uma reação a Restauração Católica.

¹¹² CARVALHO. 2004. p. 37 e 38.

países europeus. Esses estabelecimentos de entidades religiosas ocorreram em vista de dois fatores: atrelados às ações clericais, com o propósito de ocupar espaços deixados pelos “tempos modernos” a Igreja justificava a atuação educacional como medida da influência dos valores corrompedores da modernidade; como segundo fator, sendo um reflexo da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), que provocou a intensificação do nacionalismo local e, muitas vezes, ações violentas eram praticadas contra congregações, especialmente alemãs, assim sendo em virtude de perseguições os religiosos acabaram tendo que deixar a Europa e partir para outros locais.

No início do século XX com a República brasileira instaurada, a Igreja Católica difundiu-se e se reestruturou pelo Brasil, sendo que cada Estado da federação passou a ter no mínimo uma diocese. A Igreja ia contra o caráter laico com que a República tratava a educação, o que fez com que fossem abertos inúmeros colégios católicos que concretizariam uma rede de ensino religiosa, amparada pela Constituição de 1891 que garantia a permanência da Companhia de Jesus e propiciava liberdade de ação as congregações e ordens Católicas¹¹³.

As congregações Católicas, masculinas ou femininas, promoveram o êxito da Igreja Católica em âmbito educacional, sendo que os missionários que se dirigiam ao Brasil, acreditavam que estavam incumbidos de ensinar os valores cristãos, trabalhando nas mais diversas áreas, com grande destaque para a educação.

O trabalho no Brasil foi sendo ampliado, com destaque para a região Sul: em 1912, foi fundada uma nova filial em Quissamã-RJ; em 1920, no município de Três Arroios-RS, sendo a terceira filial em terras brasileiras; em Canoinhas-SC, em 1921, onde foi fundado o Colégio Sagrado Coração de Jesus; Gaurama-RS, em 1921, fundação da Escola Maria Auxiliadora; Getúlio Vargas-RS, em 1922, com a instalação da Escola Santa Clara; no município de Erechim-RS, em 1923, foi constituído o Centro Educacional São José; em Gaurama-RS foi estabelecido o Hospital Santa Isabel. Nos anos que se seguiram, o campo de atendimento missionário foi ampliado em inúmeros municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com dedicação especial à educação, saúde, assistência social e pastoral.

Entre 1925 e 1964, houve grande expansão do trabalho missionário no Brasil, especialmente formando e administrando instituições escolares e hospitalares, entre outros locais de trabalho, conforme é evidenciado na tabela abaixo.

¹¹³ STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 77 e 78.

TABELA 3. Expansão do trabalho das Irmãs
Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora no Brasil (1926-1963)

Ano	Local	Ramo de atuação
1926	Cruz-Alta-RS	Hospital São Vicente
1929	Passo Fundo-RS	Hospital São Vicente de Paula
1933	Getúlio Vargas-RS	Hospital São Roque
1934	Trajano de Moraes-RJ	Colégio Regina Coeli
1936	Severiano de Almeida-RS	Escola Cristo Rei
1937	Marau-RS	Hospital Divina Providência
1937	Pejuçara-RS	Escola Santo Antônio
1938	Tupanciretã-RS	Hospital Terras Brasileiras
1938	Estação-RS	Escola Santa Terezinha
1938	Marau-RS	Escola Cristo Rei
1939	Severiano de Almeida-RS	Hospital São Roque
1940	Aratiba-RS	Colégio São Francisco
1941	Erechim-RS	Hospital de Caridade
1942	Xaxim-SC	Fraternidade Imaculado Coração de Maria
1942	Passo Fundo-RS	Casa da Garota Lucas Araújo
1943	Chapecó-SC	Hospital Santo Antônio
1943	Sertão-SC	Escola São Pío X
1943	Pavarema-RS	Hospital São João
1944	Sertão-RS	Hospital São José
1944	Cruz Alta-RS	Casa de Repouso Santo Antônio
1947	Chapecó-SC	Bom Pastor
1951	Três Arroios-RS	Hospital São Leonardo
1952	Porto Alegre-RS	Casa de Retiros Marta e Maria
1953	Erechim-RS	Seminário Nossa Senhora de Fátima
1955	Cruz Alta-RS	Casa da Menina Nossa Senhora Medianeira
1962	Passo Fundo-RS	Casa de Repouso São José
1963	Lindóia-SC	Escola Paroquial São José
1963	Quilombo-SC	Educandário Santo Ângelo

Fonte: BURIN, Marinês; SEGURA, Isabela Rubio. Del Corazón de la Madre Bernarda al corazón del mundo.

Colômbia: Linotipia Bolívar e Cia, 2000. p. 137-156.

Como é possível observar na tabela, até a década de 60, a Congregação foi difundida pelo país, com ênfase nos Estados do sul, mantendo seu caráter missionário. Atendendo à educação e à saúde, as Irmãs alcançavam de uma maneira ou outra praticamente toda a comunidade local, formando crianças no “seio católico”, fomentando nelas os ensinamentos que seriam levados pela vida adulta, além de curar e auxiliar grande parcela da sociedade. Em Santa Catarina, muitas escolas paroquiais foram instaladas, sendo que em 1914 havia 130 escolas da Congregação¹¹⁴.

Durante o período do Estado Novo, Igreja e o governo trabalharam juntos, apesar de existirem algumas ideias divergentes. Enquanto o governo propunha um projeto nacionalista, em muitos locais em suas escolas paroquiais a Igreja contribuía com a conservação das tradições estrangeiras (italianas e alemãs, principalmente) e o ensino da língua portuguesa não era obrigatório. Contudo, o Estado não poderia romper com a Igreja, visto que seu número de escolas era baixo e outras parcerias poderiam ser feitas com a instituição. Em vista disso, essa aliança era interessante para ambos¹¹⁵. Nos anos em que Getúlio Vargas esteve a frente do poder, a Igreja de uma forma ou outra, acabou crescendo.

Dentro do Estado catarinense, o projeto nacionalista foi difundido amplamente, amparado pela Igreja Católica, que trabalhava com o propósito que “nacionalizar era catolizar”, sendo que o cidadão não poderia deixar de colaborar com a nação. Na década de 30, caracteriza-se um Estado que necessitava contar com a legitimação do poder para fazer valer suas propostas educacionais, e uma Igreja que empreendia esforços para receber favores junto ao regime¹¹⁶. Conforme destaca Borin, neste mesmo período a Igreja também buscava unificar e consolidar uma grande evangelização de leigos, e para isso enfocou a figura da religiosidade nacional através da Virgem da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil e após a Revolução de 30 é levada a imagem da Virgem de Aparecida do Norte ao Rio de Janeiro por meio de uma grande celebração popular, a qual tinha o intuito de colocar um ponto final ao laicismo da República e despertar a consciência católica, para reforçar meses depois ocorreu a inauguração do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro¹¹⁷.

¹¹⁴ STEPHANOU; BASTOS. 2005. p. 80.

¹¹⁵ PANDOLFI. 1999. p. 162.

¹¹⁶ SOUZA, Rogério Luis de. **A construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)**. 1996. 157 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. p. 26 e 85.

¹¹⁷ BORIN, Marta Rosa. A resistência do peregrino João Luiz Pozzobon. **Revista História Social**. nº 7. Campinas: 2000. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/488/394>. Acesso em: 06/maio/2013. p. 120 e 121.

Neste contexto, em 1947, as IFMMA estabeleceram-se no município de Chapecó-SC, fato que será estudado com amplitude no subtítulo a seguir. Até o ano de 1964, a Congregação ainda formava um todo, com sede principal em Cartagena, na Colômbia. Para uma maior dinamização do trabalho, houve a divisão através de províncias, sendo uma na Colômbia, uma na Áustria e outra no Brasil, com sede em Erechim-RS. Em 1965, para facilitar ainda mais o trabalho, foi criada uma nova Província em Chapecó-SC.

Atualmente, existem duas províncias brasileiras, que têm vários locais de atuação: Imaculada Conceição, com sede em Passo Fundo-RS – operando nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal e Amazonas – e Santa Clara, com sede em Chapecó-SC – atuando nos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Norte e Paraíba¹¹⁸.

As Irmãs possuem também uma entidade denominada Associação Educacional e Caritativa – ASSEC. É uma associação civil, com caráter filantrópico, cultural, beneficente, educacional, assistência social e de saúde, sem fins lucrativos. Faz parte da associação o Programa “Cidadania e Solidariedade” que realiza inúmeras ações com caráter socioeducativo¹¹⁹. Ainda são realizadas missões denominadas *ad gentes* (fora do país), em que as comunidades missionárias brasileiras atuam em diversas localidades na Bolívia¹²⁰.

2.3 A CHEGADA E ATUAÇÃO DAS IRMÃS EM CHAPECÓ-SC

A vinda das Irmãs Franciscanas para Chapecó-SC ocorreu a pedido das autoridades municipais e eclesiais, no ano de 1941. A cidade estava começando a se expandir e era necessário ter quem se dedicasse à educação, à saúde, à catequese. Por estes motivos, sobretudo, foi solicitada a vinda das Irmãs, sendo que “Lideranças locais representadas por leigos e religiosos, dirigiram-se à Erechim/RS para convidar religiosas da congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora a fim de exercerem atividades com a população de Chapecó.”¹²¹

Chegaram duas Irmãs do município de Erechim-RS: Irmã Maria Nicoleta Cancian e Madre Isabel, para gerir as “Escolas Reunidas de Chapecó”¹²² e instalando-se inicialmente no

¹¹⁸ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 2009. p. 17.

¹¹⁹ Idem. p. 51.

¹²⁰ Ibidem, p. 47.

¹²¹ CAMBRUZZI. 1987. p. 48.

¹²² As Escolas Reunidas eram escolas com ensino seriado e atendiam até os quatro anos primários. Cf.: OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar de Tangará da Serra: A educação em Mato Grosso em região de colonização recente - 1968 – 1975.** Disponível em:

Hotel Palma. Depois de uma semana, Madre Isabel retornou a Erechim e Irmã Maria Nicoleta permanece no município para dar início ao trabalho, hospedando-se por um tempo na casa do Sr. João Batista Zeca.

Essa difusão de Irmãs para localidades foi um dos propósitos adotados pela Restauração Católica, conforme foi citado anteriormente, ocorrendo a propagação de vocações religiosas, tanto masculinas quanto femininas, de jovens que seguiram a vida religiosa. Esses religiosos foram, ou para a Igreja deveriam ser, os responsáveis por dar continuidade à expansão e consolidação do catolicismo. Como destaca Manoel, a Igreja Católica empreendeu um processo de instalação de escolas Católicas, com o objetivo de organizar uma rede religiosa de educação, desenvolvendo um trabalho saneador com o afastamento das ideias modernas. Nessa leitura de mundo, a educação Católica era fundamental, tida como a única possível para os homens¹²³.

Indiferente de serem colégios ou hospitais congregacionais, um grande número de pessoas foi beneficiada pela ação confessional. De tal maneira, jovens que estudaram nessas escolas ou a comunidade local, acabavam envolvidos nas atividades e muitas vezes apoiando o trabalho realizado.

Em Chapecó, as Irmãs começaram a trabalhar na Escola de Educação Básica Marechal Bormann e na catequese da Paróquia. Aos poucos, vieram mais missionárias para o trabalho e receberam uma casa para morar, que foi alugada pela Prefeitura Municipal. Outra residência que havia próxima a das Irmãs passou a servir como um Jardim de Infância de responsabilidade da Congregação. Além das escolas, estavam sob os seus cuidados a doutrinação cristã no Grupo Escolar, o atendimento ao canto religioso na Igreja, a limpeza e ornamentação dos altares¹²⁴. É citado pelas Irmãs, na Crônica do Colégio Bom Pastor¹²⁵, que a população se mantinha muito aquém dos ideais católicos, composta, na época, em sua maioria, por funcionários públicos, o que fazia com que as crianças fossem pouco interessadas e algumas inacessíveis à doutrina.

No final de 1943, foi aberto um novo Hospital na localidade, denominado Hospital Santo Antônio e outras Irmãs vieram para dirigi-lo. A Irmã Adolfina era responsável pela direção e enfermaria, Irmã Dileta farmacêutica, Irmã Inocência superiora e Irmã Gabriela cozinheira, passando todas a morar no próprio local de trabalho. Em fins de 1946, as Irmãs

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/DAS%20ESCOLAS%20REUNIDAS%20AO%20GRUPO%20ESCOLAR%20DE%20TANGAR%C1%20DA%20SERRA%20A.pdf

Acesso em: 2/maio/2013.

¹²³ MANOEL. 2008. p. 66 e 67.

¹²⁴ Cf.: IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979.

saíram do Hospital¹²⁶, embora posteriormente tenham retomado os trabalhos nesse espaço¹²⁷. As outras Irmãs que estavam trabalhando no Grupo Escolar, em 1943, fizeram parte da construção da primeira fraternidade no município e, posteriormente, de um Colégio onde puderam se instalar definitivamente, assunto que será tratado com maior profundidade no próximo capítulo.

A Congregação voltou a fazer parte do trabalho no Hospital Santo Antônio em 1959. Para dar continuidade, vieram a Madre Hermelinda como superiora e as Irmãs Catarina Momo, Gentila Luzitano, Glorisse Lombardi e Vitalia Rodigheri para prestar assistência profissional e espiritual às pessoas doentes do Hospital Santo Antônio.

O Hospital foi crescendo com o trabalho das Irmãs e auxílio da comunidade local, que fazia doações e realizava trabalhos dentro da instituição. Em julho de 1972 a Sociedade Hospitalar e Beneficente foi transformada em Fundação Hospitalar e Assistencial Santo Antônio (FASA), tornando-se mantenedora do local. Nesta data, a Congregação deixou de atuar no Hospital, pela não formação técnica especializada e a transformação da mantenedora¹²⁸.

As Irmãs estabeleceram-se definitivamente no município chapecoense. Atualmente no município funciona uma das Províncias Brasileiras, a de Santa Clara e existem três fraternidades (casas) (Ver Anexo III). Na Casa Provincial é operado todo o setor administrativo da Província, nela moram alguns membros que fazem parte da coordenação provincial, sendo também uma casa de encontros, retiros, reuniões; na Fraternidade Bom Pastor (Ver Anexo III) ocorre a organização social da comunidade a que ela pertence, contando com grupos de reflexão, visitas às famílias, etc.; na Fraternidade Emaús, um sítio

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Com relação a participação das Irmãs no do hospital, há disparidade de informações nas fontes da Congregação. No livro escrito por Burin e Segura, trabalharam do hospital entre 1943 e 1975, sem interrupção de sua permanência, o que não condiz com o que é citado nas Crônicas do Colégio Bom Pastor, onde é relatado que houve a interrupção e o seu retorno em 1959. Talvez esse dado não conste nessa bibliografia oficial da Congregação por demonstrar algo que não é “agradável” para o trabalho designado, pois se propuseram a realização de um trabalho que não teve êxito. Cf.: BURIN; SEGURA. 2000. p. 147. IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979.

¹²⁸ Na época em que as irmãs retornam ao atendimento hospitalar (1959), consta em suas fontes que o prédio não contava com boas condições de funcionamento e estrutura, era de madeira, não possuía água encanada, contava com uma cozinha e mais cinco quartos, sendo que um passou a ser utilizado pelas irmãs (que continha quatro camas) e os outros quatro serviam de enfermaria. No decorrer dos anos, outros médicos e Irmãs passaram a integrar a equipe hospitalar e também foi instalada uma farmácia. As irmãs faziam os mais diversos serviços: partos, curativos, cuidavam da cozinha, faziam anestésias, participavam e auxiliavam em cirurgias (Ver Anexo II). Cf.: IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979.

localizado em um bairro de Chapecó são produzidos alimentos (leite, ovos, carne, frutas, verduras, doces e outros) que abastecem fraternidades mais próximas ao município¹²⁹.

Além de exercerem diversos trabalhos no Brasil, a Província Santa Clara mantém um campo missionário no município de Rurrenabaque, no Estado de Beni, na Bolívia. O campo de ação predominante é a assistência à saúde, atendendo diariamente pessoas com todo tipo de enfermidade. Também colaboram com a catequese, cuidados com os jovens, educação, celebrações religiosas¹³⁰.

Existe ainda um grupo de leigos que partilha das missões. Em 2000, foi criada a Associação Missionária de Leigos Franciscanos Madre Bernarda, uma entidade de caráter espiritual e missionário, constituída por pessoas de ambos os sexos, que difundem o trabalho nas comunidades¹³¹.

A atuação das Irmãs foi muito importante para a formação e, porque não dizer, para o desenvolvimento do município de Chapecó, fato que também motivou a realização desse trabalho e escolha do tema de análise. A Congregação estudada pôs em prática um movimento que acontecia em nível mundial, a Restauração Católica. A Igreja Católica através da Congregação aqui estabelecida e atrelada as políticas nacionais, possibilitou o crescimento e a difusão de inúmeros projetos governamentais e institucionais através de seu trabalho educacional e missionário.

Um local que foi colonizado por descendentes, em especial, de italianos e alemães, não poderia deixar de ter a atuação de uma Congregação Católica que trouxesse para esse local os valores católicos almejados pela elite local, que sentia a falta desses ideais na população que aqui estava estabelecida. Além disso, buscavam construir uma sociedade ordeira, com bons princípios, que compartilhasse de seu modo de pensar e propulsora de um desenvolvimento.

Dessa maneira, entraram em cena as IFMMA, que por muito tempo foram responsáveis pela formação de muitos jovens da sociedade. O trabalho não esteve somente atrelado a parte pedagógica, como era a missão do Bom Pastor, mas também, e com grande destaque, a questão humana, os valores sociais, filosóficos, as maneiras de se portar e de se viver em sociedade.

¹²⁹ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Fraternidade Bom Pastor**. Disponível em: http://www.franciscanasmissionarias.org.br/new-1/index.php?option=com_content&view=article&id=1260:fraternidade-bom-pastor-&catid=102:icetabs. Acesso em: 9/julho/2012.

¹³⁰ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 2009. p. 47.

¹³¹ Idem, p. 49.

Com relação ao processo educacional, será esmiuçado no capítulo a seguir, em que é analisada a atuação pedagógica das Irmãs, sua participação à frente do Bom Pastor, entidade educacional estabelecida no município de Chapecó, além das demais questões que envolviam seus trabalhos dentro e fora do empreendimento educacional.

III. A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DAS IRMÃS FRANCISCANAS EM CHAPECÓ (1947-1985)

Como capítulo final desse trabalho será analisada a atuação pedagógica das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó-SC, tendo como objeto principal de análise a constituição, legitimação e ampliação do Bom Pastor.

No ano de 1947 foi fundado o Bom Pastor, a pedido das autoridades municipais que almejavam a construção de uma escola que promovesse a formação aos jovens da sociedade chapecoense para que não precisassem ir para outras localidades realizarem sua formação. Para ser possível essa realização, algumas Irmãs Franciscanas se instalaram em Chapecó em 1941 com o propósito de organizar/formar a instituição, além de realizar outros trabalhos na Igreja Católica da comunidade. Para tanto dividimos o capítulo em três partes que abordarão a constituição escolar, seu cotidiano e a progressiva desvinculação das religiosas de seu comando até a completa estadualização do estabelecimento.

Na primeira parte do capítulo estudaremos como ocorreu o início do empreendimento educacional, quais interesses estavam envolvidos nesse processo, como ocorreu a formação da escola, os níveis de ensino que eram atendidos, bem como o caráter missionário que foi dedicado ao estabelecimento, a participação das Irmãs franciscanas na formação da escola, o projeto escolar, sua formulação, enfim, os acontecimentos e desmembramentos que marcaram os inícios do processo escolar em geral.

Perfazendo todo esse trabalho inicial procuramos identificar características que marcaram todo o período em estudo (1947 a 1985), abordando a rotina escolar, como se deu a ampliação dos níveis escolares, a criação do Curso Normal, do Curso Ginásial, da Escola Normal e do Curso Científico, as matérias escolares, o processo civilizador orientador das atividades das Irmãs, religião – na escola e também na comunidade -, reflexos da escola dentro da sociedade, estrutura física, separação de gênero dentro das atividades escolares, atuação dos professores, disciplinarização dos corpos. Procuramos enaltecer diferenças e semelhanças existentes em todo o período.

Com o decorrer dos anos, passou a ocorrer a estadualização, curso após curso passaram a ser geridos pelo Estado, até que em 1971 o estabelecimento tornou-se estatal, entretanto coordenado pela Congregação até o ano de 1985, sendo que em 1986 o Estado de Santa Catarina o assumiu completamente.

3.1 O EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL É INICIADO

Desde 1941 a Congregação das IFMMA já estava presente no município de Chapecó, atuando em escolas e em trabalhos que a Igreja Católica realizava na comunidade. Foi criado um Jardim de Infância de responsabilidade da Congregação e as Irmãs também ministravam a doutrina Cristã, atendiam ao canto religioso e cuidavam da limpeza e ornamentação da Igreja matriz¹³². A inserção das Irmãs na área educacional aconteceu aos poucos, em virtude de que a Congregação contava com poucas religiosas que fossem normalistas e de nacionalidade brasileira, fatores que eram exigidos pelo Governo brasileiro no período do Estado Novo (1937-1945).

Aliado ao projeto nacional de estabelecimentos de escolas paroquiais no Brasil, tendo maior ênfase entre o final do século XIX e início do século XX, o município de Chapecó acabou sendo contemplado, posteriormente. Esses institutos implantados eram dirigidos, sobretudo, à elite e as pessoas de classe média, reaproximando o Estado e a Igreja e consolidando uma grande rede de escolas Católicas.

Para a construção física do grupo escolar, houve a doação do terreno pelo Coronel Ernesto Bertaso. A madeira da edificação deveria ser paga oportunamente. O terreno estava localizado no centro do município e em prol da obra foram realizadas inúmeras festas durante 3 anos, que contaram com a colaboração da comunidade. Os trabalhos para a implantação e edificação do novo estabelecimento de ensino foram dirigidos pelo Revmo. Pe. Roberto, com assistência do Revmo. Pe. Liberato¹³³. A fundação do Bom Pastor foi um “acontecimento” para o município. Conforme destaca Cambruzzi,

As famílias de tradição religiosa tinham um desejo direcionado no sentido de conquistarem trabalhos comunitários efetivados por religiosas, especificamente, escolaridade de orientação católica para a formação de seus filhos. Assim, a comunidade chapecoense, predominantemente descendentes de migrantes católicos do Rio Grande do Sul, homogeneizava-se na perspectiva de constituir uma comunidade representativa de valores sócio-político-culturais da época, na região Oeste de Santa Catarina¹³⁴.

Dessa maneira afirmavam-se os valores almejados pela sociedade local, culminando com os da Congregação, que viam no educandário um local em que haveria a perpetuação do

¹³² IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979.

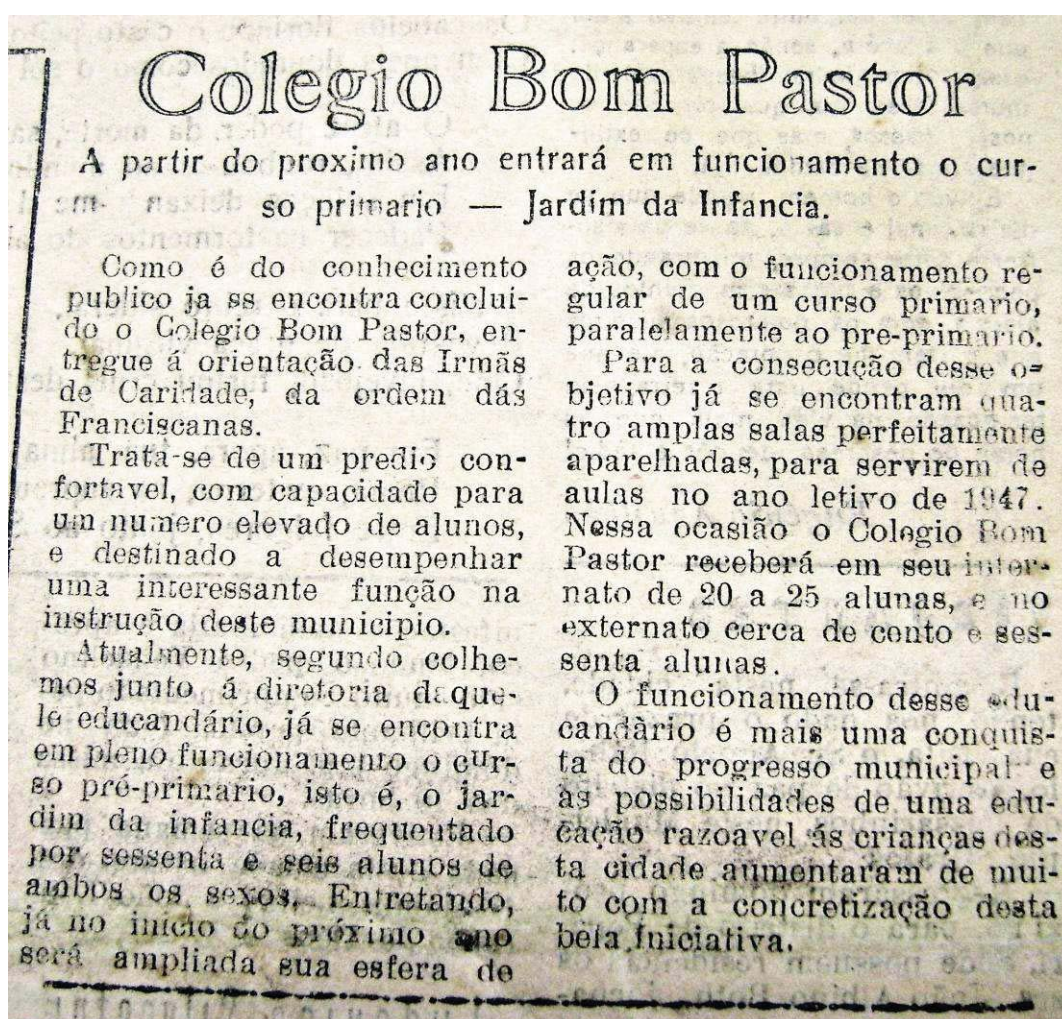
¹³³ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979.

¹³⁴ CAMBRUZZI. 1987. p. 48.

ideal católico, além da disseminação de valores sociais, políticos, econômicos, culturais, de maneira uniformizada para os educandos.

Em 1946 o estabelecimento já contava com o Jardim de Infância e no ano seguinte o curso seria ampliado, conforme consta em notícia do Jornal *A Voz de Chapecó* (Ver Figura 2). Com o objetivo de instruir a população, trazer o progresso à região e uma educação “razoável” as crianças, houve em 1947 a implantação do Grupo Escolar Particular Bom Pastor.

FIGURA 1. FUNDAÇÃO DO BOM PASTOR – 1946



Colégio Bom Pastor

A partir do proximo ano entrará em funcionamento o curso primario — Jardim da Infancia.

Como é do conhecimento publico ja ss encontra concluido o Colégio Bom Pastor, entregue á orientação das Irmãs de Caridade, da ordem das Franciscanas.

Trata-se de um predio confortavel, com capacidade para um numero elevado de alunos, e destinado a desempenhar uma interessante função na instrução deste municipio.

Atualmente, segundo colhe-mos junto á diretoria daquele educandário, já se encontra em pleno funcionamento o curso pré-primario, isto é, o jardim da infancia, frequentado por sessenta e seis alunos de ambos os sexos. Entretanto, já no inicio do proximo ano será ampliada sua esfera de ação, com o funcionamento regular de um curso primario, paralelamente ao pré-primario.

Para a consecução desse objetivo já se encontram quatro amplas salas perfeitamente aparelhadas, para servirem de aulas no ano letivo de 1947. Nessa ocasião o Colégio Bom Pastor receberá em seu internato de 20 a 25 alunas, e no externato cerca de cento e sessenta alunas.

O funcionamento desse educandário é mais uma conquista do progresso municipal e ás possibilidades de uma educação razoavel ás crianças desta cidade aumentaram de muito com a concretização desta bela iniciativa.

Fonte: COLÉGIO Bom Pastor. *Jornal A Voz de Chapecó*, 3 nov. 1946. p. 2.

O anúncio acima propagandeia o colégio, utilizando-se das suas instalações, cursos, aparelhos, número de alunos que poderão ser atendidos tanto no externato quanto no internato, como também relata os benefícios que a instituição traz ao município, como: possibilitar a instrução aos moradores, representando um símbolo do progresso e a

possibilidade de uma educação razoável aos alunos, tudo possibilitado pela bela iniciativa de implantação do empreendimento escolar. Essa era uma maneira de apresentar o estabelecimento à comunidade, convidar os alunos, já inculcando nele os valores que estavam agregados à educação e o que possibilitaria à comunidade local e a cidade como um todo.

Quando as Irmãs chegaram ao município e conforme é relatado em suas crônicas, afirmavam que a comunidade não era muito adepta aos ritos católicos, o que acabava sendo refletido na formação das crianças. Relatam que, de maneira geral, a religião não era valorizada, não existia o hábito de frequentar a Igreja, comungar, que os pais não ensinavam aos filhos os valores católicos¹³⁵. Assim, a Congregação via em Chapecó um local em que deveria ser efetuado um verdadeiro empreendimento missionário, um terreno fértil para o desenvolvimento da sua missão de resgatar e “fazer nascer” a religião e dogmas católicos. As Irmãs apontam que no município havia,

Crianças indisciplinadas e ôcas de submissão. [...] O povo Chapecoense aprecia muito as festas pomposas e ruidosas, sua religião parece ser mais externa do que interna, por isso o trabalho das Irmãs nêsse sentido é inculcar no coração dos pequenos a piedade sólida e verdadeira.¹³⁶

Conforme é relatado nas crônicas da Congregação, as pessoas de maior idade, pais dos educandos, não possuíam um forte “fervor religioso”, valores que acabavam sendo refletidos nos menores, que eram julgados pelas Irmãs como desobedientes, não subordináveis, dotados de indisciplina, desordenados, o que levava as Irmãs trabalharem rotineiramente para mudar esse perfil.

Apesar desses fatos relatados pelas Irmãs, a religião católica esteve presente na localidade desde a época da colonização, sendo uma importante aliada da Colonizadora Bertaso neste processo, “As práticas coronelísticas e patriarcalistas de Bertaso se estendiam pelo domínio político, econômico e religioso”¹³⁷, sendo que a empresa dava prioridade à vinda de migrantes católicos a região e posteriormente apoiou a construção da igreja. Era intuito também desse projeto colonizador formar uma comunidade distinta das demais existentes na região, distanciando os colonos dos luso-brasileiros e indígenas e “ignorando as demais manifestações religiosas – entre elas a protestante, que possuía uma igreja situada na

¹³⁵ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979.

¹³⁶ Idem. p. 5.

¹³⁷ VICENZI. 2008. p. 109.

vila de Xanxerê”¹³⁸. Esses fatores vêm justificar ainda mais a vinda da Congregação à Chapecó.

Desde 1946 o cenário para receber o colégio já estava sendo preparado e as Irmãs faziam propagandas, chamando meninos e meninas para a entidade, definindo claramente as turmas femininas e as masculinas, bem como a direção religiosa congregacional, conforme é apresentado no anúncio abaixo, publicado na imprensa local.

FIGURA 2. ANÚNCIO PARA MATRÍCULAS NO BOM PASTOR – 1946



Fonte: COLÉGIO do Bom Pastor. *Jornal A Voz de Chapecó*, nº 117, 29 dez. 1946. p. 4.

As aulas do Grupo Escolar iniciaram no dia 2 de fevereiro de 1947 com curso Primário Elementar Particular, com turmas de primeira a quarta série, e também um 5º ano ou curso preparatório, com aulas de manhã e à tarde, contando com duzentos e cinquenta e dois alunos e vinte internas, sendo que a estrutura física do colégio era contemplada com quatro salas. Simultâneo ao Curso Primário e Jardim de Infância, era mantido um internato para estudantes do sexo feminino e o Juvenato para a preparação e constituição de futuras religiosas¹³⁹. Conforme consta na Ata nº 1 de 5 de fevereiro de 1947,

Começou funcionar nosso Estabelecimento de Ensino: Jardim da Infância e Curso Primário elementar. Devido aos insistentes pedidos dos pais e alunos lecionamos além desses cursos já mencionados, também um 5º ano ou curso preparatório. Habilitando assim, as alunas para ingressarem num curso superior. O corpo docente consta de 5 professores regentes. Para abrilhantar o ato de abertura das aulas reunimos os alunos e cantamos o Hino Nacional,

¹³⁸ Idem. p. 115.

¹³⁹ CAMBRUZZI. 1987. p. 49.

em seguida passamos a explicar o regulamento da escola; indo depois cada curso em sua sala de aula acompanhado com sua resp. professora¹⁴⁰.

As Irmãs Maria Nicoleta, Maria Gabriela Barreto, Maria Inocência Buder, foram as fundadoras do colégio. Existiam outras correligionárias que fizeram parte do grupo de professores, que crescia a cada dia e, também, inúmeras professoras leigas. Institucionalmente o Grupo Escolar era particular, pago pelas famílias dos alunos. Foi implantado de acordo com a demanda da comunidade local e os fundamentos da organização interna da Congregação.

Além do trabalho na escola, as Irmãs continuavam realizando atividades com a comunidade. Através da catequese evangelizavam as crianças, e direta ou indiretamente, seus pais; auxiliavam os padres da paróquia; formaram o Apostolado da Oração; para a juventude, constituíram as Filhas de Maria; colaboravam nas festas religiosas, como a realizada em honra ao padroeiro do município, Santo Antônio¹⁴¹, trabalhos que condiziam com a missão e o caráter estabelecido pela Congregação.

Para nomear o estabelecimento de ensino foi escolhido o nome Bom Pastor. Narra a história que uma das Irmãs deparou-se com uma imagem do pastor e defendeu a ideia de que este deveria ser homenageado e, assim, esse passou a nomear a entidade¹⁴². O significado da imagem está refletido no ensino ministrado, uma vez que as Irmãs (em especial) e demais professores leigos seriam o pastor ou os pastores, detentores e transmissores do conhecimento, e os alunos aqueles que, “docilmente” aprenderiam, estudariam, obedeceriam, as “ovelhinhas”. Durante anos a imagem ficou exposta na sala da direção e, atualmente, após a mudança de endereço do estabelecimento¹⁴³, encontra-se no Memorial da escola.

¹⁴⁰ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata da reunião realizada no dia 1º de fevereiro de 1947**. p. 1.

¹⁴¹ PEDERSETTI, 2003. Anexo 3.

¹⁴² Cf.: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. EEB Bom Pastor. **Projeto Político Pedagógico 2000**. Chapecó. 2001.

¹⁴³ Em 15 de setembro de 2010 a escola recebeu novas instalações, pertencentes ao Governo do Estado, mudando do prédio da Congregação. O antigo prédio continua de propriedade das irmãs, sediando atualmente parte do Colégio Exponencial e parte da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

FIGURA 3. “BOM PASTOR”



Fonte: Arquivo da Escola de Educação Básica Bom Pastor.

No Jardim da Infância, eram atendidos ambos os sexos, mas o Internato estava restritos às meninas. O estabelecimento oferecia o curso Primário para ambos os sexos, mas a partir disso somente as meninas davam continuidade aos estudos. Contudo, havia a separação dos alunos dentro do colégio, meninos e meninas deveriam ocupar lugares diferentes, eram divididos nas atividades internas (Imagens 4 e Imagem 5) ou externas (Imagem 6 e Imagem 7), como o Desfile Cívico do Colégio. É possível observar nas imagens a separação de gêneros que era feita nessas atividades, o convívio entre os dois sexos era extremamente vigiado, controlado, dividido.

FIGURA 4. ALUNOS DO BOM PASTOR – Década de 50



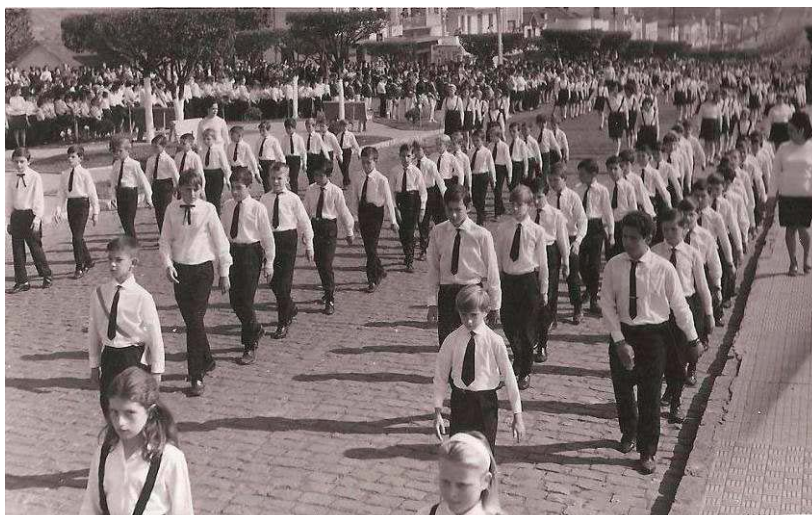
Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

FIGURA 5. ALUNOS DO BOM PASTOR – Década de 50



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

FIGURA 6. DESFILE CÍVICO DO BOM PASTOR – Década de 50



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

FIGURA 7. DESFILE CÍVICO DO BOM PASTOR – Década de 50



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

Como consta no histórico do Bom Pastor, está anexado ao Projeto Político Pedagógico de 2000¹⁴⁴, no ano de 1955 o Grupo Escolar Particular Bom Pastor foi extinto e em seu lugar foi criado o Grupo Escolar Bom Pastor, que passou a ser mantido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, mas a direção continuava sendo exercida pela Congregação das IFMMA, oferecendo ensino de 1º grau (atual Ensino Fundamental).

Depois de um ano de trabalho no Bom Pastor, as autoridades locais desejavam a criação de um Curso Normal Regional que preparasse professores regentes do ensino primário em Chapecó e que fosse comandado pela Congregação. Após a extinção do território do Iguassú em 1946, houve também o fechamento de uma Escola Normal Regional que existia no município de Laranjeiras, fazendo com que as moças retornassem aos seus lares sem terem um local para dar continuidade aos estudos, surgindo a necessidade da criação dessas entidades no Oeste catarinense. A partir de então, o Governo Estadual passou a criar cursos Normais Regionais anexos aos Grupos Escolares, fato que também foi presente em Chapecó. No entanto, foram encontradas inúmeras dificuldades para a concretização desse objetivo como falta de professores capacitados, estabelecimento de ensino misto, além do que os cursos normais somente haviam sido instituídos anexos aos Grupos Escolares do Estado e não em estabelecimentos particulares¹⁴⁵, como era o caso do Bom Pastor.

Tal anseio foi concretizado no ano de 1948, com a criação do Curso Normal com duração de 4 anos, houve a inscrição de dezoito moças, dentre elas uma foi reprovada e outra

¹⁴⁴ SANTA CATARINA. 2001. p.1.

¹⁴⁵ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979.

desistiu na hora dos exames orais, iniciando o curso com 16 alunas¹⁴⁶. Em 1951 foi formada a primeira turma de professores primários do Bom Pastor¹⁴⁷.

No Bom Pastor, a Congregação Franciscana objetivava a “educação integral” das moças (salientamos que no Curso Normal somente eram atendidas meninas), incidindo no espiritual, aplicando os princípios culturais cristãos¹⁴⁸. No Jornal *A Voz de Chapecó* estava divulgado um anúncio que noticiava o Exame de Admissão e os requisitos para as possíveis participantes do Curso Normal.

FIGURA 8. EXAME DE ADMISSÃO PARA ALUNAS DO CURSO NORMAL REGIONAL BOM PASTOR – 1948



Fonte: Curso Normal Regional Bom Pastor. Jornal *A Voz de Chapecó*, nº209, 14 nov. 1948. p. 2.

Em 1957 foi formada a oitava turma de professores regentes, frutos do Curso Normal, sendo mais de 80 pessoas que lecionavam ou dirigiam colégios da região e, muitas vezes, quando visitavam o Bom Pastor, a Irmã Diretora “as anima para que ensinem bem religião e que deem bom exemplo”¹⁴⁹. Vemos assim, um modelo do trabalho empregado nos cursos normais, essas professoras foram o passado, eram o presente e o futuro da perpetuação do

¹⁴⁶ PEDERSETTI. 2003. Anexo 3.

¹⁴⁷ COTINI. 1997. p. 19.

¹⁴⁸ COTINI. 1997. p. 30.

¹⁴⁹ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979.

catolicismo, ou pelo menos se esperava que assim fosse. Eram instigadas continuamente pela Congregação, para que de forma alguma pudessem se esquecer de seus afazeres e da disseminação dos ideais católicos.

De acordo com o Regimento Interno da Escola Normal e Regional Bom Pastor, no Curso Normal seriam ministradas as seguintes disciplinas, durante os 4 anos de estudo:

TABELA 4. Distribuição das disciplinas no Curso Normal Regional (1957)

Disciplina	1º. Ano	2º. Ano	3º. Ano	4º. Ano
Português	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Geografia geral	X			
Ciências Naturais	X	X		
Desenho e Caligrafia	X	X		
Canto orfeônico	X	X	X	
Trabalhos manuais	X	X	X	
Economia doméstica	X	X		X
Educação física	X	X	X	
Atividades econômicas da região	X		X	
Geografia do Brasil		X		
História Geral			X	
Noções de Anatomia e fisiologia humanas			X	
Desenho			X	
Recreação e jogos			X	
História do Brasil				X
Noções de higiene				X
Psicologia e Pedagogia				X
Didática				X
Prática do Ensino				X

Fonte: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Regimento Interno da Escola Normal e Regional “Bom Pastor” de 1961.**

Pela primeira vez no ano de 1959, a Escola Normal e Curso Normal Regional, conferiram certificado de Catequistas às alunas concluintes dos cursos. Consistiram em 28 jovens formadas que, através do curso, se comprometeram a ensinar o catecismo em suas

aulas¹⁵⁰, o que, segundo as Irmãs, possibilitava uma maior certeza de que a religião seria ministrada nas escolas e, graças a esse fator as professoras seriam ao mesmo tempo educadoras e catequistas, missionárias, formariam ou desejariam formar alunos e “servos/servidores do Senhor”, dando raízes ao seu caráter missionário.

Era ainda intuito da comunidade local organizar um curso ginásial que possibilitasse a continuidade de estudos da população, especialmente para os homens, já que para eles só era possível frequentar o 1º grau em Chapecó.

No ano de 1955 líderes da comunidade chapecoense formaram a Sociedade Ginásio Chapecó, com o desejo de estabelecer no município cursos de ensino ginásial¹⁵¹. Essa Sociedade tinha por fim “ministrar ensino primário e secundário, dentro do plano geral estabelecido pelo Ministério da Educação e Saúde, suas leis e regulamentos.”¹⁵², mantendo sob regime de externato, para ambos os sexos, os cursos de Primário, Admissão e Ginásio.

Para que fosse concretizado tal intento foi recorrido à Congregação Franciscana, que “para evitarem futuros dissabores e perigo de entrarem leigos e descrentes Irmãs, munidas das necessárias licenças, entraram a trabalhar com a dita sociedade”¹⁵³, que aceitaram ministrar o curso, desde que somente fossem atendidas no Bom Pastor as meninas. Para o Ginásio masculino foram contatados os Irmãos Maristas, que concordaram com o trabalho com a condição de receberem um prédio escolar pronto, com equipamentos e materiais necessários ao ensino do curso¹⁵⁴.

Enquanto se dava a construção do Colégio Marista São Francisco, que seria comandado pelos irmãos, foi solicitado à Congregação das Irmãs o atendimento a um Curso Ginásial misto. Tal pedido foi aceito e o Curso Ginásial foi implantado em 1956 no Bom Pastor, iniciando com classes mistas, sendo que as Irmãs exerciam grade vigilância e energia no cuidado com meninos e meninas. Em 1959, quando alguns Irmãos Maristas vieram tomar conta dos alunos ministrando as aulas no Bom Pastor, os meninos passaram a ter aulas em um prédio separado das meninas, o que representou para as Irmãs um trabalho mais suave, em virtude de que agora o controle sobre a classe unissex seria mais tranquilo. O curso iniciou com as seguintes matérias: Português, Latim, Francês, Matemática, História Geral e História do Brasil, Desenho e Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico e Educação Física¹⁵⁵.

¹⁵⁰ Idem. p. 45.

¹⁵¹ PEDERSETTI. 2003. Anexo 3.

¹⁵² ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Regimento Interno do Ginásio “Chapecó” 1955-1959**, p. 1.

¹⁵³ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979. p. 36.

¹⁵⁴ PEDERSETTI. 2003. Anexo 3.

¹⁵⁵ Idem.

Podemos destacar aqui a disciplina de Canto Orfeônico, que teve seu exercício iniciado no Brasil na década de 1910, mas o reconhecimento legal apenas em 1930. Essa matéria vinha associada ao projeto nacionalista e patriótico, resgatando aspectos basicamente nacionais e contendo em suas letras a difusão de valores morais, projeto que foi fortemente implantado no Brasil através de Villa-Lobos, a partir dos anos 30¹⁵⁶.

O Bom Pastor foi ampliado, tendo 15 salas de aula a mais e um dormitório, sendo realizada uma festa de inauguração em 1957, que não ocorreu como o previsto, mas obteve lucros. Nesse período foi aberta no município uma Delegacia de Ensino. O Delegado designado para sua condução, assim como sua família eram espíritas e prosélitos de sua religião, fato que não preocupou as Irmãs e o Revmo. Pe. Vigário, que passaram a combater a escolha religiosa familiar em questão. Coincidentemente, as propagandas da festa de inauguração das dependências da nova ala da escola e esse choque religioso culminaram com indisposições e tensões, o que afastou muitas pessoas da festa e também do Bom Pastor¹⁵⁷. Temos aqui um fato que demonstra que a hegemonia do catolicismo no município passava por altos e baixos, era questionável sua atuação e as muitas na comunidade acabavam procurando outras religiões. Também corrobora a multiplicidade religiosa do cotidiano cidadão e as possibilidades de trânsito e de avanço de religiões e crenças em um ambiente tido então como marcadamente católico.

Em 1961, com a criação oficial do Ginásio São Francisco, houve a transferência dos alunos e em decorrência deste e outros fatores costumeiramente diz-se que o município de Chapecó possuía uma escola que atendia aos alunos do sexo masculino e outra, o Ginásio Chapecó, com sede no Bom Pastor, que atendia ao sexo feminino¹⁵⁸.

¹⁵⁶ LISBOA, Alessandra Coutinho. **Villa-Lobos e o Canto Orfeônico**: música, nacionalismo e ideal civilizador. 2005. 183 f. Dissertação (Mestrado em Música). Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2005. p. 89.

¹⁵⁷ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979. p. 38.

¹⁵⁸ PEDERSETTI, 2003. Anexo 3.

FIGURA 9. CENTRO DE CHAPECÓ/SC – COM DESTAQUE PARA O BOM PASTOR –
1965



Fonte: Arquivo da Escola de Educação Básica Bom Pastor.

Após a criação do Curso Ginásial, foi instituída em 1957 a Escola Normal Chapecó, da rede particular de ensino, formando normalistas da cidade e região. O Curso permaneceu em vigor até 1975, em virtude de funcionar no mesmo estabelecimento o Curso Colegial 2º ciclo – Científico, instituído em 1969 pertencendo a rede particular, mas logo estadualizado, a pedido da comunidade¹⁵⁹.

Além do caráter missionário empregado pela Congregação, esta tinha como finalidade a formação espiritual, cristã e cultural das moças, ou seja, educação integral para a mulher. Explica-se neste contexto a atuação das Irmãs frente a Escolas Normais existentes no Brasil. Conforme referencia Cambruzzi a 1ª Escola Normal fundada pelas Irmãs no Brasil foi na década de 20¹⁶⁰, e em Santa Catarina a 1ª do segmento foi no município de Canoinhas em 1936¹⁶¹.

O curso Normal, no entender da Congregação, era o que melhor se adequava à concepção de formação das moças. Por outro lado, esta concepção coadunava-se com os desejos da sociedade civil, isto é, preservação da

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ CAMBRUZZI, 1987. p. 55.

¹⁶¹ Cf.: WELTER. Cármen. **História do Colégio Sagrado Coração de Jesus: 1921-2006**. Canoinhas: News Print, 2006.

família tradicional, correspondendo à ideologia, então dominante, sobre as Escolas Normais. [...] Em Chapecó [...] as famílias defendiam a proposição de que as moças não precisariam cursar Medicina, Odontologia, Advocacia, Engenharia..., apenas, efetivar cursos de formação. Em outras palavras, o Normal era um curso que, por um lado, formava a mulher para assumir com dignidade o casamento e, por outro, as formadas deste curso seriam professoras e catequistas das crianças das famílias tradicionais¹⁶².

Como podemos observar, fica explícita a ação das Irmãs em dar prioridade à formação do sexo feminino, bem como uma educação moldada para certos princípios, normalizadora e formadora de uma mulher que atendesse aos cuidados com o lar, a Igreja e ao trabalho, no caso sendo futuras professoras, sendo uma das únicas possibilidades da mulher dar continuidade aos seus estudos além do primário.

O Curso Normal, no entender da Congregação, era o que melhor se adequava a concepção de formação das moças. Por outro lado, esta concepção vinha de encontro com os desejos da sociedade civil, isto é, a preservação da família tradicional, correspondente à ideologia então dominante sobre as escolas normais, ou seja, adicionar função profissionalizante e preparação da mulher para a Vida do Lar. A idéia de educar, de ser professora, era tida como “tarefa sublime” e significava tanto garantir a formação “do bom caráter” como, num sentido caritativo – assistencial, ter “carinho materno”¹⁶³.

Analisando as citações observamos que as pesquisadoras reforçam que para a Congregação o Curso Normal era o que melhor se adequava a concepção de formação de moças, fato que promoveu a instalação desse curso em Chapecó, e todos os outros instalados por elas, aliado a um projeto de implementação dessas escolas que se espalhava pelo Brasil. Dessa maneira objetivava-se destinar e manter a mulher em um local determinado dentro da sociedade, condicionar suas atividades profissionais, familiares e sociais, propiciar um casamento entre a educação, que ela recebia no Normal e deveria repassar aos alunos, com a vida que deveria exercer no Lar, preservando os modelos familiares tradicionais.

No Brasil as Escolas Normais inicialmente foram associadas aos Liceus, tradicionais na educação das elites masculinas, influenciando fortemente as ações de criação dos Normais destinados as mulheres. Aos poucos ocorre a separação dessas escolas em virtude da crescente demanda feminina ao magistério e a conservação de um sistema educacional com ensino superior voltado aos homens¹⁶⁴.

¹⁶² Idem. p. 55 e 56.

¹⁶³ COTINI. 1997. p. 30 e 31.

¹⁶⁴ FERREIRA, Hedmar de Oliveira. **Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na zona do alto Paranaíba em Minas Gerais/1928-1950**. 2006. 238 f. Tese (Doutorado em

Havia um forte incentivo para a formação dos Normais. Além da política estadual, a criação desses cursos crescia através do projeto nacional, sendo que o número de Escolas Normais em território nacional durante o Período Republicano cresceu. Em 1949 havia 540 cursos seguidores das diretrizes estabelecidas pelo Governo Estadual¹⁶⁵.

As Escolas Normais eram alicerces para as elites conservadoras, atuando como um meio de controle ideológico, pois nelas eram formadas de maneira homogênea, uniforme, as futuras professoras primárias, almejando-se que fosse colocado em prática um mesmo modelo educacional, padronizado, aos alunos destas. “O Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação standardizada”¹⁶⁶.

O ensino normal contribui para a difusão dos ideais republicanos, visava a formação de cidadãos civilizados, homogeneizados, normatizava inicialmente as alunas que seriam futuras difusoras do conhecimento, estariam agindo em favor do Estado no ensino ministrado no país. Desde a sua nomenclatura, do significado do termo Normal, que visa o estabelecimento da norma, regramento, normalização, contribuindo para que todos agissem de maneira exemplar, comum, sendo estabelecidas e disseminadas as metodologias adotadas para essa prática.

Conforme consta no documento abaixo, retratando a Vida Escolar das alunas, o Exame de Admissão para o Curso Normal contava com prova de conhecimentos prévios, com as seguintes disciplinas: Português e Matemática, com exames escritos e orais, Ciências Naturais, História Geral e História do Brasil e Geografia Geral e do Brasil, que recebiam notas e no final uma média geral, que aprova ou não a aspirante a normalista (Ver Anexo IV).

Através do Decreto nº 310 de 11 de março de 1957 foi criada a Escola Normal de 2º ciclo, formando professores primários, dando continuidade aos estudos do Curso Normal, que era de 1º ciclo e formava regentes do ensino primário.

Conforme consta no Decreto nº 3.786 de janeiro de 1947¹⁶⁷, fica estabelecido o seguinte programa disciplinar para as Escolas Normais: Português e Língua e Literatura Vernácula, Matemática, Física, Química, Sociologia Geral, Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Psicologia da Educação, Metodologia Geral, Metodologia do Ensino Primário, Anatomia e Fisiologia Humanas, Higiene e Educação Sanitária, Higiene e

História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006. p. 189. p. 61 e 62.

¹⁶⁵ XAVIER, Maria Elizabete Xavier. RIBEIRO, Maria Luisa. NORONHA, Olinda Maria (orgs.). **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994. p. 196.

¹⁶⁶ FOUCAULT. 2011. p. 176.

Puericultura, Biologia Educacional, Desenho e Artes aplicadas, Trabalhos Manuais, Música e Canto, Educação Física, Recreação e Jogos. Essas matérias possuíam programas diferentes para os 3 anos de curso e nem todas eram ministradas em todos os anos do período escolar, conforme podemos constatar na tabela abaixo.

TABELA 5. Distribuição das disciplinas na Escola Normal Chapecó (1957)

Disciplina	1º. Ano	2º. Ano	3º. Ano
Português	X		
Matemática	X		
Física	X		
Química	X		
Anatomia e fisiologia humanas	X		
Metodologia geral	X		
Música e canto	X	X	X
Desenho e artes aplicadas	X	X	X
Educação física	X	X	X
Religião	X	X	X
Trabalhos manuais	X	X	X
Língua e literatura vernáculas		X	X
Matemática aplicada		X	X
Sociologia geral		X	X
Biologia educacional		X	
Higiene e educação sanitária		X	
Metodologia do ensino primário		X	X
Psicologia		X	
História e filosofia educacional			X
Higiene e puericultura			X
Psicologia educacional			X
Prática do ensino			X

Fonte: Arquivo da Escola de Educação Básica Bom Pastor.

¹⁶⁷ ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Justiça, Educação e Saúde – Departamento de Educação. Decreto nº3.786 de janeiro de 1947. Santa Catarina: 1947.

No desenrolar do trabalho da Congregação a frente da entidade escolar, podemos notar inúmeras diferenças e semelhanças, o que vai se moldando e transcrevemos no decorrer do texto. Conforme destaca Cambruzzi,

Os professores do Colégio Bom Pastor, também, encontravam-se sob a orientação da diretora Irmã Maria Gilda Graciema Zanotto, em reuniões pedagógicas. Estas aconteciam de acordo com a necessidade vista pela dirigente do Colégio. A finalidade dos encontros era o tratamento de temáticas que diziam respeito ao ensino e à formação dos alunos. Ou seja, em última instância, a direção e os professores efetuavam reuniões pedagógicas para tratar da escolarização no Colégio Bom Pastor e sua projeção no contexto sócio-cultural de Chapecó¹⁶⁸.

Como podemos observar nas Atas que estão transcritas abaixo e em outros documentos que foram analisados, era corrente ser referenciado o tema “aluno”, sendo destacada a maneira com que o professor deveria agir com ele e como o estudante deveria agir perante a escola; assim como o desenvolvimento do trabalho do professor. As Irmãs ditavam muito de como deveria ser o tratamento e o transcorrer das aulas.

2) foi recomendando às professoras que se esforcem afim de que as crianças de adiantem e que tragam em dia a correção dos cadernos dos mesmos; 3) ficou dito que, uma vez por semana, de preferência aos sábados, cada professora dê em sua aula uma meia hora de civilidade, regras de boas maneiras, para que a criança desenvolva sua boa educação¹⁶⁹.

Recomendou que todos os professores iniciem sua missão com amor, dedicação, entusiasmo, segurança, firmeza, disciplina. O aluno não tem culpa se a remuneração é pouco compensadora. Incompetência para o trabalho, desleixo e falta de frequência, são motivos para o afastamento do professor¹⁷⁰.

Nas duas citações anteriores podemos observar como era ordenado o desenvolvimento do trabalho escolar. Nas reuniões a Irmã diretora repassava os recados-ordens aos professores que se remetiam a maneira como deveriam atuar em aula, agindo sempre com muita disciplina, dedicação, demonstrando e ensinando às crianças boas maneiras, boa educação, o que complementa a citação de Cambruzzi que destacou que nas reuniões eram tratadas questões relativas ao ensino e a formação dos alunos.

¹⁶⁸ CAMBRUZZI. 1987. p. 58.

¹⁶⁹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata da 9ª reunião realizada no dia 10 de outubro de 1953**. p. 41.

¹⁷⁰ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata da 82ª reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 1975**. p. 1.

Esse molde de trabalho Congregacional foi se adaptando e se transformando, tendo reflexos das políticas públicas e também da própria Igreja Católica. “Continuariam com suas atividades dando um novo sentido ao aspecto pedagógico. Isto é, o início da visão de mudança em relação à finalidade de ensino e da formação, proposta, em princípio, pelo Concílio do Vaticano II, faz-se presente no Colégio Bom Pastor.”¹⁷¹. No desenvolver do trabalho educacional as irmãs trabalhavam concomitantemente com as prerrogativas escolares determinadas pelo Governo, como com as estabelecidas pela Igreja Católica, não abrindo mão de seu caráter disciplinar e civilizador, fatos que no decorrer dos anos de atuação tornaram-se mais maleáveis, foram adaptados, reflexos das políticas adotadas.

Iniciou um trabalho que visava olhar e trabalhar o aluno de uma maneira mais humana, mas também era conferido um caráter que tendia a formação e a habilitação profissional do educando, fato que confere com a implantação dos cursos técnicos na década de 70, através da Lei de Diretrizes e Bases de 1971, nº 5692/71, que colocava que o ensino de 1º e 2º graus tinha como, entre outras, a prerrogativa de qualificar o indivíduo para trabalho, proporcionar a sua iniciação no mesmo e habilitação profissional.

A partir de 1971 o curso foi adaptado à nova legislação, em 1976 foram inaugurados laboratórios de Física, Química e Biologia e eram oferecidas as seguintes habilitações: Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas e Magistério do Ensino de 1º Grau (Ver Anexo V).

3.2 A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR INTERNA: DISCIPLINA, FORMAÇÃO E CATEQUESE

O Bom Pastor, desde a sua implantação e até o ano de 1985 foi administrado e coordenado pela Congregação das IFMMA, recebendo auxílios da comunidade e posteriormente do Governo Estadual. Em seus trabalhos as Irmãs empregavam o espírito missionário, os ensinamentos religiosos e a busca por novos e perpetuadores fiéis católicos.

Esses serviços realizados pelas Irmãs começaram a dar resultados. Aos poucos foi sendo modificado o conceito e as ações das crianças e pessoas da comunidade perante a religião Católica. É relatado nas Crônicas da Congregação que “Era de admirar como as crianças e mocinhas deixavam-se amoldar e alguns meses depois já eram outras, dóceis e submissas.”¹⁷². Esse trabalho era refletido na comunidade, e posteriormente, essas “crianças e

¹⁷¹ CAMBRUZZI. 1987. p. 61.

¹⁷² IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979.

mocinhas”, como citam, seriam adultos, constituiriam suas famílias, e, através da formação propiciada na instituição escolar disseminariam os ideais católicos, o que vinha a facilitar e contribuir com o trabalho missionário. Conforme descreve Manoel, o projeto educacional mobilizado pelos católicos era baseado na Teoria dos Círculos Concêntricos, que consistia na educação de jovens que formariam as futuras famílias Católicas e assim consecutivamente, seriam educados pelo mesmo centro, pelos mesmos pensamentos, havendo a preferência pelas mulheres por serem consideradas como as geratrizes familiares, como a educadora inicial do homem¹⁷³.

Essa perspectiva alia-se às considerações de Foucault¹⁷⁴ que, em seus trabalhos, defende que durante a época clássica o corpo era visto como objeto e alvo de poder. Em vista disso ele poderia ser amoldado, modelado, treinado, receber ordens, responder ao que lhe era comandando, tornando-se hábil. Já nos séculos XVII e XVIII foram utilizados processos disciplinares em conventos, exércitos, oficinas, onde no movimento disciplinar,

Nasce uma arte do corpo humano, [...] a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto o é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis.¹⁷⁵

Nessa compreensão, o corpo tornara-se um alvo que poderia ser manipulado, operado, da maneira que fosse desejado, usando técnicas que possibilitassem essa manipulação corporal e mental, impondo aos corpos uma relação não somente física, mas algo constante, disciplinar.

Em Chapecó, as Irmãs se utilizaram dessas possibilidades, seja por meio da disciplina, da educação escolar, da catequese, dos ensinamentos religiosos, festas promovidas pela escola, rotina escolar, enfim, do cotidiano e das ações que eram geradas pela Congregação, na escola ou na comunidade, com o intuito de colocarem em prática o grande projeto católico. O estabelecimento desse projeto vinha facilitado pela escassez de escolas na região, que como demonstramos anteriormente o Bom Pastor foi uma das primeiras implantadas no município e por muito tempo atendia a alunos de todo o Oeste, do mesmo modo pela promoção da religião católica que foi implantada no município desde o início da colonização.

¹⁷³ MANOEL. 1999. p. 211.

¹⁷⁴ FOUCAULT. 2011. p. 132 e 133.

¹⁷⁵ Idem. p. 133.

Apesar desse empreendimento pautado pelo proselitismo católico, todos os anos a direção do colégio deveria encaminhar os Relatórios do Grupo Escolar Bom Pastor à Inspeção Geral de Educação, contendo os trabalhos realizados, resumos das atas das reuniões pedagógicas, estrutura física da escola, relação do corpo docente e demais funcionários, aprovação de alunos, conteúdos trabalhados, exemplares de provas aplicadas, disciplina que perfazia o trabalho escolar (nas formaturas, comemorações festas escolares, recreio), programa de ensino, dificuldades encontradas, avisos, entre outros. Por meio destes documentos é possível observar como era desenvolvido o trabalho dentro da escola, de que maneira as Irmãs conduziam e desenvolviam as atividades e através deles poderemos observar e analisar também, no decorrer do trabalho, inúmeras ações praticadas na escola. O estado acompanhava o desenvolvimento educacional e o seguimento das diretrizes estatais e mesmo nacionais da área. Controle estatal e controle religioso acabavam por impor/delimitar meios de ação, organização curricular, regulamentações e outras disposições que acabavam sendo inculcados aos estudantes, o foco final desse processo civilizador e educativo.

Na biblioteca da Escola de Educação Básica Bom Pastor estão documentos que perfazem a época em que a Congregação esteve a frente dos trabalhos. Dentre eles estão os Relatórios do Grupo Escolar Bom Pastor que datam de 1948 a 1964 e outros documentos como Relatórios de Ligas, Relatórios dos Clubes Agrícolas, Caixa Escolar do Grupo Escolar “Bom Pastor”, Relatório do Pelotão da Saúde, Relatório da Liga da Bondade, que datam das décadas de 1950 e 1960. Na secretaria da escola estão as Atas, Cadernos de Notas, Relatórios do Grupo Escolar, Regimentos, entre outros documentos. Para a realização dessa pesquisa foram utilizados, dentre todos estes documentos, com maior ênfase os Relatórios do Grupo Escolar Bom Pastor, as Atas das reuniões e os Regimentos, por enfocarem mais o trabalho que a Congregação desenvolvia no estabelecimento escolar, focando o processo civilizador desenvolvido por ela.

Representativo dessa proposta é o texto do Regimento do Grupo Escolar Bom Pastor de 1963, que destaca como deveria ser o trabalho dos professores com relação aos alunos. As Irmãs descrevem que os docentes tinham por obrigação, sobretudo, educar. As professoras deveriam ser como uma “segunda mãe” para os alunos, tratando-os com amor, carinho, paciência, conquistando a confiança e simpatia das crianças. Necessitaria ter total domínio sobre a matéria, mantendo o aluno sempre ocupado, em virtude da compreensão de que “criança ocupada é criança disciplinada”. Careceriam fazer com que os pequenos despertassem o interesse pelos estudos, utilizando-se dos mais variados meios didáticos, pedagógicos e psicológicos, como conversas, notas, elogios, conselhos, recompensas, centros

de interesse, mas antes de todo esse arsenal de elementos, o aluno teria de possuir a noção de dever e de responsabilidade¹⁷⁶.

Como podemos observar, o colégio era organizado de maneira a manter os alunos sempre atarefados. Os docentes eram os responsáveis pela instrução, sendo devidamente orientados pela direção da escola sobre o quê e como ministrar suas aulas e portar-se. Por conseguinte eram também regulamentados e regulamentadores, deveriam fazer com que o corpo e a mente do aluno fossem direcionados ao ensino e a maneira com que a Congregação almejava a formação escolar, humana e religiosa de cada educando. Tal fato era corrente nas escolas Católicas, de modo que,

O sistema de ensino católico, por meio das escolas paroquiais, visava constituir sujeitos católicos obedientes à autoridade eclesiástica, disciplinados e voltados à prática sacramental. Tal instrução pretendia moldar o corpo docente e discente para seguirem determinadas regras, terem o mesmo comportamento e compreenderem o mundo da mesma forma¹⁷⁷.

Com as práticas adotadas no Bom Pastor pelas Irmãs trabalhava-se em busca da domesticação e disciplinarização dos corpos. Dominando o comportamento dentro da escola, cobiçava-se a promoção de uma conduta social determinada que transformasse a sociedade local religiosamente, conduzindo a um modelo específico idealizado pelo catolicismo. O intuito era domesticar, reconduzir, oferecer conhecimento, modificar, tornando-os pessoas pacatas/fiéis/estudantes e subordinados/as.

Para tanto, era necessária a regularização dos controles para a promoção da ordem, fato que a Congregação colocava em prática constantemente, pois os profissionais eram orientados sobre o modo pelo qual deveria ser instaurado seu trabalho e que meios deveriam utilizar em sala de aula. Como destaca Foucault, “Uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência.”¹⁷⁸. A fim de garantir o êxito do trabalho era fundamental regulamentar e fiscalizar a prática constantemente.

Durante todo o período de atuação das religiosas no Bom Pastor, podemos notar que os professores eram cuidadosamente orientados pelas Irmãs de como deveriam agir e

¹⁷⁶ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1963**. p. 6.

¹⁷⁷ OTTO, Clárcia. KRETZER, Altamiro Antônio. Educação e instituições religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano I, n. 3, Jan. 2009. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas. p. 14.

trabalhar em sala e fora dela também. Essa situação perpassou décadas, como podemos ver com as citações abaixo, iniciando pela década de 1950:

Recomendação da Revma. Madre Diretora às professoras, sôbre o modo de darem suas aulas, evitando muita conversa. Para alcançar bom resultado nesse assunto, a mestra deverá globalizar as matérias, passando de uma para a outra, de um modo despercebido das crianças, sem anunciar anteriormente o que deseja passar. Tal maneira de proceder, não permitira as reclamações e conversas dos alunos¹⁷⁹.

Outra situação foi destacada na década posterior, agora pelo próprio Regimento da Escola Normal e Regional “Bom Pastor”, que defendia:

Manter o espírito de colaboração e solidariedade, indispensável à eficiência da obra educativa realizada no estabelecimento; colaborar com a direção do estabelecimento na organização e na execução dos trabalhos complementares de caráter cívico, cultural ou recreativo; estabelecer com os alunos um regime de ativa e constante colaboração; ter sempre em mira que a preparação intelectual dos alunos deverá visar antes a segurança do que a extensão dos conhecimentos; conduzir os alunos apenas à aquisição de conhecimento, mas à maturidade de espírito pela formação do hábito e da capacidade de pensar¹⁸⁰.

Já nas décadas seguintes, a postura é mantida mas também adida de considerações sobre a formação humanística impressa na educação empreendida no Bom Pastor:

Irmã Gilda recomendou que todos os professores iniciem sua missão com amor, dedicação, entusiasmo, segurança, firmeza, disciplina¹⁸¹.

O Colégio Bom Pastor, no que se refere a sua missão específica, promoverá e fomentará uma educação cristã libertadora, como resposta às necessidades da pessoa humana e do mundo atual que exige SER MAIS, no desejo de auto-realização pelo ensino e pelo amor. Para tanto a educação deverá ser criadora, promovendo a auto-determinação da pessoa e o senso comunitário¹⁸².

O professor nunca entra em choque com os alunos, nem fica chamando atenção; a função única do professor na sala de aula, é dar o conteúdo. [...]

¹⁷⁸ FOUCAULT. 2011. p. 170.

¹⁷⁹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata da 6ª reunião realizada no dia 13 de setembro de 1952**. p. 32.

¹⁸⁰ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Regimento Interno da Escola Normal e Regional “Bom Pastor” de 1961**.

¹⁸¹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata nº 82 de 26 de fevereiro de 1975**. p. 2.

¹⁸² ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata nº 84 de 17, 18 e 19 de março de 1975**. p. 6.

Pede que tomem consciência de sua missão de educador que cumpram com seus deveres, ajudem aos alunos com menos condições de aprender, acolham e tratem o aluno como pessoa¹⁸³.

Como vimos, mesmo sendo diferentes os documentos aqui mencionados, podemos observar que a vigilância sobre o trabalho do professor era constante. Percebem-se diferenças de um período para outro e também o reflexo que ocorria da política nacional dentro do regime escolar. No início dos trabalhos, na década de 50, o professor era orientado sobre a maneira que deveria agir em sala, evitando a conversa e dispersão entre os alunos, agindo de forma vertical, de cima para baixo, panorama pedagógico apontado por Gadotti, que estuda as concepções pedagógicas no Brasil¹⁸⁴.

Nos anos 60 e 70 a regulação imposta torna-se ainda mais intensa. O professor deveria exercer sua missão com firmeza e ordem, seguro daquilo que estava repassando, colaborando com a direção em todas as questões escolares e conduzindo os alunos a esse mesmo caráter colaboracionista e hierarquizado. Na década de 70 o regime regulamentar se torna mais ativo, temos uma instituição disciplinalizadora embasada na Lei de Diretrizes e Bases Educação Básica de 1971, em que consta no 1º artigo que “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.”¹⁸⁵.

Como avalia Gadotti, com o passar dos anos essa teoria passa de vertical para horizontal, conforme observamos na década de 80, em que a maneira com que os profissionais deveriam agir se torna mais liberal. A partir de então o professor deveria ajudar aquele aluno com dificuldade de aprendizagem, não entrando em atrito nem puramente transmitindo o conteúdo. Assim, professor e alunos ficavam no mesmo panorama, tornando a relação pedagógica mais próxima e equitativa. Nota-se um processo de transição que se inicia no fim da década de 70 e início da década de 80, que vem relacionado ao fim da Ditadura Militar e a abertura para a democratização¹⁸⁶.

¹⁸³ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata da 4ª reunião realizada no dia 23 de abril de 1982**. p. 5 e 6.

¹⁸⁴ Cf.: GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. Ática: São Paulo, 1987. 6ª ed.

¹⁸⁵ BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm. Acesso em 28/abril/2012.

¹⁸⁶ GADOTTI. 1987.

Nas estratégias¹⁸⁷ adotadas pela direção e professores, eram estimulados a conversar com os alunos, atribuírem notas, elogios, conselhos, recompensas, entra em questão um modelo disciplinar de gratificação-sanção. Deveria ser evitado o recurso aos castigos físicos e procurado tornar as recompensas mais correntes que as penas. Assim, os alunos seriam instigados a receberem “prêmios”, a buscar sempre estar entre os melhores¹⁸⁸. Desde o início dos trabalhos escolares já havia esse estímulo, conforme consta na Ata da 6ª Reunião Pedagógica do dia 11 de setembro de 1948, que orienta que os professores deveriam classificar os alunos como “fortes, médios e fracos”¹⁸⁹. Essa situação é corrente em ambientes em que se busca a disciplinarização, como aponta Benelli,

A concepção de que um homem age ou deixa de agir movido por castigos (punições) e/ou por prêmios, implica uma suposição teórica de que esse objeto funciona, por exemplo, a partir do princípio do prazer e da evitação da dor. Assim se produz *o saber*, a partir de práticas institucionais¹⁹⁰.

No Bom Pastor, eram distribuídos os boletins e entregue troféus para aqueles que se distinguíssem com melhor frequência e a turma que tivesse maior desempenho, além disso, recebiam homenagens àqueles que ficavam classificados nos primeiros lugares. Está expresso, entre outros dados, a dualidade do bem e do mal, positivo e negativo, boas e más notas, em que se promovia a “batalha” constante do aluno pela boa aprovação, para que não viesse a receber castigos. Logo, perpetuava-se um modelo de aprovação-reprovação, que vinha acompanhado de bonificação ou penalidade, conforme a maneira com que se operasse no ambiente escolar (conduta e comportamento), e porque não dizer fora dele, perante a sociedade em geral.

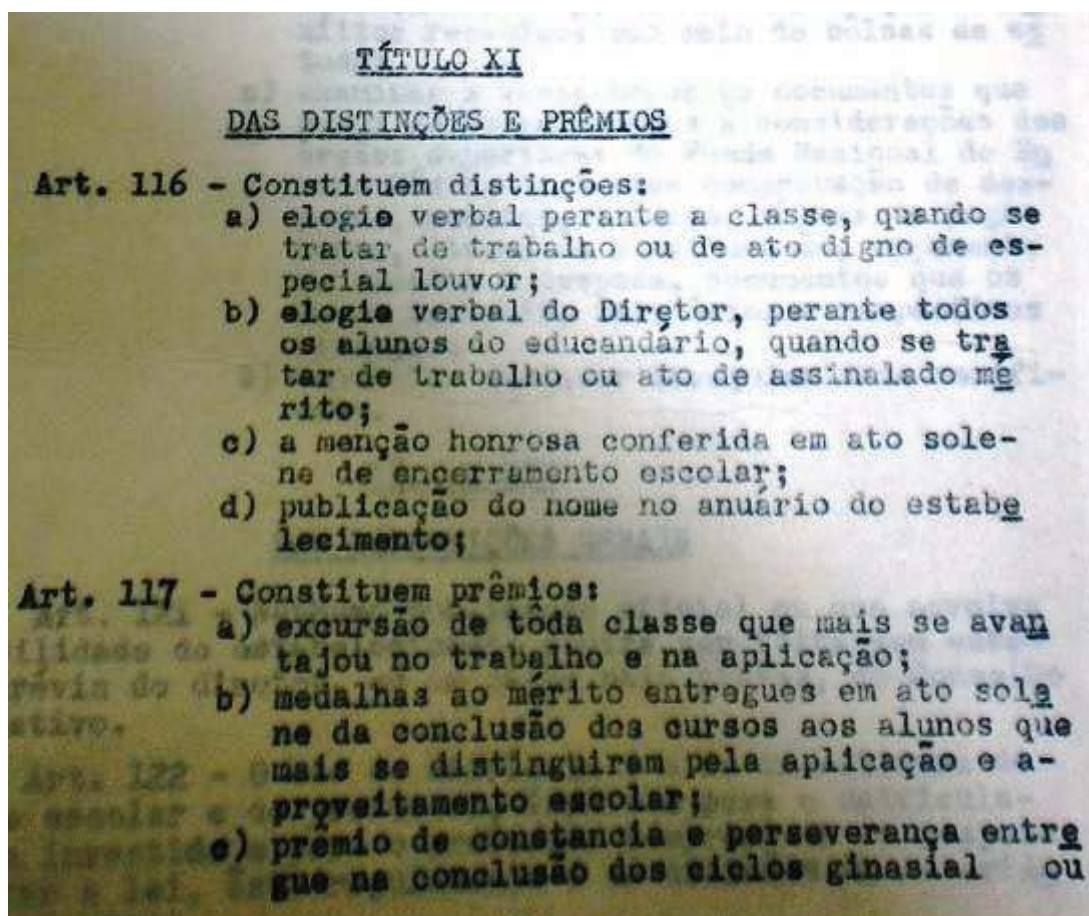
¹⁸⁷ Definimos estratégia aqui segundo Michel de Certeau, em que “a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.” Diferentemente da tática que “sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência do poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.” CERTEAU, Michel de. A distinção entre estratégias e táticas. In: CERTEAU, Michel de, **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 97. (Original de 1980).

¹⁸⁸ SANTA CATARINA. 1963. p. 173.

¹⁸⁹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata da 6ª Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de setembro de 1948**. p. 8.

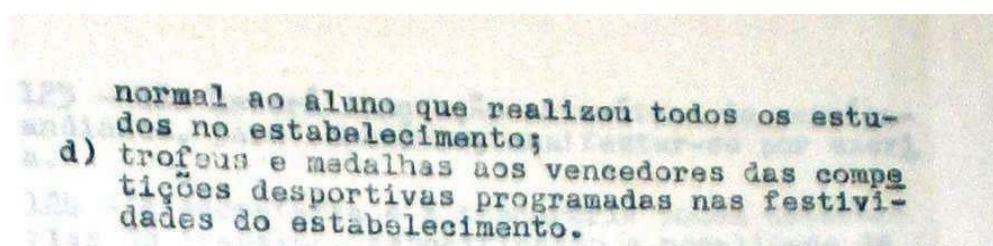
¹⁹⁰ BENELLI. 2003. p. 23.

FIGURA 10. REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL E REGIONAL “BOM PASTOR” - 1961



Fonte: Arquivo da Escola de Educação Básica Bom Pastor.

FIGURA 11. REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL E REGIONAL “BOM PASTOR” – 1961 - Continuação



Fonte: Arquivo da Escola de Educação Básica Bom Pastor.

Como podemos observar eram distribuídas distinções e prêmios aos alunos. Dentre as distinções, os trabalhos realizados eram classificados como dignos de especial louvor ou como ato de assinalado mérito. Havia a menção honrosa conferida no encerramento escolar, publicação no anuário do estabelecimento. Como prêmios a turma que mais “avançasse” ganharia uma excursão, medalhas aos alunos que mais se destacassem, prêmio àquele que

completasse bem todos os estudos no estabelecimento e troféus e medalhas aos vencedores das competições desportivas. Uma competição constante cercava o trabalho escolar, inúmeras premiações distribuídas, fazendo com que o corpo discente lutasse pela conquista do melhor, o que pode ser uma coisa saudável ou também pode provocar muitas situações desgastantes e mesmo tensas naquelas crianças que não obtinham tais méritos. Essas classificações também eram feitas para a realização dos exames. Na ata da 7ª Reunião Pedagógica de 1948¹⁹¹, a Diretora diz aos professores que devem classificar as crianças em Tardias (T), Medias (M) ou Fortes (F), o que servirá para o quadro de exames.

Essa nomenclatura classificatória esteve à frente de todo o período em que as Irmãs comandaram o estabelecimento educacional Bom Pastor, como podemos constatar no início dos trabalhos e nas décadas seguintes, o que continuou nos anos 80. Na Ata nº 1 de 28, 29 e 30 de abril de 1982¹⁹² estão classificados os alunos, contendo o nome de cada um e ao lado características de seu rendimento escolar, como: “pouco interesse”, “é a fotografia da preguiça”, “muito parado”, “produz pouco”, “é nula em conhecimento”, “muito fraco nos estudos”, “não raciocina”, “indisciplinado”, “briguento”, “não leva nada a sério”. Esses comentários estão muitos presentes nas atas, entretanto há também aqueles classificando os alunos de maneira positiva, porém em menor quantidade, como, por exemplo: “rendimento satisfatório”, “muito boa aluna”, “esforçado”, “melhorou um pouco”, “tem capacidade para dar mais do que está dando”.

De maneira geral era quista a homogeneidade da sala de aula, o que está comprovado também através do Relatório do Grupo Escolar de 1959¹⁹³. A organização das classes dava-se através de alunos médios, fortes e fracos, sendo separados de tal maneira que os “bons ou mais inteligentes” estivessem em uma mesma sala, e os considerados “fracos” (que não apresentavam um rendimento satisfatório) permanecessem juntos.

Era comum ocorrer essa divisão/seleção, no início ou no meio do ano. Isso sucedia com vistas a ser alcançado um ótimo resultado nos exames finais, boa porcentagem de aprovação, para perpetuar o ideal de promoção dos estudantes, de bonificação aos melhores e, porque não, como maneira promocional da própria escola e do trabalho desempenhado pela Congregação. Tais situações nos levam a refletir sobre sua analogia com casos estudados por Benelli, que afirma:

¹⁹¹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata da 7ª Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de novembro de 1959.** p. 95.

¹⁹² ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata nº 1 de 28, 29 e 30 de abril de 1982.** p. 1 a 6.

Trata-se de sujeitos [...] reduzidos a objetos materiais e teóricos manipuláveis através de certas técnicas e instrumentos. O que podemos caracterizar como o modo de produção típico das instituições numa sociedade inserida no Modo Capitalista de Produção (MCP): subjetividade serializada. [...] As instituições lidam com os indivíduos a partir da concepção que criam a respeito de suas identidades: a de serem capazes de colaborar motivados por prêmios ou castigos, independentemente de se identificarem ou não com os objetivos oficiais daquelas¹⁹⁴.

Sendo assim, os alunos eram reduzidos a meros objetos manipuláveis, premiando ou punindo estariam sendo instigados a alcançar os ideais e objetivos escolares, inseridos dessa maneira em um modo serializado.

Havia também certa dificuldade em encontrar professoras que se dedicassem a essas turmas com alunos “atrasados”, visto que essas queriam obter ótimos resultados no fim do ano letivo, ter uma excelente porcentagem de aprovação¹⁹⁵, havendo certo preconceito e discriminação por parte dos professores em trabalhar com essas turmas. Essa justificativa ainda era amparada no argumento de que os alunos mais astutos seriam prejudicados pelos mais deficitários e teriam que “esperar por eles”, o que possivelmente acabava promovendo uma discriminação no grupo como um todo, envolvendo direção, professores, alunos e pais. Muitos professores tinham que se dedicar a trabalhar com a recuperação dos alunos considerados fracos, possibilitar a eles que revisassem os conteúdos trabalhados e pudessem acompanhar a turma. Esses professores eram tidos como “trabalhadores muito humanos e caridosos”, como se a recuperação não fizesse parte de seu papel, estivesse desenvolvendo algo além dele. Conforme avaliaram as irmãs:

Num gesto muito humano e caridoso, nos meses de outubro, novembro e dezembro, os professores do 2º grau especialmente, assumirão os trabalhos de recuperação terapêutica, ministrando aulas extras aos alunos fracos, possibilitando assim, a muitos, passar de ano. Muitos alunos vêm do 1º grau, sem as mínimas condições de enfrentar as exigências do Curso Científico.¹⁹⁶

Além da premiação outro meio de promoção aplicado aos estudantes eram as penalidades, que conforme é citado pela Congregação não eram muito frequentes, pelo fato de que era exigido do professor dar o exemplo e banir qualquer prática não desejada. Dentre as

¹⁹³ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1959**. p. 3.

¹⁹⁴ BENELLI. 2003. p. 23 e 24.

¹⁹⁵ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1957**. p. 4.

¹⁹⁶ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979. p. 90.

penas aplicadas estavam: encaminhamento dos estudantes à direção, fato que era utilizado pelos professores como ameaça para que não tivessem atitudes não permitidas; aviso no caderno do educando conduzido aos pais, escrito pela diretora e relatando o acontecimento, o qual deveria retornar assinado pelos pais; outras vezes os pais eram chamados para virem até a escola; em alguns casos ocorria suspensão¹⁹⁷.

As Irmãs ainda acrescentam que se todos os meios falhassem, existiria a religião, pois ela formaria e convenceria o aluno, sendo que os 10 mandamentos são, ou deveriam ser, para a criança a lei magna, ela se convenceria de que “Deus quer que eu obedeça aos professores, à direção, aos pais”, que pratique boas obras¹⁹⁸.

Consta também nos relatórios do Grupo que era necessário dar grande valor ao ensino da religião e civismo, pois assim “a criança enobrece sua conduta e ficará disciplinada”, além do que “logo que a educadora conseguia implantar no coração da criança o amor a Deus e a sua pátria terá conseguido da mesma sujeição, disciplina e amor aos estudos”¹⁹⁹ (Anexo VI).

A questão cívica foi corrente no ensino ministrado no Grupo.

Na década de 40, “Para abrilhantar o ato de abertura das aulas reunimos os alunos e cantamos o Hino Nacional, em seguida passamos a explicar o regulamento da escola.”²⁰⁰, e também “ b) Ordem e disciplina dos alunos, tanto interna como externa, e a vigilância nas horas do recreio. c) A importância das aulas de cívica: a) A letra do hino Nacional. b) As boas maneiras.”²⁰¹.

Década de 50, “Tomar cuidado especial e constante na educação moral e cívica dos seus alunos.”²⁰².

Década de 60, “4º - quando os alunos recitarem poesias referentes à Bandeira, acostumá-los a falar à Bandeira, voltados para ela.”²⁰³.

Década de 70, “Responsabilidade dos professores de assumir a hora cívica.”²⁰⁴.

Objetivava-se inserir nos alunos os valores patrióticos, de uma maneira ou outra o civismo era tratado na escola, também como forma de disciplinarização dos educandos. Havia

¹⁹⁷ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1962**. p. 27.

¹⁹⁸ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1949**. p. 3.

¹⁹⁹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1964**. p. 4.

²⁰⁰ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata nº 1 de 5 de fevereiro de 1947**. p. 1.

²⁰¹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata nº 4 de 16 de maio de 1949**. p. 11.

²⁰² ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Regimento Interno do Ginásio Chapecó 1955-1959**.

²⁰³ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1964**. p. 10.

²⁰⁴ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata nº 85 de abril de 1975**. p. 10

um grande enaltecimento aos símbolos nacionais, ao civismo, ao modelo patriótico, com o objetivo de nacionalizar e civilizar de fato os cidadãos brasileiros, objetivando homogeneizar os alunos, impor um sistema cultural, uma visão de mundo. Era imposta uma teia de ações muito racionalizada e precisa. O indivíduo deveria regularizar sua conduta, determinado um comportamento social aceitável, para que não houvessem transgressões, intoleráveis socialmente²⁰⁵.

A mobilização da religião também era evidente nos processos educacionais. A disciplina de religião fazia parte do currículo e todo o cotidiano escolar era envolvido pelo catolicismo. Além da disciplina, todos os anos as Irmãs preparavam as crianças para a Catequese. Com o passar dos anos, quando já haviam professoras formadas, elas mesmas se encarregavam dessa tarefa, preparando os estudantes do Grupo Escolar. O número de crianças que completaram a primeira comunhão foi cada vez maior, observamos em 1948 – 110 catequisados; 1956 – 240; 1957 – 310; 1958 – 460; 1962 – cerca de 450; 1965 - em torno de 400. O trabalho doutrinário era realizado com as crianças e os pais também recebiam orientações cristãs.

No dia 29 de junho de 1962 foi inaugurada uma nova capela nas dependências do Grupo, com o objetivo de acomodar todas as alunas dos Cursos Secundários, proporcionando um local espaçoso dedicado à oração. Desde então era rezado o terço diariamente antes do início das aulas, tanto no turno matutino quanto no vespertino. Nas Crônicas as Irmãs sublinham que “deixou-se liberdade às alunas, mas a maioria acompanharam-no diariamente”²⁰⁶, mais um fator que nos propicia analisar o quanto a religião estava presente na rotina escolar e tamanha a fiscalização empregada aos educandos. Tal importância do momento de prece é analisado por Martins, que destaca que a oração “possuía várias representações, tida como o momento mais precioso da vida, que proporcionava elevação espiritual às alturas celestiais, a porta de entrada aos céus e de união com Deus, considerada um ato que atribui poder aos indivíduos, o alimento da alma.”²⁰⁷. Aos domingos a maioria das Irmãs ia à missa para cuidar das alunas²⁰⁸, pois fazia parte do currículo das moças normalistas a frequência às missas, existindo cobrança e fiscalização de sua efetiva realização²⁰⁹.

Como forma de trazer ainda mais a comunidade e os alunos ao “seio católico”, existiam ligas, clubes vocacionais e o conselho de mães. A Liga do Apostolado da Oração

²⁰⁵ ELIAS. 1993. p. 196.

²⁰⁶ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979. p. 49.

²⁰⁷ MARTINS. 2011. p. 163.

²⁰⁸ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979. p. 46.

²⁰⁹ COTINI. 1997. p. 61.

contava com a presença de alunos da entidade escolar, tendo, a cada ano, um número maior de participantes: em 1947 eram 42, em julho do mesmo ano mais 17 admitidos; em março de 1948 outros 25, sendo que nesse ano faziam parte da liga 84 membros²¹⁰. Em 1962 foram iniciados os trabalhos para organização dos Clubinhos Vocacionais, que tinham como intuito dirigir os meninos que tinham aptidão ao sacerdócio e que ainda eram muito pequenos para ingressarem nos seminários - eles receberiam orientações e instruções especiais²¹¹. Eram feitos trabalhos com os grupos que já existiam, dando diversas palestras sobre higiene e saúde preventiva e foi formado o Conselho de Mães em 1979 para que esse trabalho fosse continuado em casa. Na compreensão das Irmãs, essa era uma atividade que despertava grande senso comunitário e uma experiência muito útil, indo de encontro ao seu caráter missionário²¹². Num molde de corrente, procurava trazer e alcançar das formas mais diferentes as pessoas para a religião, ligando famílias, assim como meninas e meninos ao catolicismo.

Esses processos também contribuíam na regulação dos educandos e, para as Irmãs, diretoras do colégio, como promotores desse método, existia a figura do professor. Cabia a ele a organização e ordem na escola, com ênfase na sala de aula, mas perfazendo todo o ambiente escolar. O professor, além dos outros funcionários, atuava nas escolas com a função de disseminar um comportamento disciplinador que visava influenciar não apenas os alunos, mas suas famílias²¹³.

Cabe acrescentar que nos Relatórios do Grupo Escolar eram citados todos os professores, eram detalhadas sua turma e área de atuação, qualificado seu desenvolvimento em sala, analisando a aprovação que tiveram os alunos da classe que cada um era regente e dando detalhes de como eram as professoras (dedicadas, atenciosas, esforçadas, boas, obedientes, respeitadas, acatavam as ordens, dóceis, estavam sempre de prontidão, etc.), o que vem a fortalecer o caráter disciplinar e fiscalizador que era imposto ao grupo - trabalho este que sofria fiscalização constante das Irmãs.

As salas de aula eram um elemento muito importante na implantação do projeto disciplinar, complementavam-no. A organização espacial é parte da engrenagem disciplinarizante e disciplinadora, constituindo-se também num elemento essencial para a transformação e/ou manutenção de padrões de comportamento estandardizados e modelares.

²¹⁰ Idem. p. 12.

²¹¹ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979. p. 49 verso.

²¹² Idem. p. 86.

²¹³ FERREIRA. 2006. p. 59.

Podemos observar esse disciplinamento nas Figuras 12 e 13, com salas do grupo escolar na década de 40 e em 1960.

FIGURA 12. SALA DE AULA DO BOM PASTOR – DÉCADA DE 40



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

FIGURA 13. SALA DE AULA DO BOM PASTOR – 1960



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

As classes seguiam o mesmo padrão desde o início da escola, claro observando-as vemos diferenças entre alguns materiais utilizados na construção, como as paredes em madeira no primeiro momento e depois construções em alvenaria, além das mesas que, na

primeira foto cabem dois alunos em cada e na segunda é individual. No entanto, de maneira geral, permanecem muitas características, como a distribuição das mesas e cadeiras em fileiras; o crucifixo, bem na frente, visível a todos os estudantes, enfatizando ainda mais a religião; o quadro negro; enfim, a maneira de acomodação e disposição da sala. Na figura 16 podemos destacar uma pequena vidraça, um visor na porta que possibilitava a fiscalização das Irmãs ou demais pessoas que desejassem observar o desenvolvimento das aulas, assim como possibilitava a observação permanente do professor, que possuía a mesa mais elevada que dos alunos, permitindo sua vigilância e fiscalização nas atividades realizadas por eles. Conclui-se então que a sala de aula e os equipamentos que faziam parte dela eram moldados para configurar um espaço de autoridade, que convidasse e concretizasse a ordem. As Irmãs destacam ainda a promoção do adiantamento dos alunos, que acreditamos seria propiciada pela forma que o conhecimento estaria chegando até os estudantes. A vigilância constante que recaia sobre ele, a transmissão do conhecimento de maneira homogênea e fiscalizadora, que permitia ao professor observar e corrigir as atitudes e dar conta das demais necessidades. Tais situações eram expressas na documentação, como nos evidencia o excerto: “3 – DISCIPLINA a) Nas aulas: O equipamento e a ornamentação, ordem das salas de aula, convidam à disciplina e mesmo ao adiantamento dos alunos.”²¹⁴.

Como destaca Foucault, o alinhamento das classes em fileiras (esquadrinhamento do espaço) é um fato que no século XVIII começou a definir a repartição dos indivíduos na ordem escolar, sendo definidas filas para cada tarefa, criando espaços complexos, que são ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos, concretizando-se em espaços que permitem, ao mesmo tempo, a fixação e circulação, marcam lugares e indicam valores, garantem a obediência dos indivíduos. Através dos lugares individuais tornava-se possível controlar cada um e o trabalho simultâneo de todos. O espaço escolar organiza-se como uma máquina de ensinar, que também vigia, hierarquiza e recompensa²¹⁵.

Essa vigilância que padecia sobre a escola não descuidava de nenhum detalhe, os indivíduos eram permanentemente mantidos nesse sistema e a disposição e as ferramentas utilizadas em sala de aula era grandes aliados nesse processo. Na maneira em que eram arrumadas as classes e como o professor era colocado e colocava-se em sala, era permitido vigiar, ordenar e supervisionar todas as atividades realizadas pelos educandos e dar continuidade ao processo disciplinar.

²¹⁴ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1962**. p. 3.

²¹⁵ FOUCAULT. 2011. p. 141 e 142.

Além das salas de aula a estrutura física num todo caminhava para o projeto disciplinar, muito próxima do que nos apresenta Foucault²¹⁶ e Cotini, que analisou o próprio Bom Pastor:

Fisicamente mesmo tendo passado por algumas reformas de conservação e ampliação, o prédio do colégio, conserva seu traçado antigo, seguindo modelos de conventos, que teve em seu início como regime de educação, o internato, com dispositivos que permitiam a vigilância. As salas de aula estão divididas em corredores ocupando os dois lados, permitindo assim mais facilmente que o controle sobre as salas de aula seja exercido, sendo este controle ainda mais facilitado pela existência de visores nas portas, e ainda equipadas com estrado para os professores ocuparem uma posição de destaque junto ao quadro de giz, contribuindo dessa forma para fortalecer a relação de superioridade diante do aluno. As carteiras são todas alinhadas [...] Os banheiros já sofreram reformas, mas possuíam as portas que permitiam ver os pés de quem os ocupassem, oportunizando assim maior eficácia no processo de vigilância com relação aos alunos, ou seja se estavam ou não fora da sala no horário de aula²¹⁷.

Cotini destaca que a arquitetura do edifício era um aparelho disciplinador, desde os quartos, corredores, banheiros que propiciavam a vigilância, enfim um emaranhado de artifícios que culminava num grande aparelho de observação, de registro e de treinamento.

No espaço escolar perpassava uma vigilância constante. Durante o período do recreio um ou mais professores (processo feito através de revezamento) deveriam permanecer junto com os alunos, a fim de que em nenhum instante eles ficassem a sós. Os observadores deveriam vigiar, orientar, evitar brigas entre as crianças, não permitir que se afastassem do prédio ou invadissem a pista ou o campo de Educação Física praticando atividades que levassem ao cansaço. Os alunos também não poderiam ficar nas salas exceto em casos extremos. Neste período primeiramente o estudante deveria comer a merenda e só depois era permitido brincar ou jogar, tudo devidamente cuidado pelos professores.

Nas demais atividades da escola ou eventos em que o Bom Pastor participava, como nas formaturas, desfiles cívicos, comemorações, festas escolares, igualmente prevaleciam os valores ligados à regulamentação. Os professores deveriam atuar junto aos alunos, dando o devido exemplo. Eram aproveitadas essas datas festivas para trabalhar a educação moral e cívica, tornar a disciplina trabalhada em sala ainda mais evidente. Nas formaturas, encerramentos de final de ano, as Irmãs se alegravam por terem uma juventude renovada, que segundo elas, “nos trará uma sociedade melhor. É nossa grande esperança.”²¹⁸.

²¹⁶ Idem. p. 166 e 167.

²¹⁷ COTINI. 1997. p. 34 e 35.

²¹⁸ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979. p. 78.

Podemos observar nesses procedimentos a importância que era legada aos detalhes, o valor que era depositado em cada atitude dos alunos. Tal acuidade também foi observada por Foucault²¹⁹, que destacou que para os olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe, e estava exposto nessa eminência de cada pormenor a meticulosidade imposta na educação cristã. Em vista disso, a minúcia dos regulamentos, o olhar absoluto das inspeções, o controle sobre a vida e sobre o corpo, são empregados para o controle e utilização dos homens.

O uniforme também era algo resguardado pelas Irmãs, com destaque para as festividades promovidas pelo grupo, como também as professoras deveriam sempre insistir para que os alunos viessem uniformizados às aulas. “Este ato representa o distanciamento moral com relação ao modo costumeiro de vida da sociedade circundante. É comum o uso de uniforme em instituições totais.”²²⁰. Assim como os alunos os professores eram obrigados a usar uniformes, “O uso do uniforme para os professores (Guarda-pó) é obrigatório.”²²¹, como

Nenhum aluno poderá entrar na sala de aula sem o respectivo uniforme. O uniforme é o seguinte: 1ª à 4ª série: saia ou calça azul e marinho. 5ª à 8ª série: saia azul marinho ou calça preta. 2º grau: saia ou calça preta. Blusa: para todos: as de praxe, vendidas pela Cooperativa Escolar: branca (do esporte) ou a do emblema do Colégio, de manga comprida. Sapato preto ou conga e meia branca.²²²

As meninas menores utilizavam um suspensório, já as maiores, como podemos observar na Figura 15 estão com uma gravata, no caso de uma solenidade, além disso, usavam meias e sapatos.

²¹⁹ FOUCAULT. 2011. p. 135 e 136.

²²⁰ BENELLI. 2003. p. 299.

²²¹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata nº 83 de 28 de fevereiro de 1975**. p. 3.

²²² Idem.

FIGURA 14. UNIFORMES DO BOM PASTOR



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

FIGURA 15. UNIFORMES DO BOM PASTOR



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

Ficava claro que a Congregação preocupava-se com a vestimenta dos estudantes e seria uma maneira de preservar seus corpos e manter a moralidade, para que não fosse demonstrado o pecado e fosse garantida a inocência das meninas. Além disso, o uniforme proporciona a visibilidade da instituição para além de suas fronteiras espaciais, já que ao locomoverem-se para a escola, as crianças eram vistas como pertencentes à instituição. Conforme Carvalho,

A Igreja buscou nas considerações obre a moda mais uma forma de controlar comportamentos, orientar a condução da sociedade. Como o próprio Pio XII

já reconhecia. O vestuário tem uma linguagem própria, assim a utilização do uniforme na escola católica seria uma forma através do controle do vestuário remeter aos valores morais estabelecidos pela Igreja²²³.

Os uniformes vinham associados a limpeza e higiene dos alunos, zelava-se para que viessem limpos para a escola. Esse fato culmina com a incorporação aos princípios higienistas aos dogmas católicos, adotados no século XIX,²²⁴ e também com as práticas estadistas, pois a militarização do corpo, primando por sua higiene e eugenia, era vista como uma ferramenta de transformação social do corpo, prática amplamente utilizada nos anos 1930 e 1940, mas que teve importantes repercussões posteriores.

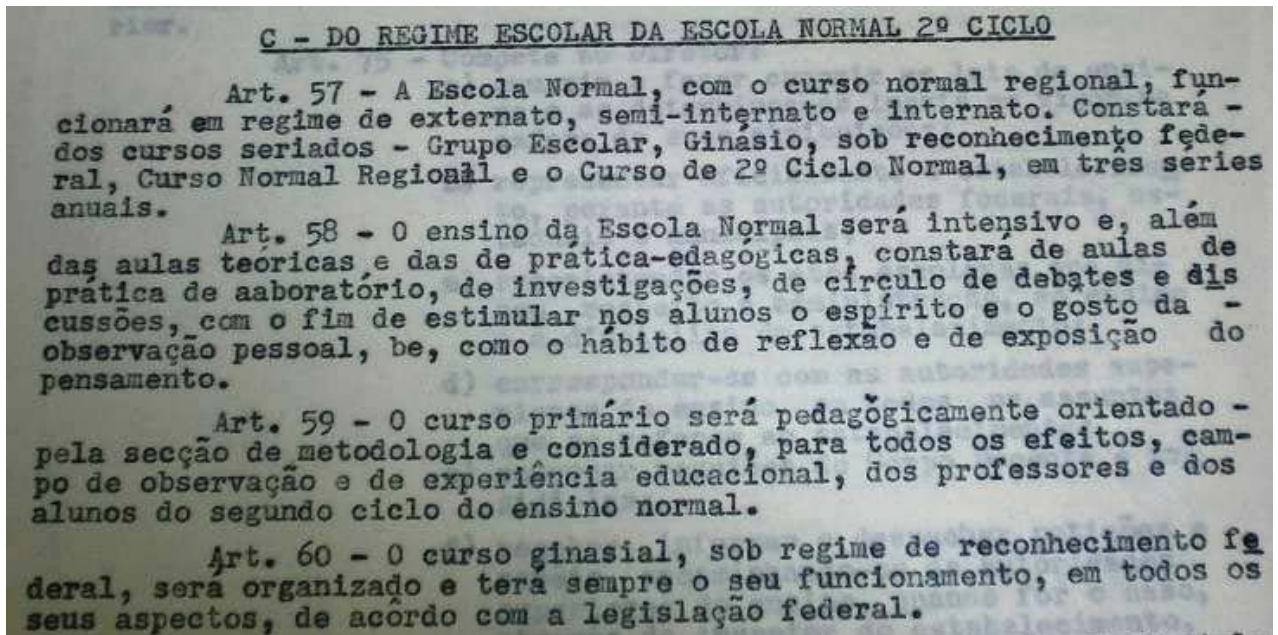
Com relação ao internato, que era oferecido dentro da Escola Normal, o número de moças aumentava consideravelmente a cada ano. Em 1947 eram 20 internas, já em 1949 eram 32, em 1951 totalizavam 42 – e com o passar dos anos esse número foi sendo ampliado. Contava com o Grupo Escolar, Ginásio, Curso Normal Regional e o Curso de 2º Ciclo Normal, cursos que funcionavam com o regime de externato, semi-internato e internato.

Os cursos oferecidos caminhavam de acordo com o previsto pela Legislação, conforma relato anterior. Fator que é ressaltado na Figura 16, em que contém o Regime da Escola Normal, destacando que o Curso Ginásial possui reconhecimento federal e caminha de acordo com a legislação.

²²³ CARVALHO. 2004. p. 125.

²²⁴ CARVALHO. 2004. p. 129.

FIGURA 16. REGIME ESCOLA NORMAL



Fonte: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Regimento Interno da Escola Normal e Regional "Bom Pastor" de 1961.**

Há um caso relativamente curioso relatado nas Crônicas da Congregação. No ano de foi admitida no internato uma mocinha que era órfã de pai e mãe e morava com seu irmão que era tenente e espírita. Por se tratar de um caso que segundo a Madre Superiora necessitava de atenção, a educanda foi orientada a evitar comentários ou mesmo referências a sua opção religiosa, considerada um erro. Esta, conforme os preceitos religiosos, norteadores da Escola, inicia um trabalho com a educanda de orientação ao catolicismo, no qual ao final do ano letivo, a própria aluna demonstra o desejo de realizar a 1ª. Comunhão e se converter ao catolicismo como suas colegas. Relata: Quando eu ia à Santa Comunhão, parecia-me que era levada! Ah! Como sou feliz! Sou a ovelhinha do Bom Pastor! Ele foi me buscar e me trouxe de volta!²²⁵. Temos aqui um exemplo vivo do grande trabalho disciplinar e religioso que as Irmãs desenvolviam, com destaque para as internas, sendo colocado que para elas “não deveria faltar bondade e vigilância”.

No internato a vigilância aplicada às internas era total, fato que acompanhava a política ultramontana da Igreja. Pregava-se que a mulher era uma presa mais fácil para o mal e, dessa forma, deveria estar sobre vigilância constante para que fosse resguardada sua pureza controlando cada momento, acompanhando todos os movimentos, atitudes públicas ou

²²⁵ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979. p. 25.

particulares, de tal modo que a individualidade não fosse possível, que tudo se realizasse diante de todos²²⁶.

Seguidamente algumas moças pediam para ser juvenistas e como não havia estrutura suficiente em Chapecó elas eram encaminhadas para Erechim/RS ou Três Arroios/RS, locais em que poderiam dar continuidade aos estudos referentes a vida missionária. Esse fato ocorria desde 1948, sendo que nesse ano após as moças serem enviados aos municípios, acabaram retornando a Chapecó por terem vindo do interior e não apresentarem nenhum preparo, sendo julgadas “muito atrasadas”. Para resolver esses problemas e poder estabelecer o juniorato, foram feitas algumas adaptações das instalações e passou-se a receber um número maior de moças, em dez anos foram noventa e sete jovens, destas, doze tornaram-se professoras na Congregação, quatro são postulantes e vinte e duas juvenistas²²⁷. Como podemos notar, muitas acabaram seguindo o caminho missionário e as demais que não optaram ou que não possuíam vocação para a vida religiosa foram devolvidas para os pais.

3.3 A PROGRESSIVA LAICIZAÇÃO DO ENSINO

O processo de laicização das escolas Católicas aconteceu em todo território nacional, inúmeros estabelecimentos de ensino deixaram de pertencer às congregações religiosas e passaram a ser laicos. No caso do Bom Pastor, essa estadualização ocorreu no passar dos anos. A nomenclatura, os níveis de ensino e a mantenedora escolar foram alterados, processo que podemos observar com mais detalhes na tabela abaixo.

TABELA 6. Trajetória institucional Bom Pastor (1947-2000)

Data	Acontecimento
01/fevereiro/1947	Criação do Grupo Escolar Particular Bom Pastor
1948	Criação do Curso Normal Regional Bom Pastor
1955	Ocorreu a extinção do Grupo Escolar Particular Bom Pastor e em seu lugar a criação do Grupo Escolar Bom Pastor, mantido pelo Governo do Estado de Santa Catarina e dirigido pela Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, oferecendo ensino de 1º grau (1ª à 8ª série).
1956	Estadualização do Curso Normal Regional Bom Pastor, com o nome

²²⁶ MANOEL. 1999. p. 94 e 95.

²²⁷ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1979. p. 44.

	de Curso Normal Regional Medianeira, sucedendo também a criação do Curso Ginásial, 1º ciclo, pertencente a rede particular de ensino.
1957	Criação da Escola Normal Chapecó, que esteve em funcionamento até 1975.
1969	Concepção do Curso Colegial Secundário (Científico), da rede particular de ensino, estadualizado no mesmo ano.
1971	Transformação do Grupo Escolar Bom Pastor em Escola Básica Bom Pastor, passando a oferecer gratuitamente o ensino de 1º grau. Dessa maneira foi sendo extinto aos poucos o Curso Ginásial 1º ciclo, que pertencia a rede particular e todos os cursos oferecidos tornaram-se mistos, atendendo meninos e meninas.
1977	O Curso Científico, adaptando-se a Lei 5692/71, passou a oferecer habilitações em: Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas e Magistério do Ensino de 1º Grau.
1980	Extingue-se a Escola Básica Bom Pastor, que foi absorvida pelo Colégio Bom Pastor, passando a ministrar o ensino de 1º e 2º grau.
1984	O Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento do ensino de 2º grau, na forma e condições da Lei 7044/82. Assim, a partir dessa data o colégio oferecia Curso de Magistério de Ensino de 1º Grau, de 1ª a 4ª série e Curso de 2º Grau.
1985	Último em que o Colégio esteve dirigido pela Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.
1986	A partir deste ano o colégio passou a ser dirigido por professores leigos que já haviam trabalhado na instituição.
1986 a 2000	Entre outras resoluções que perpassaram este período, cabe destacar que no ano de 2000 a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto através da Portaria nº 0017 SED de 28/março/2000, alterou o nome do então Colégio Estadual Bom Pastor para Escola de Educação Básica Bom Pastor – EEB Bom Pastor.

Tabela elaborada com base na fonte: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. EEB Bom Pastor. **Projeto Político Pedagógico 2000**. Chapecó, 2001.

O Bom Pastor foi uma instituição que obteve sua estadualização aos poucos, mas que por muito tempo ainda esteve sob a coordenação da Congregação e apresentava como

mantenedor o Governo Estadual, tendo duas faces de existência: “de um lado: escola confessional, no sentido de orientar-se nos princípios filosóficos e religiosos de uma Congregação Católica. De outro, é Escola Estadualizada, no sentido de ter o Estado de Santa Catarina como entidade mantenedora de seus cursos.”²²⁸.

Os cursos do Bom Pastor foram implantados de acordo com os alicerces internos da Congregação e na medida em que eram requisitados, que havia demanda da comunidade local, aumento populacional. A abertura dos mesmos ocorria em caráter particular e aos poucos ocorria sua estadualização, que acabou tomando conta de todo o empreendimento escolar. Esse fato se deve a: aspirações das lideranças locais; atraso e falta de pagamento das mensalidades, em que muitas vezes os pais não tinham condições de bancar o estudo dos filhos; e dificuldade da Congregação em manter os cursos²²⁹, na medida em que houve essa implantação, também ocorreu a mudança da estrutura física do estabelecimento, como foi mencionado anteriormente e como podemos observar no Anexo VII.

Na Ata n. 84 de 17, 18 e 19 de março de 1975²³⁰, foi apresentada a realidade da escola aos professores e demais funcionários, sendo discriminada a parte física, os equipamentos existentes na escola, entre outros. Na época o único curso ainda particular era o Normal Colegial, o restante pertencia ao Estado, os funcionários eram na sua maioria leigos, apenas 6 Irmãs religiosas eram funcionárias remuneradas pelo Estado (fato que é ressaltado na ata). Comparando esse fato ao início dos trabalhos escolares vemos como as coisas mudaram, de uma escola Católica que basicamente contava com professoras religiosas passou-se para uma escola estadualizada que dentre 90 funcionários apenas 6 eram religiosas.

Com a estadualização escolar²³¹, os cursos oferecidos eram mantidos pelo Estado, gratuitos à comunidade, todavia, era necessário seguir critérios estabelecidos pelo Estado que regiam as demais escolas da rede. Contudo, o caráter missionário, religioso, doutrinário, ainda tomava conta dos trabalhos escolares, a rotina escolar era determinada pelas Irmãs. Em 1980, constam entre os objetivos da escola: promoção e fomentação de uma educação cristã libertadora; estimulação de ações que transformassem a sociedade, que permitissem a realização humana e cristã nas famílias; elevação do desenvolvimento de lideranças, procurando formar/conduzir líderes do trabalho missionário; e, como ocorria anteriormente,

²²⁸ COTINI. 1997. p. 20.

²²⁹ CAMBRUZZI. 1987. p. 51.

²³⁰ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. **Ata nº 84 de 17, 18 e 19 de março de 1975**. p. 5.

²³¹ Não foram encontradas mais referências sobre essa transferência nas fontes consultadas.

eram realizadas festas de integração entre a comunidade, pais e alunos, que proporcionavam a arrecadação de fundos para investimentos na escola²³².

O desligamento da Congregação dos trabalhos do Bom Pastor não se constitui num fator isolado, mas foi todo um contexto que envolvia o trabalho desenvolvido pela Congregação, não só a frente da escola, mas num todo, o contexto em que se encontrava a Igreja Católica, e também inúmeras mudanças que no decorrer dos anos aconteceram em Chapecó.

Muitas alterações sociais ocorreram desde 1947 no município. Adveio o seu crescimento, a fundação de muitas escolas - oferecendo diferentes possibilidades de estudo aos educandos -, o prestígio da Igreja Católica dentro do município já não era tão forte, havendo outras religiões que faziam parte do corpo religioso municipal e as pessoas acabavam seguindo diferentes caminhos, o que para o educandário e, por conseguinte para a Congregação, não era favorável.

Com um projeto de atendimento aos necessitados, carentes, formação de lideranças e a formação cristã, a ser desenvolvido pelas Irmãs Veronice Machado e Irmã Rita L. Gapksi, consta conforme a Crônica das Irmãs uma cópia da ata nº04/85 do Conselho Provincial²³³, a conjuntura em que a escola estava inserida na época referenciada, demonstra que tais objetivos do projeto não obteram os resultados esperados.

As Irmãs justificam que: os educandos e o local em que a escola estava estabelecida não eram carentes (a instituição está localizada em área central do município, atendendo essencialmente alunos com poder econômico mais elevado); a preparação das lideranças já havia ocorrido no transcorrer dos anos de trabalho estavam preparadas; e a formação cristã estava sendo rejeitada. Diante de tais questões, as Irmãs concordam em repassar a direção da Escola para professores leigos.

A Congregação passa então a dedicar-se a ações voltadas às classes mais carentes: retornar às fontes; assumir a caminhada atual da Igreja; inserir-se e formar lideranças nos meios populares; concretizar a opção profética e evangelizadora da vida religiosa, constituindo novas frentes de missão, diferentemente do que ocorria desde sua criação, que por ser uma instituição nos moldes particulares, foi uma escola que teve como preferência o estudo para pessoas da elite.

²³² Cf.: IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Crônica da Comunidade do Colégio “Bom Pastor” Chapecó-SC**. Chapecó, 1993.

²³³ Idem. p. 33.

Desde os tempos do Brasil Colônia o ensino já era elitizado, ou seja, voltado para a camada mais abastada, e em Chapecó não foi diferente. Como exemplo temos que no Colégio Bom Pastor o ensino funcionava durante o dia. Assim, os menos favorecidos que precisavam trabalhar não poderiam estudar. Ou quando conseguiam, freqüentavam apenas o primário, por estarem ainda com pouca idade para trabalhar. Somado a isso, era cobrada mensalidade e quem não podia pagar trabalhava no colégio para “pagar os estudos”²³⁴.

Nesta época e um pouco antes desse período, a própria Igreja Católica estava passando por adaptações e perdendo território na educação brasileira para as escolas públicas.

Em um documento da Comissão Especial de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), linha 6 – Setor Educação, de 27 de junho de 1974, a Igreja Católica reconhece a perda de espaço na educação, principalmente no ensino médio, para as escolas públicas²³⁵.

A instituição Católica, após a Proclamação da República brasileira, esteve amparada pelo Estado, em alguns momentos mais em outros menos, mas gozou de privilégios e através dessa “aliança” foi possível consolidar esse amplo projeto educacional católico que foi implantado no Brasil. Adveio a criação de inúmeras instituições religiosas, a restauração Católica proposta e implantada no século XIX colheu frutos muito positivos, muitas crianças foram educadas e tornaram-se perpetuadoras desse viés religioso, como pais e mães de família.

Essa “prosperidade” alcançada pela Igreja em muitos campos acabou sendo dilacerada, seja por fatores sociais, econômicos, políticos, seja pela falta de apoio do Estado, pela mudança de pensamento das novas gerações, pelas próprias alterações que ocorriam na sociedade como um todo, a Igreja acabou tendo que mudar e adaptar suas práticas.

Em virtude das transformações sociais que vinham ocorrendo a Igreja passou por uma reformulação, necessárias à época. O atendimento voltou-se às classes mais baixas, mais necessitadas, diferentemente do que era praticado até então, em que as escolas davam prioridade pelos alunos de classe média e alta, fato comprovado pela grande número de escolas particulares implantadas. Pelas alterações estruturais, sociais, políticas, econômicas que vinham acontecendo, crescimento dos movimentos operários, a instituição passa a se interessar em formar líderes que pertençam as classes mais baixas, modificando seu foco de atuação, “a Igreja Católica passa a investir esforços na criação de sindicatos rurais, na

²³⁴ PEDERSETTI. 2003. p. 45.

²³⁵ OTTO. 2009. p. 262.

alfabetização de jovens e adultos, entre outras razões.”²³⁶ Essa reformulação também está presente nas Crônicas da Comunidade Bom Pastor²³⁷, estando relatado que na Igreja ocorria uma “renovação-conversão” e que por esse motivo, igualmente, a Congregação estaria se desligando dos trabalhos escolares.

Após a saída das Irmãs do Bom Pastor foi realizada uma eleição para ocupação dos cargos da direção, democraticamente (conforme era determinado pelo Governo Estadual). Foram candidatos e votantes professores leigos que já estavam trabalhando na escola e, conforme é citado pelas Irmãs, eram pessoas/lideranças que elas mesmas haviam preparado e que continuariam mantendo a mesma linha de formação aplicada aos alunos. Dessa forma, ocorre a saída das Irmãs também dos trabalhos diretivos.

Porém, após o afastamento da Congregação, o perfil dos alunos da escola não foi totalmente alterado, sendo considerada até hoje uma escola elitista, por ser frequentada por alunos de classe média e alta. Podemos associar esse perfil pelo trabalho que ao longo de muitos anos foi desenvolvido pelas religiosas, pela localização da escola (Centro do município de Chapecó). Em 15 de setembro de 2010 a escola recebeu novas instalações, pertencentes ao Governo do Estado, mudando do prédio da Congregação.

No decorrer dos anos de atuação da Congregação frente à escola, quando pertencente à rede particular de ensino, era entidade mantenedora a Associação Educacional e Caritativa (ASSEC). Acompanhando esse período foi ocorrendo a estadualização dos cursos e a partir de 1986 o Estado manteve totalmente a escola. As instalações físicas continuaram de propriedade das Irmãs (fato que ocorre nos dias de hoje, embora desde 2010 sedie a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS), Além da conservação do prédio, instalações, equipamentos e da escola, também havia o compromisso com as Irmãs de manter uma proposta educacional amarrada a transformação da sociedade, procurando e implantando um ideal de integridade, igualdade e fraternidade.

Mesmo tendo deixado a Escola, a Congregação solicitou às autoridades educacionais da Secretaria de Educação, que fosse levada em conta a situação especial do Bom Pastor em relação as outras escolas. Não eram almejados privilégios, apenas um “tratamento diferenciado”, pelo fato da estrutura administrativa e funcional da escola ser diferente das demais. Solicitaram que na indicação da direção da escola fosse orientada e definida pela Associação Educacional e Caritativa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora. Num cenário transitivo, a gestão educacional das Irmãs Franciscanas no Bom

²³⁶ Idem. 267.

²³⁷ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1993. p. 33.

Pastor passa a ser administrada pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, contudo, a presença das Irmãs ainda se faz presente de modo orientacional.

Posteriormente, o Bom Pastor foi entregue ao Estado e a Congregação seguiu seu rumo dentro da Igreja Católica, estando presente em Chapecó até os dias de hoje. Foi desenvolvido um importante trabalho neste empreendimento educacional, muitos alunos foram formados, a sociedade num todo foi envolvida e a forte perpetuação e fortificação do catolicismo neste período são inquestionáveis. Relações de poder e disciplinares foram estabelecidas neste estabelecimento educacional que formou, instruiu, civilizou muitos crianças, professores, pais, mães e a comunidade num todo. Foram tecidas relações que permitiram exercitar e sofrer os efeitos do poder.

Analisando o período em que as Irmãs estiveram a frente do trabalho podemos notar fatos similares e díspares. Nas décadas de 40 e no início da de 50 as Irmãs ainda estavam se estabelecendo no município, angariando alunos, construindo uma relação com a comunidade, adequando seu espaço físico, o que seguiu nos demais períodos, mas já havia um maior conhecimento e já havia sido formado um certo respaldo da entidade perante a sociedade chapecoense. Nessas décadas também a regulação era mais forte, ganhando corpo com o passar dos anos, a atuação congregacional era maior, haviam mais Irmãs do que leigos dando aulas e a própria proposta da Igreja Católica era mais aguda, caracterizada por esta atuação.

De uma educação, preferencialmente voltada para as classes dirigentes, característica típica da Igreja da Primeira República, a Igreja pós-Concílio Vaticano II e, principalmente, pós-Medellín, passa a produzir um discurso de uma “educação “libertadora” que transforme o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento e “criadora” de um novo tipo de sociedade onde haja mais respeito à dignidade humana e maior promoção do sentido comunitário.²³⁸

Nas outras décadas, 60 e 70, vemos um forte caráter disciplinar, coincidindo, conforme foi citado anteriormente, com o reflexo das políticas nacionais, que acabam perfazendo todo o período pesquisado. Nesta época a disciplina era obrigatória, muito forte, atreladas ao caráter da Ditadura Militar: o aluno simplesmente aprendia e o professor severamente ensinava. Fato, que amparadas por todo um projeto católico e estatal, era muito bem fiscalizado pelas Irmãs.

Já, na década de 80 visualizamos uma maior abertura ao caráter libertário, a fiscalização é menor, o aluno é visto como um ser pensante e construtor do conhecimento.

²³⁸ OTTO. 2009. p. 269.

Um processo que, a nível nacional, foi levando também ao fim da Ditadura, mais uma vez refletindo-se nos trabalhos escolares. Essa educação libertadora tem bases também no projeto da Igreja Católica e é colocada em prática através da proposta missionária e caritativa de retornar as fontes, retomada e adotada pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bom Pastor faz parte da paisagem urbana e central de Chapecó, apesar de hoje em dia o estabelecimento possuir diferentes instalações, seu prédio ainda é tido como referência, seja pelo trabalho desenvolvido pela Congregação das IFMMA, pela educação ou pelos muitos anos de atuação na comunidade chapecoense. Esse empreendimento educacional tem marcado em sua trajetória a atuação religiosa, apesar de atualmente a escola ser totalmente estadualizada e não possuir mais vínculos com a Congregação, essas marcas nunca serão totalmente apagadas.

Quando iniciamos esse trabalho não imaginávamos chegar em tal resultado, especialmente pelo fato da pesquisa ter sido pensada de outra maneira, mas ter tido esse desenvolvimento que nos engrateceu e fortaleceu enquanto historiadores e desejosos pelo conhecimento. O processo civilizatório educacional desenvolvido pela Igreja Católica como um todo foi algo que marcou muitos cidadãos e transformou muitos cenários sociais, inclusive efetivando e transformado o poder religioso e doutrinário perante muitas comunidades.

O intuito desta pesquisa era entender e analisar como as IFMMA desenvolveram seu trabalho em Chapecó, de que maneira foi empreendido esse programa proposto pelo catolicismo em âmbito educacional, porém enfocando especialmente sua atuação em nível regional. Para tanto, necessitávamos saber em que cenário e de que maneira esse projeto foi implementado. Por isso partimos de uma contextualização histórica do município em questão, analisando os formadores, as razões de formação, as questões desenvolvimentistas, com destaque a questão educacional, que era fraca, praticamente inexistente na localidade, fato que acabou propiciando a vinda da Congregação em questão.

Muito já se estudou da história de Chapecó, mas acreditamos que há muitas lacunas em todo esse processo. Procuramos aqui traçar uma trajetória que proporcionasse um entendimento e porque não questionamentos de como ocorreu essa forma colonizatória. Abordamos uma terra que pelo Governo do Estado de Santa Catarina era considerada praticamente inabitada até as primeiras décadas do século XX. Entretanto isso não ocorria, pois haviam comunidades de caboclos e indígenas, mas infelizmente para o Governo essas pessoas não eram consideradas. Através desse cenário e com o intuito de colonizar, desenvolver a localidade aos poucos e especialmente através da Colonizadora Bertaso foi estimulada a vinda de inúmeros migrantes, em sua maioria descendentes de alemães, italianos ou poloneses. Essas pessoas foram responsáveis pela colonização municipal e regional, como muitos também pela marginalização disposta ao caboclo e ao indígena.

Arelado a esse processo que tinha como intuito “civilizar”, “desenvolver” os moradores, mudar a imagem possuída pela região, a educação foi vista como algo fundamental e que engajada ao catolicismo, era um modelo ideal para a promoção dos valores desejosos. Dessa forma, a pedido das autoridades locais, ocorreu a vinda da Congregação das IFMMA para Chapecó.

Não bastava apenas estudarmos o contexto local sem entendermos o contexto Congregacional. Em vista disso, no segundo capítulo, após termos realizado o histórico regional, pesquisamos a história da Congregação das IFMMA. Procuramos detalhar e informar como foi sua formação, como se compõe seu carisma, quais são seus ideias, sua proposta missionária, de uma maneira imparcial, pois construímos esse capítulo basicamente com fontes das Irmãs.

A formação da Congregação em questão não foi algo isolado. Esse projeto estava unido a um plano maior, associado à Igreja Católica. Essa instituição de diferentes maneiras procurou fazer parte da vida das pessoas, e porque não dizer, procurando comandar e ditar modos de viver, de ser e de pensar. Adaptando-se e mudando seus moldes de atuação durante todo o seu período de existência, a instituição manteve-se hegemônica por muitos períodos, e quando estes não foram de total satisfação modelações surgiram, na tentativa de não perder seu público e/ou de ampliá-lo. Temos um exemplo por meio da Restauração Católica, discutida nesse trabalho, que motivou a vinda de muitas Congregações Católicas para o Brasil. Pudemos conhecer esse trabalho, que até então não fazia parte de nosso cotidiano e analisar as características que o motivaram e como aconteceu. Através desse projeto inúmeras Congregações religiosas espalharam-se pelo mundo, sendo uma delas a que está em estudo.

A Congregação desenvolveu um importante trabalho no município de Chapecó. Da maneira que foi almejado e proposta por ela muitos resultados foram alcançados. Apesar de não considerarmos um modelo ideal de educação, foi desenvolvido um trabalho que proporcionou muitos frutos.

As Irmãs não trabalhavam por conta própria, mas sim movidas por um pensamento que era muito maior que o da sua Congregação, era algo imposto pela Igreja Católica e não livre de questionamentos ou de modelos isolados. O processo disciplinar imposto na escola era algo que objetivava moldar o ser humano, fazê-lo agir conforme era da vontade congregacional, libertá-lo dos pensamentos que não eram agradáveis e coloca-lo em um processo desejoso do catolicismo.

Essa “prosperidade” alcançada pela Igreja em muitos campos acabou sendo dilacerada, seja por fatores sociais, econômicos, políticos, seja pela falta de apoio do Estado, pela mudança de pensamento das novas gerações, pelas próprias alterações que ocorriam na sociedade como um todo, a Igreja acabou tendo que mudar e adaptar suas práticas.

Em virtude das transformações sociais que vinham ocorrendo a Igreja passou por uma reformulação, necessárias à época. O atendimento voltou-se às classes mais baixas, mais necessitadas, diferentemente do que era praticado até então, em que as escolas davam prioridade pelos alunos de classe média e alta, fato comprovado pela grande número de escolas particulares implantadas. Pelas alterações estruturais, sociais, políticas, econômicas que vinham acontecendo, crescimento dos movimentos operários, a instituição passa a se interessar em formar líderes que pertençam as classes mais baixas, modificando seu foco de atuação, “a Igreja Católica passa a investir esforços na criação de sindicatos rurais, na alfabetização de jovens e adultos, entre outras razões.”²³⁹ Essa reformulação também está presente nas Crônicas da Comunidade Bom Pastor²⁴⁰, estando relatado que na Igreja ocorria uma “renovação-conversão” e que por esse motivo, igualmente, a Congregação estaria se desligando dos trabalhos escolares.

Com o passar dos anos essas práticas foram remodelando-se, sendo em alguns tempos mais severas e em outros mais liberais. A estadualização escolar aos poucos tomou conta de toda a entidade escolar, processo que não ocorreu somente nesta entidade de ensino, mas em muitas outras, e dessa maneira era necessário colocar em prática os critérios estabelecidos pelo Estado, mas o caráter missionário nunca foi deixado de lado, a proposta religiosa foi muito mais forte e manteve-se firme e sobrepôs-se a todas as tratativas escolares.

Após a estadualização em 1971, inúmeras práticas foram adaptadas. Aliás, todas as mudanças transcorridas tinha um processo lento, nada se modificava de uma hora para outra, como ainda acontece na atualidade. Podemos perceber que esse processo ocorrido no Bom Pastor não foi algo isolado, foi um fator que caminhou juntamente com práticas da Igreja e do Estado. Atualmente o cenário religioso e educacional é muito variado, há uma liberdade de culto e as pessoas não são condicionadas a seguirem um ou outro modelo religioso.

Dentro desse empreendimento educacional foi ministrado um importante trabalho, através da formação de inúmeros educandos, envolvendo toda a comunidade local nesse processo e estabelecendo um grande trabalho disciplinar religioso. As Irmãs caminhavam para a implementação de uma proposta de atuação desejosa de instauração e perpetuação do

²³⁹ Idem. 267.

²⁴⁰ IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. 1993. p. 33.

catolicismo, não questionamos aqui a recepção ou aceitação desse trabalho, mas a prática do mesmo.

Nas décadas em que a Congregação esteve a frente dos trabalhos escolares, analisando sua trajetória, podemos observar que nas décadas de 40 e 50, início das instalações, realizou-se um conhecimento da comunidade local, ganho de confiança no trabalho desenvolvido, adequação de espaço físico, enfim foram construídos os alicerces para o desenvolvimento da atuação religiosa e educacional. Ocorre um forte enriquecimento nas atividades a partir do meio da década de 50 e nos anos 60 e 70, em que o apoio do Estado Nacional e da própria Igreja eram evidentes nas políticas disciplinares empreendidas. É possível notar também como aos poucos o número de religiosas diminuiu e a Igreja foi “obrigada” a contar com a participação de leigos em seu trabalho. Já nos anos finais de atuação congregacional, enxerga-se um caráter mais liberal, culminando mais uma vez com as políticas nacionais e com o próprio projeto católico, que propõe um retorno às fontes e uma forma de assistência mais caritativa e missionária.

É constatado portanto que esse projeto desenvolvido jamais foi algo isolado ou aquém de outras situações, estava sempre amparado ou pela Igreja Católica, pelo Estado Nacional, pela comunidade local, pela Congregação, era passível de interesses voltados não só a educação escolar, mas a um projeto de desenvolvimento e controle social rodeado dos mais variados e disciplinares interesses.

Em todo o período de atuação das Irmãs na escola, de 1947 a 1985, foi contemplada forte presença da disciplinarização, sendo que dentro da escola todos os caminhos levavam a disciplinarização, as crianças e os jovens deveriam seguir o modelo adotado, regras severas eram impostas para que os objetivos fossem alcançados. De uma forma ou outra existiram controles, embora ocorreram mudanças na gestão escolar e na sociedade, outras e mais variadas formas foram constituídas para disciplinar, observar, esquadrihar e submeter. A submissão poderia ser passiva ou não, aceita ou não, fator que ainda deve ser pesquisado e colocado em questão - nessa pesquisa analisamos o lado disciplinador, convém futuramente analisar o lado disciplinado.

***O papel de um intelectual não é dizer aos outros o que eles têm que fazer. Com que direito ele o faria? E lembrem-se de todas as profecias, promessas, injunções e programas que os intelectuais puderam formular no decorrer dos dois últimos séculos e dos quais se viu agora os defeitos. O trabalho de um intelectual não é modelar a vontade política dos outros; é, através das análises que ele faz nos domínios que são seus, reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das

instituições e a partir desta reproblemática (onde ele desempenha seu papel específico de intelectual) participar da formação de uma vontade política (onde ele tem seu papel de cidadão a desempenhar). Michael Foucault (O cuidado com a verdade)²⁴¹.

²⁴¹ FOUCAULT apud BENELLI. 2003. p. 362.

FONTES

ÁLBUM do Cinquentenário de Chapecó. Chapecó, 1967.

IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Crônica da Comunidade do Colégio “Bom Pastor” Chapecó-SC.** Chapecó, 1941 a 1979.

IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Crônica do Colégio “Bom Pastor” Chapecó-SC.** Chapecó, 1980 a 1993.

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó. 1946-1953. Disponível no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM.

O IMPARCIAL. Chapecó. 1948. Disponível no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM.

Fotografias do Bom Pastor de 1947 a 1985. Acervo disponível no Museu de História e Arte de Chapecó, nos arquivos da Escola de Educação Básica Bom Pastor e na Casa Provincial das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó-SC.

Documentos da Escola de Educação Básica Bom Pastor. Projeto Político Pedagógico, Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1974 a 1964, Atas de reuniões de professores e direção, entre outros. Documentos disponíveis na Biblioteca e na Secretaria da EEB Bom Pastor, em Chapecó-SC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE e seu planejamento. **Conhecendo Chapecó**. Chapecó, p. 11, nov. 1996.

ALBA, Rosa Salete. As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, Argos, n. 14, 2001.

AMADOR, Milton C. P. Guerra do ContEstado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste. Espaço de memória: abordagens e práticas. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, Ano 22, n. 31.

ANDRADE, Solange Ramos de. **A religiosidade católica e a santidade do mártir**. Projeto História, São Paulo, n.37, p. 237-260, dez. 2008.

ANTONIAZZI, Pe. Alberto. **As Religiões no Brasil Segundo o Censo de 2000**. In: Revista de Estudos da Religião, no. 2, São Paulo: 2003, p. 75-80. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv2_2003/p_antoni.pdf. Acesso em 25/junho/2012.

BELLANI, Eli Maria. **Santos Marinho e Passos Maia: A política no velho Chapecó (1917-1931)**. Chapecó: Litoprint, 1990.

_____. Balsas e Balseiros no Rio Uruguai. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

_____. Município de Chapecó: Legislação e Evidências (1917-1931). In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Série Documento 1**. Chapecó: UNOESC, 1989.

BEOZZO, José Oscar. **A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil**. In: Centro Teológico Manuel Larraín. Disponível em: <http://www.centromanuellarrain.cl/download/beozzo.pdf>. Acesso em 24/agosto/2012.

BENELLI, Sílvio José. **Pescadores de homem a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico**. 2003. 401 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2003.

BOTTON, Jane Graça Correa. BALBINOTT, Lenita Peruzzo. **Experiência de mulheres no cenário político chapecoense**. 2000. Monografia (Especialização) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.

BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

BRASIL. Presidência. **Constituição Política do Império do Brasil** (De 25 de março de 1824). Rio de Janeiro: 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 27/junho/2012.

_____. **Código Civil – 1916**. Rio de Janeiro: 1916. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/codigocivil.htm>. Acesso em 20/maio/2012.

_____. **Decreto N. 19.941 de 30 de abril de 1931**. Rio de Janeiro: 1931. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.941-1931sobre%20o%20ensino%20religioso.htm. Acesso em 20/maio/2012.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm. Acesso em 28/abril/2012.

BORIN, Marta Rosa. A resistência do peregrino João Luiz Pozzobon. **Revista História Social**. nº 7. Campinas: 2000. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/488/394>. Acesso em: 06/maio/2013. p. 120 e 121.

BURIN, Marinês; SEGURA, Isabela Rubio. **Del Corazón de la Madre Bernarda al corazón del mundo**. Colômbia: Linotipia Bolívar e Cia, 2000.

CAMBRUZZI, Ana Maria. **Pressupostos e institucionalização de uma proposta pedagógica de libertação com perspectivas de opção preferencial pelos pobres** (A experiência do Colégio Bom Pastor – Chapecó – SC). 1987. 282 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

CAMPOS, Jane Lopes. **Controle e vigilância das mulheres chapecoenses nas décadas de 60 a 80**. 2000. Monografia (Especialização) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.

CARVALHO, Fermina Cassemira de Paula e Silva. **A Igreja Católica e a Educação Feminina no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus 1936-1956**. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CASSOL, Evaldo. **A Secretaria dos Negócios do Oeste – SNO: as ações do Estado no desenvolvimento regional Catarinense (1963-1992)**. 2007. f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

CATECISMO na Igreja Católica. Índice analítico. Disponível em: <http://catecismo-az.tripod.com/conteudo/a-z/j/leigo.html> - Acesso em 21/junho/2012.

CERTEAU, Michel de. A distinção entre estratégias e táticas. In: CERTEAU, Michel de, **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 97. (Original de 1980).

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE - CEOM. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Vaticano. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em 26/fevereiro/2013.

CONCEITO.de. **Conceito de escola**. Disponível em: <http://conceito.de/escola>. Acesso em 28/abril/2013.

COTINI, Miriam. **Gênero e Disciplina numa instituição pública de caráter confessional Colégio Bom Pastor – Chapecó-SC – 1960/1979**. Chapecó: UNOESC, 1997.

CUBAS, Caroline Jacques. **Articulações entre o campo religioso e o trabalho profissional com a saúde na Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição (1960-1990)**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010 – ISSN 1983-2850. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>. Acesso em 24/agosto/2012.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

D'INCAO, Maria Angela (Org.) **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

DICIONÁRIO

INFORMAL.

Colégio.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/col%C3%A9gio/>. Acesso em 28/abril/2013.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.) **Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico**. 6. ed. Chapecó: Argos, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **O processo civilizador**. Vol. 2. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 196.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FARIAS, Júlio Cesar. **Chapecó na lente de Luiz Palma: a arte do detalhe**. Gráfica Arcus: Chapecó, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do ContEstado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. 2006. 188 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. Ática: São Paulo, 1987. 6ª ed.

GEERTZ, Clifford. **A religião como sistema cultural**. In: A interpretação das culturas. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008. p. 65-91.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A formação econômica de Santa Catarina**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local 1945-1965.** Chapecó: Argos, 2001.

_____. **O linchamento que muitos querem esquecer.** Chapecó: Argos, 2003.

HEINSFELD, Adelar. A Guerra do ContEstado no olhar diplomático argentino. **Anais Eletrônicos do IV Seminário de História Regional.** Passo Fundo: UPF, 2010.

HERMANAS FRANCISCANAS MISIONERAS DE MARÍA AUXILIADORA. **Projeto Bom Pastor – Chapecó.** Disponível em: http://www.urnadigital.com/portal_news/show?posting=1682058. Acesso em: 12/julho/2012.

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. **Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó.** Chapecó: Argos, 2005.

IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Carisma, missão e valores.** Disponível em: <http://franciscanasmma.com.br/mundo-de-maria-bernarda/sobre-maria-bernarda>. Acesso em: 28/junho/2012.

_____. **Especial Santa Maria Bernarda: uma vida sem fronteiras.** 2009.

_____. **Formação.** Disponível em: <http://franciscanasmma.com.br/mundo-de-maria-bernarda/sobre-maria-bernarda>. Acesso em: 28/junho/2012.

_____. **Fraternidade Bom Pastor.** Disponível em: http://www.franciscanasmissionarias.org.br/new-1/index.php?option=com_content&view=article&id=1260:fraternidade-bom-pastor-&catid=102:icetabs. Acesso em: 9/julho/2012.

_____. **Nossos valores.** Disponível em: http://www.franciscanasmissionarias.org.br/new-1/index.php?option=com_content&view=article&id=1273&Itemid=773. Acesso em: 29/junho/2012.

_____. **Revista comemorativa dos 100 anos da presença das Irmãs Franciscanas no Brasil.** 2011.

_____. **Província Santa Catarina: Sua história 1968-1993.** 1993.

_____. **Santa Maria Bernarda Büttler: Missionária dos Alpes aos Andes.** News Print.

ISAIA, Artur César. **O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas.** Revista Brasileira de História das Religiões - Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas, Ano I, no. 3, p. 95-105, janeiro de 2009.

João Paulo II. **Código de Direito Canônico.** Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília: Loyola, 1983.

LAJÚS, Magda Glicema Reschke. **Colégio Marista São Francisco 40 anos de presença em Chapecó (SC).** 1999. (Trabalho de conclusão de curso) Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1999.

LEONARDI, Paula. Congregações católicas docentes no Estado de São Paulo e a educação feminina – segunda metade do século XIX. **Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação.** Uberlândia, UFU, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/113PaulaLeonardi.pdf>. Acesso em 26/setembro/2012.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papyrus, 1986. 2ª ed.

LISBOA, Alessandra Coutinho. **Villa-Lobos e o Canto Orfeônico: música, nacionalismo e ideal civilizador.** 2005. 183 f. Dissertação (Mestrado em Música). Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2005.

LOPES, Sérgio. **O Território Federal do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”.** EDUNIOESTE. 2002. Pág. 254.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Ironita Policarpo. **História e direito: possibilidades metodológicas.** História: Debates e tendências – v. 11, n.1, jan/jun. 2011, p. 81-93 – Publicado no 1º semestre de 2012.

MALLAN, Alfredo. O Passo do Goio-En. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.** Florianópolis v.7, 1918.

MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. **História da vida privada no Brasil – 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. Maringá: Eduem, 2008.

_____. **História, Religião e Religiosidade**. Revista Brasileira de História das Religiões - Dossiê Identidades Religiosas e História, Ano I, no. 1, p. 18-32, maio de 2008.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. **Práticas e representações femininas do Catolicismo à cultura letrada**: O modelo civilizatório europeu sobre o Brasil, no início do século XX. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

MELLO, Alex Oestreich de. et al. **O discurso sanitarista como discurso político e ideológico na República Velha**. Revista Historiador. N° 03, ano 03, p. 92-106. dez. 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/tres/alexm.pdf>. Acesso em 18/março/2013.

MONEGO, Sonia. **Histórias que se revelam**: Representações Simbólicas da Formação de Chapecó no Monumento “O Desbravador” e no Mural “O Ciclo da Madeira”. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

MORAES, Juliana de Mello. **Viver em penitência**: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1882). 2009. 636 f. Tese (Doutoramento em História) Universidade do Minho, Portugal, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem completa. A experiência brasileira (1500-2000)**: a grande transação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar de Tangará da Serra**: A educação em Mato Grosso em região de colonização recente - 1968 – 1975. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/DAS%20ESCOLAS%20REUNIDAS%20AO%20GRUPO%20ESCOLAR%20DE%20TANGAR%C1%20DA%20SERRA%20A.pdf. Acesso em 2/maio/2013.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu**. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). Sociologia da Religião: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. P. 177-197.

ORTIZ, Hilda Beatriz Dmitruk. Ocupação pré-histórica do oeste catarinense. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

OTTO, Clarícia. KRETZER, Altamiro Antônio. **Educação e instituições religiosas**. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano I, n. 3, Jan. 2009. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO. **Dados Históricos**. Chapecó: 2000.

PEDERSETTI, Juliana. **A Fundação do Colégio Bom Pastor em Chapecó na década de 50**. Chapecó: Unochapecó, 2003.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A evolução da cidade de Chapecó: do povoado ao centro regional**. *Revista do IHGSC, Florianópolis*, nº 4, p. 365-400, 1982-1983.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Construindo a ordem e o progresso através do Jornal A Voz De Chapecó (1939-1941)**. 2005. Monografia, Unochapecó, 2005.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Tradução Roberto Leal Ferreira)

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

PICOLI, Bruno Antonio. **Sob os desígnios do progresso: a experiência dos camponeses atingidos pela Barragem de Itá reassentados em Campos Novos-SC na transição do milênio**. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no Sul de Santa Catarina na segunda metade do Século XX**. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAMBO, Arthur B. **Restauração católica no sul do Brasil**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

RECHE, Daniella. A influência do capital agroindustrial na distribuição sócio-espacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica. **Diez años de câmbios en el mundo, em la geografia y em las ciências sociales, 1999-2008**. Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Universidad de Barcelona.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

_____. **A luta da erva: Um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

_____. **Migrações: de ontem e de hoje**. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

SANTA CATARINA. Secretaria de Justiça, Educação e Saúde – Departamento de Educação. **Decreto nº3.786 de janeiro de 1947**. Santa Catarina: 1947.

SCAPINELLO, Franciele Gomes. **Usucapião de terras devolutas da ex-colônia militar de Xaçupé**. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2010.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SIMONI, Karine. **Oeste catarinense**: a bússola do sonho. Revista *Ágora*, nº 38. [19--]

SOUZA, Ney de. **Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II**. Ciberteologia - Revista de Teologia e Cultura. Ed. 2. Dez 2005. Disponível em: http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/05/contexto_desenvolvimento.pdf. Acesso em 29/junho/2012.

SOUZA, Rogério Luis de. **A construção de uma nova ordem**: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945). 1996. 157 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

TONIN, Marcia. **Etiqueta e beleza**: valores balizadores da sociedade chapecoense na década de 70 e 80. Chapecó: Unochapecó, 2004.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

VOJNIAK, Fernando. **“Iluminar a inteligência e educar a afetividade”**: Uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970). Florianópolis: UFSC, 2004. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

_____. Masculinidade na construção do oeste catarinense. **Revista Grifos**, Chapecó, Argos, n. 16, p. 156-177, 2004.

WAGNER, Altair. **E... Chapecó Levantou Vôo**. Florianópolis: De Letra, 2005.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

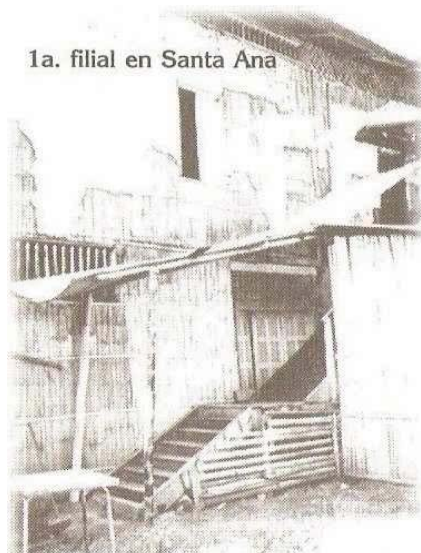
XAVIER, Aristoteles. **O Centenário do Marechal Bormann**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert: 1944.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, família e propriedade (TFP):** As idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995). 2007. 294 f. Tese (Doutorado em História Cultural) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ANEXOS

ANEXO I – Imagens da Congregação

Primeira Filial da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora situada em Santa Ana, no Equador.



BURIN, Marinês; SEGURA, Isabela Rubio. Del Corazón de la Madre Bernarda al corazón del mundo. Colômbia: Linotipia Bolívar e Cia, 2000. p. 45.

Casa São José - Primeira Casa de Formação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, localizada em Vorarlberg, Áustria.

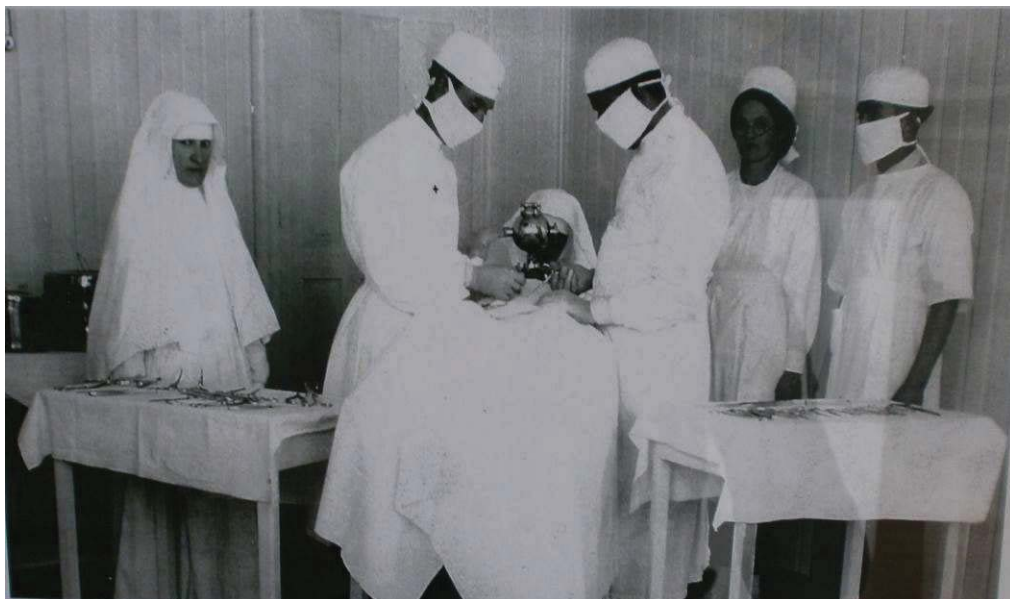


Casa San José - Actual

BURIN, Marinês; SEGURA, Isabela Rubio. Del Corazón de la Madre Bernarda al corazón del mundo. Colômbia: Linotipia Bolívar e Cia, 2000. p. 80.

ANEXO II

Primeira cirurgia realizada no Hospital Santo Antônio em 21 de novembro de 1944



FARIAS, Júlio Cesar. Chapecó na lente de Luiz Palma: a arte do detalhe. Gráfica Arcus: Chapecó, 2007. Na foto: Dr. Rubens Carvalho Rauem (cirurgião); Dr. Darcy de Camargo (auxiliar); Diretora do Hospital Irmã Maria Adolfina; Irmã Dileta (farmacêutica); Graciosa Barella (enfermeira); Eracino Domingues Boeria (enfermeiro); Sra. Gelsemina Confortin Tomazelli (paciente).

ANEXO III – Imagens da Congregação em Chapecó-SC

Província de Santa Clara em 1976 – Chapecó-SC



IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Província Santa Catarina: Sua história 1968-1993.** 1993.

Fraternidade Bom Pastor – Chapecó-SC



IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. Disponível em: http://www.urnadigital.com/porta1_news/show?posting=1682058. Acesso em: 12/julho/2012.

ANEXO IV – EXAME DE ADMISSÃO ESCOLA NORMAL CHAPECÓ - 1957

EXAME DE ADMISSÃO

Prestado na: *Escola Normal "Chapécó"* (nome do estabelecimento) Ano letivo de *1957*

Português (Escrito)	95	(oral)	90	Média	90
Matemática (escrito)	100	(oral)	100	Média	100
Ciências naturais	100	História geral e do Brasil			100
Geografia geral e do Brasil					100
Média Geral					(98)

NOME DO ALUNO

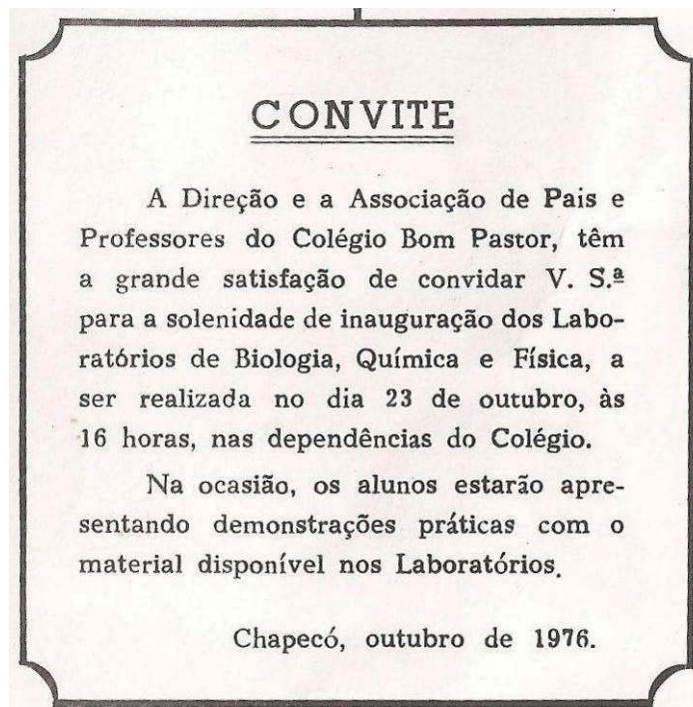
José da Anália Figueira
PROFESSORA

Irma Maria de Lourdes dos Santos
PROFESSORA

Fonte: Arquivo da Escola de Educação Básica Bom Pastor.

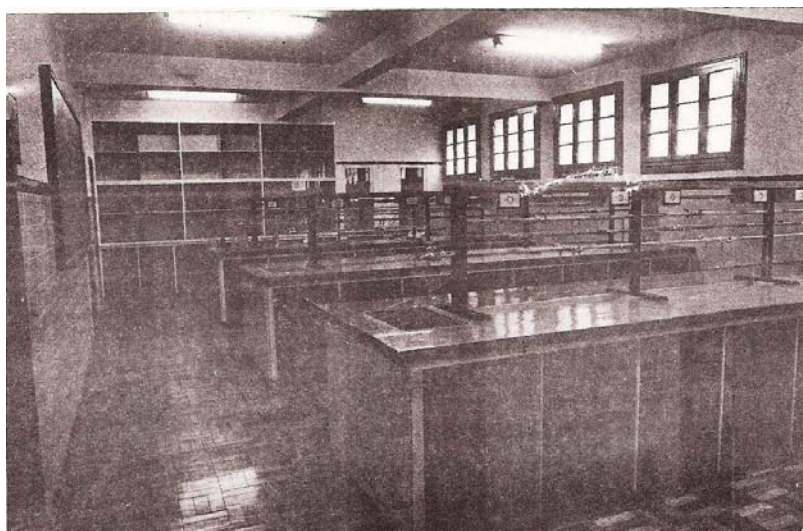
ANEXO V – INAUGURAÇÃO DOS LABORÁTORIOS NO BOM PASTOR

CONVITE PARA INAUGURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS NO BOM PASTOR - 1976



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

FOTO ANEXADA AO CONVITE PARA INAUGURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS - 1976



Fonte: Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

ANEXO VI - RELATÓRIO DO GRUPO ESCOLAR BOM PASTOR - 1964

3 - DISCIPLINA

1) A disciplina, em geral foi boa. Durante o ano não houve casos graves. As reuniões de pais e mestres contribuíram para o bom andamento das aulas. Muitos problemas as professoras resolveram com o contato direto dos pais por ocasião das reuniões.

2) Outro fator de valor, para a disciplina, foram as reuniões pedagógicas feitas em mesa redonda, onde cada professora podia expor, com liberdade, seus problemas e ouvir sugestões de suas colegas.

3) As professoras conseguiram bons resultados neste campo, pois sempre procuraram por em prática as orientações recebidas que foram as seguintes:

I - Uma professora convicta de sua missão de educadora é paciente, carinhosa, bondosa e ao mesmo tempo enérgica, exigindo o cumprimento do dever.

II - A boa professora deve dominar a matéria, ir à aula sempre bem preparada, nunca vacilando no que vai ensinar.

III - Deve despertar nas crianças o interesse e amor à escola e aos estudos, para isso aproveitando-se de todos os meios didáticos e pedagógicos, psicológicos como: centros de interesse, conversas, notas, elogios, conselhos, etc.

IV - Dar grande valor ao ensino de Religião e civismo, logo que a educadora consegue implantar no coração da criança o amor a Deus e a sua pátria terá conseguido da mesma maneira, disciplina e amor aos estudos.

b) Nas comemorações e festas escolares. Todas as datas históricas foram comemoradas de acordo com o Plano apresentado, no começo do ano escolar, elaborado pela Orientadora das Associações.

Fonte: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BOM PASTOR. Chapecó. Relatório do Grupo Escolar Bom Pastor 1964. p. 4.

ANEXO VII – Crescimento do Bom Pastor

Crescimento
do



Colégio
Bom Pastor



Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.